



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

KARLA DALMASO

**A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL: O CASO DOS CRAS DE ABAETETUBA-PA**

BELÉM – PARÁ
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

KARLA DALMASO

**A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL: O CASO DOS CRAS DE ABAETETUBA-PA**

Dissertação de Mestrado apresentado como requisito para obtenção de Título de Mestre junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Batista Maciel.

Belém – Pará
2010

KARLA DALMASO

**A Prática Interdisciplinar na Política de Assistência Social: O Caso dos
CRAS de Abaetetuba-PA**

**Dissertação de Mestrado, apresentada como
requisito para obtenção de Título de Mestre junto
ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social
do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Pará, aprovada em:**

___/___/___

Carlos Alberto Batista Maciel - Prof. Dr. - UFPA
(Orientador)

Olinda Rodrigues – Prof^ª. Dra. - UFPA
(Avaliadora Interna)

Adelma Pimentel – Prof^ª. Dra. – UFPA
(Avaliadora Externa)

Belém – Pará
2010

Dedico este trabalho ao meu querido esposo, Diego, que foi meu maior incentivador e motivador para a conclusão deste trabalho, sem a presença dele, seu amor e dedicação, possivelmente este trabalho não teria sido finalizado.

Agradecimentos:

Em primeiro lugar agradeço a DEUS, por ter colocado pessoas dedicadas e companheiras no meu caminho, como prof. Carlos, meu orientador e prof.^a Olinda Rodrigues pelo apoio que me deram nos momentos mais difíceis. Minha querida amiga Assistente Social Suely Lobo, pelo incentivo e paciência. Aos colaboradores da pesquisa em Abaetetuba, em especial as
Assistentes Sociais Roberta e Karina.

Agradecimentos especiais também as(aos) colegas e professores do mestrado, fonte de
inspiração sempre.

A todas e todos os(as) assistentes sociais e psicólogos(as) com quem convivi nos últimos anos,(em Barcarena, Abaetetuba, e TJE/PA) que mesmo sem querer ou sem saber, serviram
como fonte para observação.

A minha querida amiga Michelle Magno, minha inspiração para iniciar esta jornada.
Aos meus queridos pais, irmãos, cunhadas, sobrinha e Avó, que mesmo de longe, nunca
deixaram de me incentivar.

“Minha filha, você sabe quanto custa seus estudos? Custa uma vaca por mês... Cuide bem de seu gado, ele é a sua herança, a única que eu posso te dar!”

João Dalmaso.

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado em Serviço Social tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a prática interdisciplinar entre assistentes e psicólogos que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social do município de Abaetetuba. O Município está localizado a aproximadamente 80 km da capital do Estado do Pará e tem aproximadamente 139.000 habitantes, conforme o último censo IBGE. Desde 2005 vem implementando as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social de 2004. A Nova Política Nacional de Assistência Social, por meio de suas diretrizes e principais objetivos visa a consolidação dos processos de descentralização da gestão. Institui um novo modelo organização dos serviços socioassistenciais, unificando conceitos e procedimentos em todo território nacional através do Sistema Único de Assistência Social que, por sua vez, estabelece padrões para a execução dos serviços, para a qualidade no atendimento, e define indicadores de avaliação e resultado. A interdisciplinaridade ainda é considerada um conceito em construção, entretanto nesta realidade configura-se como uma relação de reciprocidade de mutualidade que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente aos problemas de conhecimento, isto é substituir a concepção fragmentária pela unitária do ser humano. Esta atitude, não poderá ser preconceituosa, mas aberta onde todo conhecimento torna-se importante, pode ser fundamentada na intersubjetividade e interação entre os saberes, mas não pode estar desligada do contexto onde ela ocorre. A atuação prática interdisciplinar no Centro de Referência de Assistência Social, bem como em outros programas projetos e serviços desta política é incentivada, mas na realidade do município aqui pesquisado observou-se que existem muitos obstáculos e desafios para o exercício desta prática. Desde o não cumprimento das normatizações que regulamentam a Política de Assistência Social até a superação das condições precárias nas relações de trabalho, tanto no que diz respeito ao vínculo, quanto às condições físicas e materiais dos espaços, passando pela necessidade de implementação de gestão voltada a qualificação e valorização dos recursos humanos inseridos no SUAS.

Palavras Chaves: Interdisciplinaridade; Serviço Social; Psicologia; Assistência Social.

ABSTRACT

This Master Thesis in Social Work aims to make a reflection on interdisciplinary practice between assistants and psychologists working in the Centres of Reference for Social Welfare of the municipality of Abaetetuba. The city is located about 80 km from the capital of Pará State and has approximately 139,000 inhabitants, according to the last IBGE census. Since 2005 has been seeking to implement the National Policy of Social Welfare 2004. The New National Policy for Social Welfare, through its guidelines and seeks to consolidate the main objectives of decentralization of management. Establishing a new model socioassistenciais services organization, seeking to unify concepts and procedures throughout the country through the System of Social Assistance which, in turn, establishes standards for the performance of services, to quality care, and sets of assessment indicators and outcome. Interdisciplinarity can still be considered a concept in development, however this reality appears as a reciprocal relationship of mutuality that requires a different attitude to be taken regarding the problems of knowledge, that is to replace the fragmented conception of human unity. This attitude can not be prejudiced, but open where all knowledge becomes important, may be based on intersubjectivity and interaction between the knowledge, but can not be divorced from the context within which it occurs. The interdisciplinary performance practice at the Centre of Reference for Social Welfare, as well as projects in other programs and services of this policy is encouraged, but in reality the county investigated here showed that there are many obstacles and challenges to the exercise of that practice. Since non-compliance with regulations that govern the Social Assistance Policy to overcome the precarious conditions in working relationships, both with respect to the bond, as the physical and material spaces, through the need to implement management oriented qualification and human resources development included in the SUAS.

Keywords: Interdisciplinary; Social Work; Psychology; Social Assistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Foto aérea da cidade de Abaetetuba/PA, no detalhe: largo de Nossa Senhora da Conceição.

Figura 02 – Mapa da extensão territorial do município de Abaetetuba/PA, datado de 19/7/1963 que mostra os limites do município, a localização da sede administrativa e algumas localidades mais povoadas (ilhas, rios e estradas) naquela data.

Figura 03 - Exemplos de Brinquedos de Miriti.

Figura 04 – Orla de Beja, Abaetetuba/PA

Figura 05 – Mapa do município de Abaetetuba/PA cortado por rios, furos e igarapés, estradas e ramais, localiza algumas dessas principais localidades, como a sede administrativa no centro.

Figura 06 – Foto do Mapa urbano da Cidade de Abaetetuba/PA dividida por bairros.

Figura 07 – Foto da Sala de Planejamento do Centro de Referências de Assistência Social – o CRAS Quilombola, localizado na Secretária Municipal de Assistência Social de Abaetetuba/Pa identificada por uma plaqueta na porta.

Figura 08 – Foto do interior da sala de planejamento do CRAS Quilombola.

Figura 09 – Foto da exposição dos registros das atividades desenvolvidas pela equipe do CRAS Quilombola.

Figura 10 – Foto dos materiais produzidos através de oficinas nas comunidades Quilombolas.

Figura 11 – Foto do CRAS São Lourenço, ampla área externa com piscina.

Figura 12 – Foto do salão para trabalhos com grupos de jovens e famílias do CRAS São Lourenço

Figura 13 – Foto da sala de atendimento do Serviço Social do CRAS São Lourenço

Figura 14 – Foto da sala de atendimento de Psicologia do CRAS São Lourenço

Figura 15 – Foto da fachada de identificação do CRAS Algodoal

Figura 16 – Foto da área externa do CRAS Algodoal com piscina

Figura 17 – Foto do salão destinado para o trabalho com grupos do CRAS Algodoal

Figura 18 – foto da sala de atendimento do Serviço Social do CRAS Algodoal.

Figura 19 – Foto da sala de atendimento psicológico do CRAS Algodoal.

Figura 20 – Foto da Fachada do CRAS São Sebastião

Figura 21 – Foto da uma única sala para atendimento psicológico e de serviços social, coordenação e parte do almoxarifado do CRAS São Sebastião.

Figura 22 – Mapa do Município de Abaetetuba/PA com destaque para a localização da Vila de Beja em relação a sede do município.

Figura 23 – Foto da Fachada do CRAS Vila de Beja.

Figura 24 – Foto da sala para atendimento psicológico CRAS Vila de Beja.

Figura 25 – Foto da sala para atendimento do serviço social CRAS Vila de Beja.

Figura 26 – Mapa do município de Abaetetuba/PA, área urbana dividido pelas áreas de abrangência dos CRAS urbanos.

Quadros:

Quadro 01 – Composição das Equipes técnicas de Referência por Centro de Referência de Abaetetuba/PA

Quadro 02 - Equipe mínima para a execução dos serviços e ações dos CRAS, conforme o documento GUIA DO CRAS/2006

Quadro 03 – Formação de equipe técnica de referência dos CRAS para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica conforme o porte do município segundo a NOB/SUAS/RH: 2006.

Quadro 04 – Número de técnicos de cada CRAS de Abaetetuba/PA.

Quadro 05 – Critérios da NOB/SUAS/RH (2006) para coordenadores dos CRAS

Quadro 06 – Relação entre concursados e temporários que compõe as equipes de referências dos CRAS de Abaetetuba/PA.

Gráficos:

Gráfico 01 – Gráfico percentual de profissionais que compõem as equipes de Referência dos CRAS de Abaetetuba/PA.

Gráfico 02 – Gráfico Proporção entre profissionais concursados e temporários que compõe as equipes de referencia dos CRAS de Abaetetuba/PA.

Gráfico 03 - Gráfico Proporção entre profissionais de psicologia e serviço social concursados e temporários que compõe as equipes de referência dos CRAS de Abaetetuba/Pa

Gráfico 04 – Gráfico: Proporção entre profissionais de psicologia concursados e temporários que compõe as equipes de referencia dos CRAS de Abaetetuba/PA.

Gráfico 05 – Gráfico: Proporção entre profissionais de Serviço Social concursados e temporários que compõe as equipes de referencia dos CRAS de Abaetetuba/PA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ALBRAS – Alumina do Brasil

ALUNORTE – Alumínio do Norte

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial, especializando no atendimento à portadores de doenças mentais.

CAPS/AD - Centro de Atendimento Psicossocial, especializado no atendimento a usuários de Álcool e outras Drogas.

CEAS - Conselho Estadual de Assistência

CEP - Código de Ética dos Psicólogos

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CIB - Comissão Intergestora Bipartiti

CID - Centro de Inclusão Digital

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CREPOP - Centro de Referência Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas

CRP/10 - Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região

CT - Conselho Tutelar

CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento

DST– Doenças Sexualmente Transmissíveis

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LA – Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

PAIF - Programa de Atenção Integral à Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

PMA – Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PPGSS – Programa de Pós-graduação em Serviço Social

PSB - Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSE – Proteção Social Especial

SEAS - Secretaria de Estado da Assistência Social

RH – Recursos Humanos

SEDES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e combate a Fome do Pará

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SEPOF – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

SETEPS - Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNAMA - Universidade da Amazônia

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	14
II. O UNIVERSO DA PESQUISA.....	22
III. A CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DE ABAETETUBA/PA.....	30
01. A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	45
02. OS MITOS E VERDADES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE.....	63
03. A CONCRETIZAÇÃO DA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS.....	79
04. REFLETINDO SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE NO SUAS: O CASO DOS CRAS DE ABAETETUBA/PA.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
ANEXOS	

I. INTRODUÇÃO

Sou Psicóloga, formada pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará concluído em dezembro de 2002, durante toda a formação, isto é, durante os quatro anos do Bacharelado e os dois anos da Formação de Psicólogo, toda a minha atenção estava voltada para a atuação profissional na área da educação, influenciada principalmente por causa da minha formação em magistério (nível médio) e também pelo gosto pessoal por esta área de atuação.

Porém, faltando apenas 06 meses para a formatura fui convidada a desenvolver um projeto direcionado aos professores da educação infantil (creches) do município de Barcarena/PA, o projeto tinha duração de 06 meses. Na época as Creches Pré-escolas deste município ainda eram vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

O projeto foi encerrado no prazo conforme planejado. Após a formatura fui convidada a ficar no município e passar a compor a equipe técnica social desta secretaria, sob o regime de contrato temporário, para então atuar em outros programas e projetos da área de assistência social. Assim, foi a partir de janeiro de 2003 que tive realmente o primeiro contato com a Política Pública de Assistência Social.

A equipe técnica daquele município, na época, era composta por dois assistentes sociais e uma psicóloga. Não sabendo exatamente qual era o papel do psicólogo nesta política tive que recorrer aos textos debatidos nas aulas de psicologia social buscando respostas, no entanto estas leituras não foram suficientes, pois não respondiam a todas as minhas perguntas. A psicóloga que lá estava tentou esclarecer sobre algumas ações que poderíamos desenvolver, mas, ainda assim, a dúvida perdurava. E foi quando passei a buscar textos próprios da política de assistência social, materiais sobre os programas desenvolvidos em âmbito federal, estadual e municipal, legislações, entre outros materiais próprios da política, do serviço social e da psicologia social.

Por meio destas leituras foi possível conhecer um pouco sobre a Política de Assistência Social no Brasil, mas saber qual papel eu deveria desempenhar nesta área ainda não era possível definir, uma vez que não encontrei texto algum que desse alguma pista. Associado a isto havia certo “apelo” da comunidade e de funcionários da própria secretaria para o atendimento psicológico clínico individualizado, tanto para usuários quanto para funcionários, apelo este bastante compreensível já que esta atuação era a única desempenhada naquele âmbito e a mais conhecida em nível de senso comum.

Realmente eu não sabia qual era exatamente o meu papel enquanto psicóloga na política de assistência social, mas sabia exatamente o que eu não devia fazer e definitivamente psicologia clínica não cabia ali.

Essa luta foi travada ao longo dos 06 anos em que trabalhei neste local, ao longo desses anos pude perceber que o psicólogo tem um papel de fundamental importância no trabalho na assistência social, mas ele não pode fazer muita coisa sozinho, é necessário associar-se a outros profissionais que atuam nesta política, aí é que entra o “dilema” da interdisciplinaridade.

Foi exatamente assim que me perguntei o que é interdisciplinaridade, e se de fato ela existe, se era possível exercê-la no âmbito profissional. Nesse processo me deparei em um encontro no (CRP/10) - Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região em 2006, ocasião em que estavam discutindo o papel do psicólogo na assistência social mais especificamente no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, logo que iniciaram as implantações dos serviços da Nova Política Nacional de Assistência Social a PNAS/SUAS, 2004.

Neste encontro estava presente como palestrante: um psicólogo de um CRAS do município de Belém, um professor de Psicologia da Universidade da Amazônia – UNAMA, um Assistente Social da então SETEPS (Secretaria de Trabalho e Promoção Social) órgão que gerenciava a Política de Assistência Social no Estado à época e o Prof. Dr. Carlos Maciel da Universidade Federal do Pará - UFPA, ora meu orientador neste trabalho, que em sua fala me mobilizou ainda mais a entender o fenômeno da interdisciplinaridade, que até então parecia apenas uma intuição e, daquele momento em diante passou a ser uma necessidade, quase uma “obsessão”, e foi neste momento que surgiu o desejo de pesquisar.

Parti então para a busca de possíveis pesquisadores na área, em primeiro lugar busquei o Mestrado em Psicologia da UFPA, mas não havia linha e pesquisa em políticas públicas sociais naquele mestrado nesta época.

O que mais se aproximou do que desejava estava no PPGSS-UFPA – Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFPA, onde comecei em 2007, como aluna especial do Mestrado e fui aprovada no processo seletivo deste no ano de 2008.

Logo percebi que desenvolver esta pesquisa no Programa de Pós-graduação em Serviço Social seria de grande relevância para psicólogos e assistentes sociais, pois os colocaram em contato direto com estudos e análises de políticas públicas, principalmente da Política de Assistência Social, partindo de uma postura crítica e reflexiva. Percebi que esta abordagem é pouco estudada pelos profissionais da psicologia, mas de grande relevância para

este campo de ação, principalmente para a atuação interdisciplinar na política de assistência social, foco de interesse principal desta pesquisa.

Em virtude dos desafios impostos para a atuação na Nova PNAS - Política Nacional de Assistência Social interessa-nos pesquisar como esta prática está sendo institucionalizada no âmbito das políticas sociais, quais referenciais teóricos e metodológicos subsidiaram a construção desta política e como foi sua construção como está sendo sua consolidação.

Portanto, desenvolver uma pesquisa sobre a construção da Nova Política Nacional de Assistência Social, tendo como objeto de investigação a atuação profissional interdisciplinar no CRAS em Abaetetuba poderá contribuir para facilitar a atuação profissional de psicólogos e assistentes sociais, principalmente aos que atuam na região amazônica, a partir da produção de uma referência teórico/prático sobre esta atuação interdisciplinar na PNAS.

A pesquisa foi realizada no Município Abaetetuba/PA. Apesar de na época estar trabalhando no município de Barcarena/PA, mas este ainda não havia estruturado totalmente as novas diretrizes do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, ao contrario do Município de Abaetetuba que desde 2005 já o estava implantando com pelo menos 04 (quatro) unidades de CRAS – Centros de Referência de Assistência Social em pleno funcionamento.

Como, foi exposto nesta introdução apresento a seguir formalmente o problema que norteou os caminhos desta pesquisa: tentar compreender **Quais os desafios da prática interdisciplinar entre profissionais de serviço social e psicologia nos Centros de Referência de Assistência Social conforme estabelecido pela nova Política Nacional de Assistência Social?** Tomando como objeto “A prática interdisciplinar na Política Pública de Assistência Social” com o objetivo de “identificar e analisar os desafios na prática interdisciplinar na Política Pública de Assistência Social”, mais especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de Abaetetuba-PA e produzir subsídios a respeito da prática interdisciplinar para assistentes sociais e psicólogos que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social.

Para isso, o referencial teórico utilizado nesta pesquisa procurou ter um enfoque crítico-dialético, visto que segundo Teixeira (2005, p.60) este enfoque se caracteriza por representar o caminho teórico que aponta a dinâmica do real, tratando da coisa em si, a dialética entre a representação aparente e a essência, visando mostrar as contradições do real e suas leis de movimento. Este enfoque sugere abarcar e estudar uma totalidade de aspectos, as ligações, mediações e contradições do objeto de pesquisa, em que este deve ser considerado no seu movimento próprio, na sua transformação.

Minayo (2007 p.25) defende “a importância de trabalhar com a complexidade, a especificidade e as diferenciações internas dos nossos objetos de pesquisa que precisam ser ao mesmo tempo contextualizados e tratados em sua singularidade”, entende-se, portanto que não se pode perder de vista três elementos fundamentais para a compressão de um objeto de pesquisa que são: a universalidade, a sua particularidade e a sua singularidade.

Em uma pesquisa que toma o referencial crítico-dialético como referencial teórico metodológico deve considerar “a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos sociais e as contradições sociais” características importantes inerentes a este método de investigação que propõe também “a abordagem dialética” através da análise de “contextos históricos, das determinações socioeconômicas dos fenômenos, das relações sociais de produção e de dominação” associadas com a compreensão das representações sociais (MINAYO, 2007 p.24).

A partir desta compreensão que será abordado o tema aqui proposto tomando como ponto de partida o fato de que esta pesquisa não tem a intenção de esgotar seu objeto de investigação, mas sim, torná-lo menos obscuro e permitir que novas questões sejam levantadas a partir das reflexões aqui propostas.

O caminho percorrido para o alcance dos objetivos desta pesquisa será demonstrado a seguir a partir da forma como o trabalho está constituído e será apresentado.

Este trabalho está assim construído, em primeiro lugar apresentamos o **Universo da Pesquisa**, trata-se da apresentação do local onde a pesquisa foi realizada e tem como objetivo fazer um retrato do ambiente de pesquisa fazer o leitor visualiza-lo, por isso apresentamos algumas características do Município de Abaetetuba-PA, sua localização geográfica, suas características políticas e econômicas, um pouco de sua história e cultura.

Uma breve **Caracterização dos CRAS – Centros de Referências da Assistência Social** existentes no município, por se tratar do principal lócus da pesquisa. Para fazer esta caracterização foram realizadas visitas aos CRAS de Abaetetuba/PA, estas visitas ocorreram entre os dias 01 a 12 de Dezembro de 2009 na ocasião foi preenchido um formulário e feito registros fotográficos dos espaços.

Vale ressaltar que a escolha deste lócus de pesquisa não foi por acaso, trata-se de um município com características eminentemente amazônicas que retrata muito bem a realidade da região e também por ter uma história já constituída da política de assistência social, sendo um dos primeiros municípios da região do Baixo Tocantins a implantar os Centros de Referência da Assistência Social.

O trabalho esta composto ainda por mais 04 (quatro) Capítulos assim distribuídos:

O CAPITULO I - trata da **Análise das Políticas Públicas e a Política de Assistência Social** abordando as metodologias de análise das políticas públicas aplicando a análise da Política de Assistência Social principalmente a partir dos processos gerados com a Constituição Federal de 1988, no que diz respeito à Política de Assistência Social e que tiveram implicações fundamentais, uma vez que colocaram suas ações articuladas com a Saúde e a Previdência Social, ao constituir o Sistema Brasileiro de Seguridade Social, a partir do qual a Política de Assistência Social foi reconhecida enquanto política pública que deve garantir direitos e promover a cidadania de amplos segmentos da população por ela atendida.

A partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003) e das diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – de 07 de dezembro de 1993 aprovou-se a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS. Com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), buscou-se um caminho pautado na ruptura de uma história (e prática) atravessada por ações com a lógica das benesses, do clientelismo e, principalmente, da manutenção da condição da subalternidade aos que a ela recorriam.

A nova Política Nacional de Assistência Social foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS por meio da resolução 145 de 15 de outubro de 2004. Conforme os objetivos apresentados pela nova PNAS/2004 esta “realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” promovendo serviços, programas, projetos, etc.; para a inclusão e a equidade dos usuários e assegurando que suas ações tenham centralidade na família, e que garanta a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004, p. 10).

Com base na consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004), deliberou-se sobre a construção e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Diante desse novo modelo da Assistência Social, a inserção de atuação profissional interdisciplinar é primordial, com uma ampliação nos quadros de profissionais de psicologia e serviço social, nesta política.

Quanto à atuação na Nova Política Nacional de Assistência Social, o SUAS propõe intervenção a partir de duas grandes estruturas articuladas entre si: a Proteção Social Básica, que dá conta da atenção básica e a Proteção Social Especial, considerando a necessidade de ações de média e alta complexidades conforme seus guias de orientações técnicas, principalmente o Guia do CRAS, principal unidade estatal da Proteção Social Básica.

O capítulo aborda ainda algumas diretrizes desta nova política, e suas normas operacionais descrevendo as principais características da NOB/SUAS-2004 e a NOB/SUAS/RH-2006.

O CAPÍTULO II - trata dos **Mitos e verdades sobre a interdisciplinaridade**, este capítulo aborda questões conceituais sobre a interdisciplinaridade desde autores clássicos como (HILTON JAPIASSU, 1974), que trata o tema como uma questão epistemológica, tratando da interdisciplinaridade como uma possível interseção entre as ciências, passando por autores discípulos destes conceitos e outros que rompem com ele até chegarmos a (SEVERINO, 1998), entre outros, que abordam a interdisciplinaridade no âmbito da atuação prática.

Ao longo da elaboração deste capítulo foi possível observar que há grande confusão conceitual em relação a este tema que para muitos autores como (ALVES, BRITO E BRASILEIRO, 2004) ainda está em construção. Quando trazemos para a prática a confusão ainda é maior, pois pouco se tem de produção teórica neste campo, e menos ainda quando falamos em atuação profissional interdisciplinar na Política de Assistência Social.

Alguns documentos que estão sendo elaborados mais recentemente pelos conselhos profissionais de Serviço Social e Psicologia procuram construir alguns parâmetros para a atuação de seus respectivos profissionais na Assistência Social sobre estes documentos tratamos no **CAPÍTULO III: A concretização das práticas interdisciplinares no SUAS**, este capítulo tem como objetivo, fazer um apanhado acerca da atuação interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais na Política de Assistências Social, mais especificamente no CRAS, fazer um levantamento documental (códigos de ética, resoluções, etc.) que subsidiam a prática destes profissionais no que diz respeito à atuação interdisciplinar e ao trabalho no SUAS.

Bem como a partir da análise de documentos pertinentes a esta prática como aqueles publicados pelos Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social desde 2007 e também, documentos que visam auxiliar assistentes sociais e psicólogos nos diversos fazeres da Nova PNAS, abaixo discutiremos alguns deles, sempre relacionando com os documentos publicados pelo MDS acerca do SUAS e da Nova PNAS, entre outros textos.

Tratar sobre a atuação interdisciplinar de Psicólogos e Assistentes Sociais no Centro de Referência da Assistência Social, abordando documentos pertinentes a esta prática como o documento publicado pelo Centro de Referência Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP e o Conselho federal de Psicologia – CFP, “Parâmetros para a atuação de psicólogos nos CRAS”, “Parâmetros para a atuação de Psicólogos e Assistentes Sociais na

Política de Assistência Social”, publicado pelos CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e CFP (Conselho Federal de Psicologia) e também outros documentos como os Códigos de Ética das duas profissões e resoluções publicadas pelos respectivos conselhos que ora incentivam e ora desmotivam a atuação interdisciplinar.

E por fim o Capítulo IV **Refletindo sobre a Interdisciplinaridade na Assistência Social: O Caso do CRAS de Abaetetuba/PA** que trata da discussão dos dados coletados na pesquisa de campo foi realizado a partir das visitas à Secretaria Municipal de Assistência Social de Abaetetuba/Pa, a partir da observação e análise da execução dos serviços propostos por meio de formulários e questionários buscando observar se as respectivas equipes desempenham suas atividades através da atuação interdisciplinar. Buscamos verificar como são definidos os papéis e as competências de cada profissional dentro desta perspectiva. Como são tratadas as questões em que assistentes sociais e psicólogos atua em conjunto e como isso ocorre no compartilhamento das atividades e a administração de convivência conflituosa, entre outros aspectos passíveis de observação.

Em primeiro lugar foi aplicado um formulário (anexo III) preenchido em lócus pela pesquisadora, com objetivos de fazer a caracterização de cada unidade pesquisada, para posteriormente elaborar os questionários e aplica-los junto às equipes.

Foram elaborados 02 questionários, sendo um destinado aos profissionais de Serviço Social (anexo V) e outro destinado aos Psicólogos (anexo VI). Os questionários foram elaborados com base no roteiro de entrevista e contém 05 questões. Todos os questionários foram precedidos de Termo de consentimento livre e esclarecido (anexo IV).

Os questionários foram aplicados no dia 06 de agosto de 2010, ocasião em que todos os técnicos dos CRAS de Abaetetuba estavam reunidos em um encontro dos CRAS e CREAS promovido pelo SEDES – Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Combate a Fome do Pará, realizado nesta capital, com a possibilidade de serem devolvidos posteriormente. O último questionário foi devolvido em 18 de agosto de 2010.

Foram distribuídos 13 questionários, sendo 08 para Assistentes Sociais e 05 para Psicólogos, porém 04 assistentes sociais devolveram e entre os psicólogos 03 devolveram.

Os dados coletados foram analisados a partir do referencial teórico e documental abordados nos capítulos anteriores que compõem esta pesquisa.

Portanto, parece-nos relevante e necessário desenvolver pesquisas sobre este tema, principalmente, na região amazônica para identificar como se dão estas relações, e que resultados podem trazer para esta política e para a sociedade como um todo. Uma vez que, cada vez mais será exigida desses profissionais a atuação interdisciplinar, pois se trata de um

fenômeno atual que está sendo demandado pelo mercado e como as políticas públicas fazem parte do mercado, temos que estar preparados para desempenhá-la, porém sem perder de vista o papel ético e político de cada profissional que atua ou pretende atuar nesta área.

II. O UNIVERSO DA PESQUISA

Este item tem como objetivo fazer uma breve contextualização do universo da pesquisa, trata-se da tentativa de elaborar um retrato do município, em que o leitor possa visualizar algumas peculiaridades inerentes a esta região da Amazônia.

A Pesquisa foi realizada no Município de Abaetetuba-PA, o município foi escolhido por estar localizado próximo à capital e apesar disso ainda guardar características tipicamente rurais e amazônicas, com hábitos e costumes passados de geração em geração, além disso, Abaetetuba está entre um dos primeiros municípios da região a dar início a implantação do SUAS logo após a sua publicação, principalmente a implantação dos CRAS. O primeiro CRAS a ser inaugurado foi CRAS São Sebastião em agosto de 2005, isto é, aproximadamente um ano após a aprovação da Nova PNAS.

Acredita-se, por este motivo que o município poderia ter acumulado, ao longo desses últimos anos, bastante experiência na área da Política de Assistência, principalmente da Nova PNAS.



Figura 01 - Foto aérea de Abaetetuba

O município pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 01° 43' 24" de latitude Sul e 48° 52' 54" de longitude a Oeste de Greenwich. Limites ao Norte - Rio Pará e município de Barcarena - A Leste – município de Moju - Ao Sul - Municípios de Igarapé-Miri e Moju - A Oeste - Municípios de Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Muaná. Com extensão territorial de 1.611 km² e população estimada (IBGE 2009) em 139.823 habitantes sendo 81.213 residentes na zona urbana e 55.381 residentes na zona rural, isto é 59,03% da população ocupam a cidade (IBGE, 2009).

A densidade demográfica do município é de 86,79 habitantes por km², a taxa de crescimento demográfico anual situa-se em 2,77% (IBGE, 2009).

Na figura (02) abaixo, observa-se um mapa, datado de 19/7/1963 que mostra os limites do município e a localização da sede administrativa e algumas localidades mais povoadas (ilhas, rios e estradas) naquela data.

- ABAETETUBA -

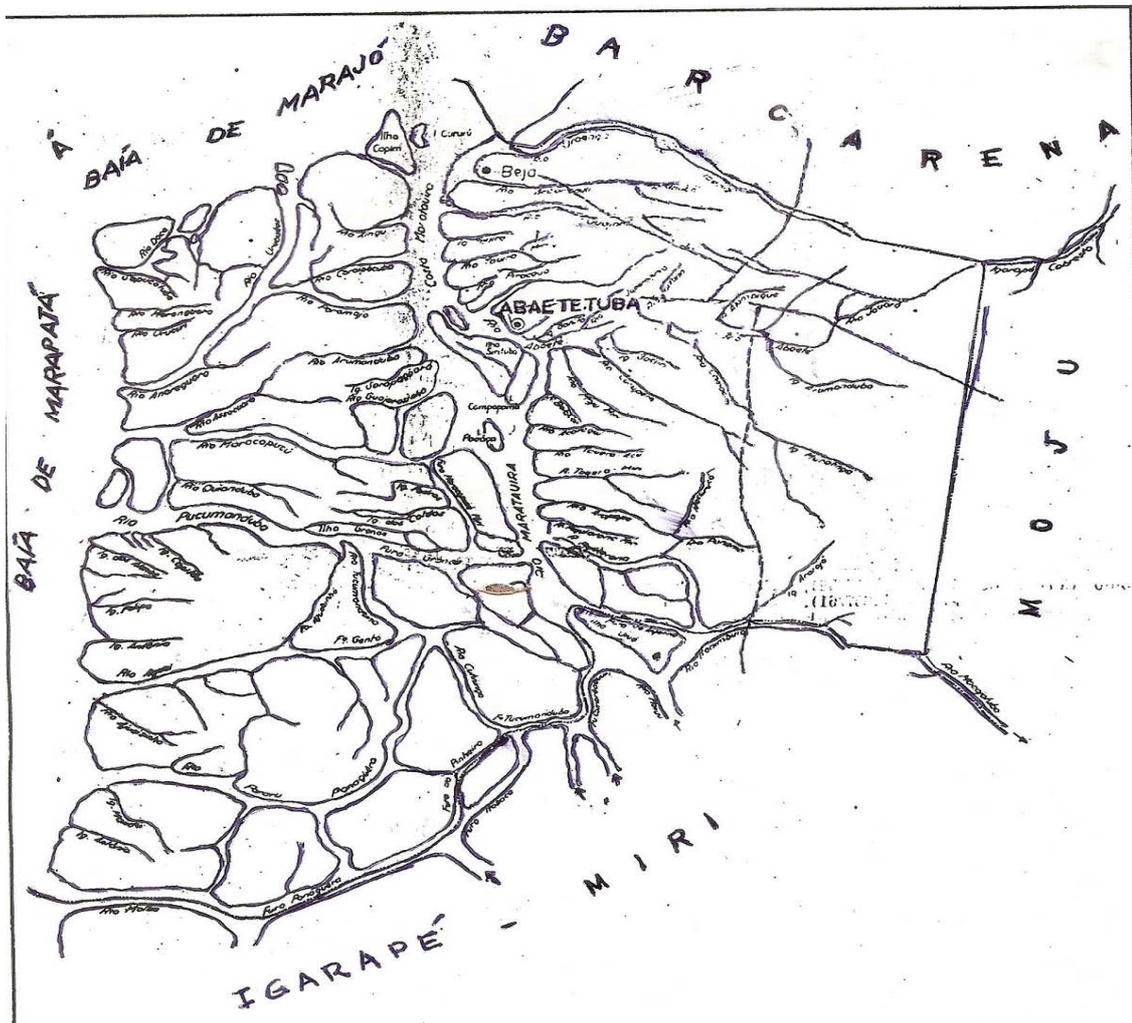


Figura 02 Mapa da extensão territorial do município de Abaetetuba/PA datado de 19/7/1963 que mostra os limites do município a localização da sede administrativa e algumas localidades mais povoadas (ilhas, rios e estradas) naquela data.

O município de Abaetetuba, situado na zona fisiográfica Guajarina, à margem direita da foz do Rio Tocantins, foi primitivamente chamado Abaeté, topônimo indígena que

significa homem forte e valente. Existem divergências quanto às primeiras ocupações no território (IBGE, 2009)

A origem do município de Abaetetuba está relacionada com a história de Abaetetuba e Beja¹, que a princípio, constituíam vilas distintas e, posteriormente, foram incorporadas e passaram a pertencer ao mesmo município. Foi em 1839 que o território de Beja passou a compor a área patrimonial de Abaeté.

Em 1844, Abaeté e Beja foram incorporados ao município de Igarapé-Miri, por meio da Lei nº de 118, de 11 de setembro. Em 1877, com a Lei nº 885 de 16 de abril, voltou a integrar o patrimônio de Belém até o ano de 1880, na qualidade de Freguesia (IBGE, 2009).

Em 1883, o presidente da Província do Pará, José Araújo Danim, assinou a Lei nº 973, de 23 de março, elevando a Freguesia de Abaeté à condição de Vila, criando, assim, o Município de Abaeté, ao qual passaram a pertencer, também, as terras da antiga freguesia de Beja. A instalação da Câmara Municipal ocorreu no dia 7 de janeiro do ano seguinte, em Abaeté, muito embora Beja reivindicasse ser a sede municipal (IBGE, 2009).

Abaeté recebeu foros de Cidade em 1895 quando o governador Lauro Sodré assinou a Lei nº 334, de 6 de julho, elevando Abaeté à categoria de Cidade sendo, instalada oficialmente no dia 15 de agosto do mesmo ano. Entretanto, por força da legislação federal que proibia a duplicidade de topônimos de cidades e vilas brasileiras, em 1944, passou a chamar-se Abaetetuba de origem tupi que significa lugar de homem ilustre (IBGE, 2009).

O Município de Abaetetuba fica a 80 quilômetros da capital do estado do Pará, atualmente é composto oficialmente pelos distritos Abaetetuba (sede) e Beja. Sofre diversas consequências da implantação dos grandes projetos de mineração do complexo ALBRAS/ALUNORTE instalados no território do município de Barcarena (vizinho territorial) como intenso fluxo migratório, ocupação desordenada do território, desemprego, subempregos, e outras.

A principal manifestação religiosa do município de Abaetetuba é o Círio em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. O seu culto constitui uma das mais antigas tradições do Município, com início datado de 1812 (SEPOF/PA, 2009).

A festa tem início no final de novembro, com novenas e um arraial, que conta com a presença de barraquinhas com comidas e bebidas típicas. A procissão com destino à igreja Matriz sai no dia 8 de dezembro de um bairro diferente a cada ano.

¹ Balneário histórico localizado a aproximadamente 25 km da sede do município.

Outra festa religiosa importante no Município é a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, realizada no bairro do Algodal. Os festejos, com novena e arraial, iniciam-se uma semana antes da procissão, que sai às ruas no dia 27 de julho, seguida de missa e do concurso de "bonecas" (meninas vestidas de bonecas), sendo que os recursos financeiros angariados são destinados às obras sociais da paróquia.

Além dessas importantes comemorações religiosas, cabe destacar, ainda, a festa em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, realizada do dia 1º ao dia 8 de setembro, cujos festejos são acompanhados de procissão, novenas e arraial. No dia do encerramento, são encenadas peças teatrais de caráter religioso.

Entre as manifestações culturais locais, destaca-se a Folia dos Reis, Grupos de Bois-Bumbás, Pássaros e Quadrilhas, Carimbó e Pastorinhas.

O artesanato local é representado pela fabricação de embarcações, confecção de rendas, bordados, brinquedos (bonecos e bichos), bem como de peças produzidas a partir da utilização de recursos naturais, como raízes, sementes e outros, principalmente o miriti, árvore nativa da Amazônia bastante abundante no município. A pintura e o desenho, além da escultura, completam o mosaico das mais diversas produções artesanais do Município. Exemplos de Brinquedos de Miriti: figura 03.



Figura 03 – Brinquedos de Miriti

A igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a igreja de São Miguel de Beja constituem os principais monumentos históricos de Abaetetuba. Os equipamentos culturais, por sua vez, são representados por uma Biblioteca Pública, uma Casa da Cultura e um Cinema.

O município contém cerca de 72 ilhas, com destaque para as ilhas do Capim (com 944,7 ha), Sirituba e Campopema. A praia de Beja, no Distrito de Beja é considerada a mais bonita e atrativa do município, Figura 04, e mais 49 Colônias Agrícolas (ABAETETUBA-PA, 2010).



Figura 04- Orla de Beja, Abaetetuba/PA

O principal rio do município de Abaetetuba é o Rio Pará, que se constitui no limite natural, a noroeste, com os municípios de Muaná e Ponta de Pedras. Nesse rio, se destacam dezenas de ilhas: Urubuéua, Sirituba, Capim, Compopema, entre outras. Importante também, é o rio Abaeté que banha a sede do Município e deságua na Baía do Capim (ABAETETUBA-PA, 2010).

Outros rios que deságuam na baía do Capim são: Guajará de Beja, Arapiranga de Beja e o Arienga, este último fazendo limite com Barcarena, a nordeste. Destaca-se, ainda, o rio Itanambuca, que serve de limite natural, a sudoeste, com o município de Igarapé-Miri (ABAETETUBA-PA, 2010).

O município é todo cortado por rios, furos e igarapés, estradas e ramais, a figura (05) a seguir, indica algumas dessas principais localidades, com a sede administrativa ao centro.

Na linguagem do povo desta cidade entende-se como localidade um lugar ou uma determinada área habitada, com um nome tradicional, formada por outras comunidades menores. Cada rio, igarapé, furo, costa de Abaetetuba corresponde a uma grande comunidade, subdividida em comunidades menores. Cada Ramal também corresponde a uma grande comunidade subdividida.



Figura 05 – Mapa do município de Abaetetuba/PA cortado por rios, furos e igarapés, estradas e ramais, localiza algumas das principais localidades, com a sede administrativa ao centro.

A população em idade economicamente ativa é de 45.633, sendo 26.798 residentes na zona urbana e 18.835 habitantes na zona rural. A população ocupada é de 39.706 sendo que destes apenas 18.464 encontram-se empregados os demais ocupam vagas informais ou em atividades de extrativismo para subsistência (SEPOF/PA, 2009).

A população abaixo da linha da pobreza perfaz um percentual de 64,66% do total da população. De toda população existente na zona rural 79,97% está abaixo da linha da pobreza e 54,49% da população urbana também está abaixo desta linha. Observa-se aqui que mais da metade da população residente no município encontram-se abaixo da linha da pobreza, principalmente aqueles que vivem na área rural (SEPOF/PA, 2009).

A taxa de mortalidade infantil também é considerada alta, cerca de 22,66% (SEPOF/PA, 2009).

No que diz respeito ao nível de escolaridades, de acordo com o censo IBGE de 2000, dos 87.311 habitantes com idade superior a 10 anos pelo menos 12.351 habitantes não possuem instrução alguma e apenas 1.304 habitantes possuem 12 anos ou mais de estudo. A média de anos de estudo da população em geral é de 3,34 anos 1, 98 anos e na zona rural.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Abaetetuba é de 0,710, o IDH reúne três indicadores de desenvolvimento, são eles Educação: 0,810, Longevidade: 0,760 e Renda: 0,540 (PNUD, 2009).

Quanto aos serviços públicos existente no município, este conta com rede de atendimento à saúde, a educação e assistência social, além de ser sede dos municípios de sua região com agências de atendimento do INSS e Receita Federal, hemocentro, etc.

Quanto ao atendimento à saúde o município conta com três hospitais gerais sendo dois públicos e um privado, dois Centros de Atendimento Psicossocial - CAPS, um especializando no atendimento a portadores de doenças mentais, e outro AD especializado no atendimento a usuários de álcool e outras drogas. O município conta também com três Centros de Saúde, um Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA em DST-AIDS, vinte e quatro Postos de Saúde, distribuídos entre zonas urbanas e rurais, especialmente na região das ilhas e oito Unidades de Saúde da Família, além de unidades móveis, laboratórios, serviços de vigilância sanitária e epidemiológica, entre outros serviços.

Quanto à Política Pública de Educação o município conta com escolas da rede pública estadual e municipal, bem como da rede privada, além de Campi universitários da UFPA - Universidade Federal do Pará e da UEPA – Universidade do Estado do Pará. As escolas estão localizadas na sede do município assim como em ilhas e estradas.

No que diz respeito à Política de Assistência Social identificou-se que o Sistema Único de Assistência Social o SUAS vem sendo implantado desde 2005, especialmente por meio dos Centros de Referência da Assistência Social - Os CRAS – que no município estão distribuídos entre dois rurais e três urbanos. Um dos CRAS rurais é classificado como CRAS Quilombola este CRAS é destinado ao atendimento e visitas sociais e profissionais nas comunidades ribeirinhas e quilombolas (atualmente este CRAS atende 12 comunidades), possui um centro de apoio na sede administrativa, mas está localizado oficialmente no Rio Ipanema (com sala de planejamento localizada na sede da SEMAS Abaetetuba), e o outro está localizado no Distrito de Beja. Os três CRAS urbanos foram instalados nos bairros São Sebastião e Algodal, respectivamente, e o outro inicialmente financiado com recursos próprios esta localizado no Bairro São Lourenço. Importante ressaltar que os bairros escolhidos atendem aos critérios determinados pela NOB-SUAS de serem periféricos populosos e pobres, isto é, possuem alta taxa de vulnerabilidade com exceção o CRAS São Lourenço localizado em área não vulnerável, mas sua área de abrangência alcança bairros com estas características.

Mapa urbano da Cidade de Abaetetuba dividida por bairros. (Figura 06):



Legenda Bairros:

	São João		Cristo Redentor
	Francilândia		Mutirão
	S. D. Angélica		Centro
	Santa Clara		Algodal
	Cafezal		Santa Rosa
	São Lourenço		São Sebastião
	Aviação		Castanhal

Figura 06 – Foto do Mapa Urbano da Cidade de Abaetetuba/PA dividida por bairros.

III. A CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PESQUISADOS

As visitas às unidades foram realizadas no final do ano de 2009. Anteriormente a visita foi realizado contato com a Secretária de Assistência Social do Município Sra. Joana Rita Abreu da Silva, a quem foi entregue ofício (anexo I) solicitando autorização para a realização da pesquisa, solicitação que foi prontamente aceita conforme cópia em anexo (anexo II), encaminhada aos coordenadores de cada CRAS.

As visitas tiveram como objetivo principal reconhecer a dinâmica de funcionamento de cada CRAS no município, identificar suas equipes de referencias, localização, área de abrangência e atividades desenvolvidas entre outros dados, tendo como roteiro o Formulário “Caracterização dos CRAS de Abaetetuba/PA (anexo III) que foi preenchido pela pesquisadora em lócus, sendo um formulário para cada unidade.

Com base nos dados de cada visita apresentamos a seguir uma breve caracterização de cada unidade, observando algumas peculiaridades de cada uma, alguns destes dados e outros também coletados nesta visita serão apresentados com mais detalhes e discutidos no Capítulo IV deste trabalho.

O CRAS Quilombola

O primeiro CRAS visitado foi o CRAS Quilombola, a visita foi realizada em uma Sala da SEMAS identificada por uma plaqueta na porta (figura 07), onde funciona a Sala de Planejamento do CRAS Quilombola, a visita foi realizada no dia 01/12/2009, no centro de planejamento, uma vez que sua área de atuação é a região das ilhas, um total de 12 comunidades atendidas de forma itinerante, em que a equipe se desloca de barco até o local onde serão desenvolvidas as atividades.

Neste CRAS a coleta de informações foi realizada junto à coordenadora daquela unidade que é socióloga com ênfase em antropologia e possui especialização na área de violência contra crianças e adolescentes, esta informou que está nesta função desde janeiro/2009, este CRAS foi fundado em 2006.

O CRAS Quilombola é considerado um CRAS Rural e atende as Ilhas: Genipaubá, Itacuruça Baixo, Itacuruça Médio e Itacuruça Alto, Ipanema, Arapapu, Arapapuzinho, Ilhinha, Tauerá-açu, Acaraqui, Rio Assacu, Igarapé Vilar, A coordenadora explicou que estas

comunidades foram escolhidas por serem comunidades quilombolas e muito vulneráveis, não são próximas umas das outras, isto é, estão distribuídas aleatoriamente ao longo de todo o território do município pesquisado.



Figura 07 - Foto da sala de planejamento localizada na SEMAS Abaetetuba/PA

A sala de planejamento utilizada na SEMAS é relativamente pequena (figura 08) e comporta a equipe de referência, além da coordenação e uma auxiliar administrativa, o espaço conta ainda com um microcomputador com impressora e acesso a rede de computadores, o telefone utilizado é o da secretaria.



Figura 08 – Foto do interior da sala de planejamento do CRAS Quilombola.

No espaço também se pode observar a exposição dos registros das atividades desenvolvidas pela equipe do CRAS, assim como materiais produzidos em oficinas nas comunidades (figuras 09 e 10).



Figura 09 – Foto de exposição dos registros das atividades desenvolvidas pela equipe do CRAS Quilombola.



Figura 10 – Foto dos materiais produzidos através de oficinas nas comunidades Quilombolas

A coordenação informou que o CRAS conta também com uma equipe de educadores sociais que residem nas comunidades da área de abrangência, estes educadores funcionam como elo entre a comunidade e equipe técnica, mobilizando as famílias para participarem das atividades, marcando visitas, identificando situações que necessitam de intervenção, entre outras atividades.

A equipe técnica de referência atua de forma itinerante, realizando estudos de caso e atividades de aconselhamento e encaminhamentos para a rede socioassistencial, também realizam visitas domiciliares, entretanto o acolhimento das famílias e a triagem para o

atendimento são realizados pelos educadores sociais na própria comunidade, que trazem as demandas até a equipe e esta planeja a intervenção conforme as necessidades identificadas.

A equipe informou ainda que algumas vezes ocorrem “demandas espontâneas”, quando algumas famílias procuram a equipe na Sala de planejamento na sede da Secretaria Municipal no centro urbano do município.

O CRAS São Lourenço

Ainda no dia 01/12/2009, foi realizada visita ao CRAS São Lourenço localizado no centro da cidade, esta não é em área vulnerável, mas sua área de abrangência atinge áreas do São Lourenço e os bairros São José, São João, Francilândia, parte do Centro e parte da Aviação, que são considerados vulneráveis.

A informante acerca das características deste CRAS foi A. K., que é a Coordenadora. A. K. é Terapeuta Ocupacional e está nesta função desde outubro/2009, informou que este CRAS esta em funcionamento desde 2008.

Importante ressaltar que este CRAS iniciou suas atividades com recursos próprios do município e posteriormente passou a receber recursos do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, hoje é parcialmente financiado pelo MDS com contrapartida do município.

A coordenação informou ainda que antes de ser transformado em CRAS neste espaço funcionava o Grupo de Convivência de Idosos, em parceria com a Pastoral do Idoso, e por este motivo este CRAS tem uma característica “peculiar” possui alguns serviços voltados especificamente para o atendimento desta demanda como Geriatria e Massoterapia.

Este CRAS também conta com ampla área externa com piscina e salão para trabalhos com grupos de jovens e famílias (figuras 11 e 12).



Figura 11 – Foto do CRAS São Lourenço, ampla área externa com piscina.

A área da piscina também é utilizada em atividades com idosos.



Figura 12 – Foto do salão para trabalho com grupos de jovens e famílias do CRAS São Lourenço

As salas de atendimento de Serviço social e Psicologia são bastante amplas, mas conta com poucos mobiliários, estão dispostas separadamente garantindo atendimento individual e sigiloso (figuras 13) para atendimentos com Assistente Social e (14) para atendimento com as Psicólogas).



Figura 13 - Foto da sala de atendimento do Serviço Social do CRAS São Lourenço



Figura 14 - Foto da sala de atendimento de Psicologia do CRAS São Lourenço

O CRAS conta ainda com salas de aulas, sala da coordenação, sala para trabalhos com pequenos grupos, recepção. Na ocasião da visita ainda não haviam providenciado a fachada de identificação, isto se dava através de um quadro de avisos na área de entrada do CRAS.

O CRAS Algodual

Este CRAS fica localizado no Bairro Algodual, um dos mais populosos da cidade, sua área de abrangência se estende por todo este bairro, principalmente a área periférica onde residem algumas famílias ribeirinhas e parte do centro da cidade.

A visita foi realizada no dia 01/12/2009, os informantes foram A. S. (auxiliar administrativa) e M. C. (Assistente Social) a coordenadora, que também é assistente social, não estava no local no momento da visita.

Conforme informações coletadas, este CRAS foi um dos primeiros a serem inaugurados no município, sua inauguração data de 2006.

O espaço é bastante amplo, talvez o CRAS mais bem estruturado do município, possui fachada de identificação bem visível, conforme se observa na (figura 15) a seguir:



Figura 15 – Foto da fachada de identificação do CRAS Algodual

Neste espaço também funciona o Centro de Inclusão Digital o CID do município. Na ocasião da visita estava sendo equipada uma sala com microcomputadores destinada ao funcionamento deste CID. O espaço conta também com amplas áreas para atividades externa e de grupo, inclusive com piscina (figura 16).



Figura 16 – Foto da área externa do CRAS Algodual com piscina.

Estes espaços são utilizados para atividades educativas e de lazer dirigidas pelos educadores sociais ou pela própria comunidade com jovens e crianças. Também são realizados trabalhos com grupos de jovens e famílias no salão destinado para o trabalho com grupos (Figura 17).



Figura 17 – Foto do salão destinado ao trabalho com grupos do CRAS Algodual

As salas de atendimento da equipe técnica garantem atendimento individual e sigiloso, equipada com mobiliário adequado para atendimento do serviço social (figura 18) e (figura 19) onde foi colocado um sofá para garantir maior humanização no atendimento

psicológico. Na ocasião da visita a psicóloga que compunha esta equipe havia pedido exoneração e até aquela data ainda não havia sido substituída.



Figura 18 - Foto da sala de atendimento do Serviço Social do CRAS Algodual



Figura 19 - Foto da sala de atendimento de Psicologia do CRAS Algodual

O atendimento da equipe técnica é realizado conforme a demanda apresentada, geralmente o primeiro atendimento é realizado pelo Assistente Social, para então posteriormente ser encaminhado ao psicólogo, eventualmente a equipe realiza reuniões para estudos de caso, a maioria dos encontros são direcionados a resolver questões administrativas ou para planejar algum evento.

O CRAS São Sebastião

Localizado em um dos bairros mais vulneráveis do município, provavelmente também seja o menos estruturado, apesar de ter sido o primeiro CRAS a ser inaugurado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, isto é, agosto de 2005.

Este CRAS tem grande experiência acumulada, apesar de a atual equipe técnica estar neste espaço somente desde janeiro de 2009, mas sua história foi resgatada, compilada e descrita em uma cartilha publicada em outubro de 2009 intitulada (DES)EVOLVIMENTO² em que o CRAS conta sua história através do depoimento de técnicos, educadores sociais, usuários e outros agentes envolvidos em sua trajetória.

A cartilha é ilustrada com diversas fotos de atividades e eventos promovidos ao longo de sua história, trata-se de um retrato do trabalho que continua sendo desenvolvido pela atual equipe.

Na ocasião da visita a área de abrangência deste CRAS atingia os bairros São Sebastião, Cristo Redentor, Santa Rosa e Castanhal.

A visita foi realizada no dia 07/12/2009, as informantes foram K. S., assistente social e N. Q. coordenadora do espaço que também é assistente social, e está no CRAS desde 2005, ocasião em que este foi inaugurado.

A fachada é tímida, o espaço é próprio da prefeitura e ainda possui a identificação de “Casa da Família” (figura 20) os espaços são pequenos e amontoados. Existe apenas uma única sala para atendimento psicológico e de serviços social, neste mesmo espaço também acumula-se ainda a coordenação e parte do almoxarifado (figura 21).



Figura 20 – Foto da fachada do CRAS São Sebastião

² Veja cópia da cartilha, na íntegra, em anexo VII.

Os atendimentos são realizados por meio de revezamento e agendamento para poder garantir sigilo, as informantes pontuaram que alguns atendimentos, às famílias, por exemplo, é feito pelo psicólogo e assistente social em conjunto.



Figura 21 – Foto da única sala para atendimento psicológico e de serviço social, Coordenação e parte do Almojarifado do CRAS São Sebastião.

Reuniões com grupos maiores como as reuniões com famílias e/ou grupos de jovens são realizadas em uma área coberta no quintal de uma comunitária vizinha ao CRAS, às atividades esportivas e de laser também são realizadas em equipamentos existentes na própria comunidade, pois o CRAS não possui estes espaços.

Apesar de todas as dificuldades, no que diz respeito à estrutura física deste CRAS a equipe conta com a ampla adesão da comunidade nas atividades, conforme foi informado.

Na Secretaria de Assistência informaram que o CRAS São Sebastião ainda se encontra naquele espaço devido à comunidade não possuir imóvel maior e mais adequado que possam centralizar as atividades, quanto a previsão de ser construído um novo prédio, a secretaria informou que existe um plano para isso, mas esta não soube prever o prazo para o início da construção desta unidade.

O CRAS Vila de Beja

Este CRAS é também considerado um CRAS Rural, apesar de estar localizado em uma vila urbana, sua abrangência atinge em grande parte a área rural no total 12 comunidades rurais nas adjacências da Vila de Beja que fica a cerca de 25 km da sede administrativa do

Município. As comunidades atendidas são: Itacupé, Maúba, Ramal do Maranhão, Apeí, Rio Guarajará de Beja, Arienga Centro, Arapiranga, Cujarú, Ramal do Pirocaba, Tauarei de Beja. Observa-se na figura (22) a Localização da Vila de Beja em relação a sede do município.



Figura 22 – Mapa do Município de Abaetetuba/PA com destaque para a Localização de Vila de Beja em relação à Sede do município

A figura anterior identifica algumas comunidades rurais, inclusive algumas atendidas por este CRAS, que ficam nas adjacências da Vila, principalmente comunidades rurais localizadas as margens de estradas e ramais.

Inaugurando em 2006, ainda utiliza em sua fachada o título de “Casa das Famílias” (figura 23).



Figura 23 – Foto da fachada do CRAS Vila de Beja.

A visita a este CRAS foi realizada no dia 07/12/2009, a informante foi a coordenadora Sra. I. P. que é pedagoga e esta nesta função desde janeiro de 2009.

A coordenadora informou que sua maior demanda de usuários residem na zona rural e que muitas famílias habitam em locais de difícil acesso para onde muitas vezes a equipe se desloca para realizar seus atendimentos para isso a equipe conta com um veículo motocicleta para realizar estes deslocamentos.

Os espaços deste CRAS são bastante amplos, também pode contar com recursos da própria comunidade onde está localizado, como o campo de futebol onde promovem atividades desportivas e de lazer com crianças e jovens.

Os atendimentos de Psicologia e Serviço Social são realizados em salas próprias e individualizadas, garantindo sigilo, equipadas com mobiliários adequados, são amplas e arejadas conforme se observa nas figuras (24) a sala para atendimento psicológico e (25) para atendimento do serviço social.



Figura 24 - Foto da sala de atendimento de Psicologia do CRAS Vila de Beja



Figura 25 - Foto da sala de atendimento do Serviço Social do CRAS Vila de Beja

O CRAS conta ainda com espaço amplo para trabalhos com grupos de jovens e famílias, sala de aula para trabalho com grupos menores, salas da coordenação recepção e copa, e ainda o prédio de uma igreja desativada localizada ao lado do CRAS, que é aproveitada para realização de encontro com grupos maiores como os encontros com as famílias e para realização de eventos na comunidade.

No quadro, a seguir apresentamos o quadro de composição das equipes de referencia em cada CRAS pesquisado de Abaetetuba/PA em relação ao Vínculo de Trabalho com a PMA:

Composição das Equipes de Referência por CRAS de Abaetetuba/PA.

CRAS:	Formação do Coordenador	Vínculo com PMA	Psicólogos		Assistente Sociais	
			Conc.	Temp.	Conc.	Temp.
Quilombola	Sociologia	Concursado	0	1	0	2
São Lourenço	Terapia Ocupacional	Temporário	1	1	1	0
Algodoal	Serviço Social	Concursado	0	0	2	0
São Sebastião	Serviço Social	Concursado	0	1	0	2
Vila de Beja	Pedagogia	Temporário	0	1	0	1

Quadro 01 - Fonte: SEMAS/ABAETETUBA/PA, 2009

Mapa do Município de Abaetetuba/PA, dividido pelas áreas de abrangência dos CRAS localizados na área urbana (figura 26).



Figura 26 - Mapa do Município de Abaetetuba/PA, dividido pelas áreas de abrangência dos CRAS localizados na área urbana.

01. A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O tema proposto neste capítulo trata de uma reflexão acerca da **Análise de Políticas Públicas com ênfase na Política de Assistência Social**, pretende-se compreendê-la no contexto onde ela ocorre, isto é, possui uma dinâmica que merece ser analisada e compreendida em sua universalidade.

Compõem o aporte das análises de políticas públicas que serão discutidos nesta pesquisa, os conceitos considerados por Klaus Frey (2000), “polity” para denominar as instituições políticas, “politics” para os processos políticos e, por fim, “policy” para os conteúdos da política” (FREY, 2000 p. 216, 217).

Para Frey, (2000):

Essa diferenciação teórica de aspectos peculiares da política fornece categorias que podem se evidenciar proveitosas na estruturação de projetos de pesquisa. Todavia, não se deve deixar de reparar que na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente (FREY, 2000 p. 217).

Portanto, para o desenvolvimento desta pesquisa é necessário a abordagem de algumas categorias conceituais diretamente relacionadas ao objeto de estudo, a partir dos quais são delimitados os temas a serem estudados: O papel da Política Pública de Assistência Social e a sua atividade política (*polity*), as forças políticas envolvidas na construção e na trajetória da Política Nacional de Assistência Social (*politics*), e o olhar sobre a ação política neste caso a partir da questão da atuação profissional interdisciplinar e a interface entre as profissões Psicologia e Serviço Social (*policy*).

Na concepção de Muller e Surel (2002), estudar a ação da política é situar-se, principalmente no quadro da terceira acepção, isto é, aquela que designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, dispositivos político-administrativo coordenados, em princípio, em torno de objetivos explícitos. Os autores também fazem um alerta: “isso não quer dizer, que as outras dimensões deverão ser ignoradas e, em particular, a dimensão da competição política (*politics*)” (MULLER e SUREL, 2002, p. 11).

Antes de discutir sobre a política pública de assistência social se faz necessário compreender o que é uma política pública. Para Muller e Surel (2002) “é ao mesmo tempo, um construto de pesquisa, a qual por isso coloca problemas difíceis de identificação e de

interpretação, e que enfim o desafio atual da pesquisa é o da constituição de um quadro de análise sistêmica de ação pública” (MULLER e SUREL, 2002, p. 12).

Friedberg (1993) apud Muller e Surel (2002), considera que:

Toda política pública assume, de fato a forma de um espaço de relações interorganizacionais que ultrapassa a visão estritamente jurídica que se poderia ter a respeito: uma política pública constitui uma “ordem local”, isto é um “construto político relativamente autônomo que opera, em seu nível, a regulação dos conflitos entre os interessados, e assegura entre eles a articulação e a harmonização de seus interesses, seus fins individuais, assim como dos interesses e fins coletivos” (FRIEDBERG (1993) apud MULLER e SUREL, 2002 p.20).

Foi nesta perspectiva que houve a consolidação das Políticas Sociais como medidas paliativas de bem estar social, na tentativa de humanizar o sistema capitalista sem destruí-lo, principalmente no período entre guerras e mais especificamente no pós-guerra, quando este sistema conheceu sua maior crise.

Quando se fala em políticas sociais não se pode deixar de lado o papel do Estado enquanto regulador e mantenedor destas políticas. O Estado tem papel fundamental no planejamento, implementação destas, assim como este precisa destas para se estabelecer.

Na busca de sua legitimação política e econômica o Estado se depara com as demandas conflituosas das classes subalternas. Apesar de ainda permanecerem em cena as instituições privadas e voluntárias o Estado tende a assumir a assistência visando o bom funcionamento do sistema ou, sob outro ponto de vista, traçar uma estratégia hegemônica de conteúdo altamente ideologizado e alienante que oculta uma relação violenta de contínua expropriação de direitos, garantindo, concomitantemente, as condições de produção e reprodução do capital e do trabalho.

O Estado se constitui como a principal instituição da sociedade, visto que é ele quem media a estrutura legal, ideológica e prática que permeiam a vida cotidiana, havendo, para tanto, instituições e organizações que possuem objetivos específicos a fim de assumir demandas particulares da sociedade, isto significa que o Estado se organiza estruturalmente em dimensões setorizadas obtendo, desta forma, um maior controle das classes dominadas, apaziguando os conflitos existentes entre capital x trabalho. Assim, o Estado encerra um grupamento político que se funda na força, pois ao “reivindicar o monopólio do uso legítimo da violência³”; o Estado capitalista⁴ se caracteriza como sendo o instrumento através do qual o uso da força é utilizado para a “defesa do mais forte”.

³ Weber apud Souza, 1995, p. 46.

A questão social irá implicar em alvo de intervenção estatal, objetivada por meio das políticas sociais. Para Veiga Neto (1996), no capitalismo concorrencial a intervenção estatal objetivava cessar as mobilizações dos trabalhadores contra a “ordem burguesa”; já no capitalismo monopolista, a “questão social” é internalizada, mantendo assim, oculta a essência de classe do Estado.

Neste contexto, são criados mecanismos destinados a dar condições de ação ao Estado, dentre eles cabe-nos deter aqui ao papel desempenhado pelas políticas sociais, as quais exercem um objetivo específico no íterim da administração pública, e atuando de acordo com determinações de cada governo e alternado suas formas de acordo com determinadas conjunturas.

A política social se orienta, então, como forma de controle da população marginalizada pelo capital. Desde as sociedades pré-capitalistas verifica-se a existência de ações pontuais que visavam punir aqueles considerados vagabundos e manter a ordem social vigente, num ensaio promissor daquilo que posteriormente iria ser denominado de política social. Portanto, no período em que o capitalismo se expande a pobreza se torna visível e extremamente incômoda, passando a ser um risco social e associado diretamente a doenças, violência, degradação de valores, furtos, dentre outras associações bastante preconceituosas, à medida que não buscavam identificar o cerne dos problemas emergentes.

As autoras Behring e Boschetti (2008) elencam as leis que antecederam o período da Revolução Industrial e que visavam atingir tais problemas, dentre elas: Estatuto dos Trabalhadores (1349); Estatuto dos Artesãos/Artífices (1563); Lei dos pobres elisabetanas (1531 e 1601); Lei de domicílio (Settlement Act, 1662); Speenhamland Act, (1795); Nova Lei dos pobres (Poor Law Amendment Act, 1834).

Percebe-se nestas legislações um caráter punitivo e repressivo, que buscavam maquiar o caos instalado na sociedade, com o qual as classes elitizadas não conseguiam conviver. Portanto, as políticas instaladas no período que antecede e se prolonga pela Revolução Industrial são caracterizadas como forma de punir e não proteger o cidadão pelo trabalho, de acordo com os princípios religiosos cristãos, o pobre, o marginalizado estaria se redimindo do pecado e deveria aproveitar toda a “oportunidade” de trabalho que lhe era ofertada.

⁴ Souza (1995, p. 46) define o Estado capitalista em três momentos, sendo respectivamente, *repressor*, já que devido à sua *função econômica* é coercitivo ao exercer o controle da força de trabalho; *regulador* a partir do momento que articula mecanismos a fim de evitar crises econômicas; e, por fim, é também *produtor* ao passo que planeja e contém um monopólio estatal dentro do capitalismo.

Sendo assim, era quase nula qualquer forma de negociação entre trabalhador e patrão, quer fosse por melhor remuneração ou melhor condição de trabalho. O trabalhador era obrigado a submeter sua força de trabalho em troca de sua sobrevivência sem qualquer garantia de que sua dignidade pusesse ser preservada, como bem observam as autoras.

Naquela época já se observa o que até hoje se perpetua como característica das políticas sociais: os critérios seletivos e restritivos, os auxílios mínimos ou como denomina Pereira (2002): os mínimos sociais. Desta forma, o caráter meritocrático, em que há aqueles que merecem e os que não merecem ser usuários de determinada política social prevalecem até hoje.

Contudo, não se pode desconsiderar que a questão social envolve mediações complexas, seja no âmbito econômico, político, cultural, dentre outros, haja vista que ali estão correlacionados, em uma arena política, sujeitos que buscam, historicamente, atingir fins antagônicos. Para compreender esta complexidade se faz necessária uma leitura dialética, dinâmica e histórica. Sendo assim, no âmbito da sociedade burguesa, dentro de uma leitura da tradição marxista, a desigualdade social é inerente às relações de produção e reprodução do capital (MARX, 1997).

Muito embora a sociedade tenha sofrido muitas transformações, o capital tenha atravessado crises graves e o Estado tenha reformulado sua atuação, tal como ocorreu em alguns países com o Welfare State, quando as funções estatais foram ampliadas, as relações de produção e reprodução do capital, de desigualdade não foram eliminadas, ou seja, o capital se renova e continua extraindo mais-valia, criando novas relações de produção, gerando sub-condições de trabalho, habitação, etc, vivendo da miséria de uma grande parte da população.

Outrossim, as alterações no mundo globalizado geraram mudanças profundas no âmbito familiar ao ampliarem o desemprego estrutural devido às especificidades das relações de trabalho e o incremento de tecnologias que dispensam cada vez mais trabalhadores de determinadas atividades, chegando até a extinguir algumas áreas de trabalho.

Particularmente no caso brasileiro, situações de desigualdade e exploração estiveram historicamente agregadas, trazendo consigo um legado de submissão, humilhações e da cultura do apadrinhamento, os quais ainda na contemporaneidade permeiam o âmbito das políticas públicas no Brasil. Ao considerar a política social na América Latina sob a perspectiva do Estado de bem-estar social, Laurell (1995) considera em primeiro lugar o processo histórico de constituição dos Estados latino-americanos os quais determinam a configuração política atual, que no caso brasileiro se pautou em atuações paternalistas e em uma participação popular esvaziada.

Todas estas questões aliadas ao crescimento desenfreado das grandes cidades, expansão econômica, migrações, industrialização e a cultura de massas aceleraram tais transformações desestruturando uma organização básica da sociedade, a família.

Não nos cabe aqui discutir aprofundadamente a problemática que envolve o contexto familiar, tampouco esboçar críticas e elogios ao feminismo ou ser nostálgico, contudo, não se pode negar que a saída da mulher para o mercado de trabalho, a delegação de responsabilidades ao homem (outrora relativas à mulher) dentro de casa aliadas à precarização do trabalho, à concorrência e individualismo impulsionados pelo capitalismo são fatores relevantes quando se analisa a sociedade contemporânea.

Estas breves considerações acerca da política social são fundamentais para que se compreendam historicamente as mudanças ocorridas na sociedade e o agravamento das expressões das questões sociais e conseqüentemente, a forma como o poder público tem enfrentado tais questões e seus desdobramentos.

Dentre estas políticas destaca-se a política de assistência social, que segundo Galper (1986):

(...) pode ser vista como um resultado do conflito de classes, apesar do resultado ter claramente favorecido a classe empresarial. É na verdade um compromisso temporário que é alcançado entre as forças conservadoras e progressistas. Representa tanto a luta das forças progressistas por um mundo mais decente, quanto à capacidade contínua das forças conservadoras de canalizar e conter as forças progressistas dentro da lógica capitalista (GALPER, 1987, p.111).

Observa-se então, que a política pública de assistência social surgiu como uma tentativa de obscurecer a questão social, produzida pelo sistema capitalista, uma estratégia de sobrevivência do próprio sistema conforme apresentam Iamamoto e Carvalho (2001):

A partir da década de 30 e especialmente na Segunda guerra mundial, concomitantemente ao aprofundamento do capitalismo, acentuam-se os mecanismos de disciplinamento e controle social. Aparecem novas técnicas sociais, associadas ao revolucionamento dos processos produtivos e ao aumento da composição orgânica do capital. O estado assume crescentemente as funções de zelar pelo disciplinamento e reprodução da força Trabalho (e socialização de seus custos), tarefas em relação as quais as instituições assistenciais desempenham um papel fundamental. Ao abranger condições essenciais da sobrevivência e reprodução da força trabalho (e materializar a vinculação entre o modelo econômico e político, e as políticas sociais), tais instituições passam a desempenhar funções políticas econômicas e ideológicas vitais para a manutenção da dominação de classe (IAMAMOTO E CARVALHO, 2001, p. 306).

Conforme Sposati (1995) a Assistência Social no Brasil foi caracterizada por uma ação produzida e conduzida pela rede de solidariedade da sociedade civil aliada a um estado

repressor, que perdurou por muito tempo como mecanismo essencial no trato da questão social. Atuou como matriz genérica de políticas sociais como a de saúde, inicialmente voltada aos indigentes, e até mesmo da segurança social voltada para a reiteração da subordinação e do assistencialismo.

Sob a capa de filantropia, ajuda circunstancial, espaço de caridade, a assistência social no Brasil não se mostrou de pronto como forma de relação histórica – e contraditória – das classes sociais frente à desigualdade social. Não se mostrou de pronto com seus vínculos na arena política, visualmente ligada à luta pelo poder. Ao mesmo tempo em que resulta da relação capital-trabalho, questão estrutural que se funde à desigualdade social. (SPOSATI, 1995).

O período da ditadura militar, momento no qual a autora se refere, foi um período de crescimento econômico, em que se agravou a concentração de riquezas e em consequência levou ao empobrecimento dos operários. Neste período a política social era vista como conjunto de estratégias do governo para inibir as manifestações populares, estas ações mantinham um sentido de provisoriedade, eram relacionadas com práticas filantrópicas, espaço de reprodução da exclusão e dos privilégios – clientelismo.

Entretanto, mesmo com o fim da ditadura militar perdurou ainda por muito tempo as práticas de manutenção do assistencialismo como mecanismos de controle, reiteração e subordinação ao capitalismo enquanto se “mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito” (SPOSATI, 1998 p. 28).

Desde meados dos anos 80 o processo de redemocratização do país incluiu um projeto de reformas setoriais com a descentralização, o resgate da dívida social, a participação social e política. Propôs-se a descentralização e regionalização dos programas sociais, o abandono das práticas clientelistas, a municipalização da Assistência Social para que a prestação de serviços assistenciais equivalesse a um direito de cidadania (ARRETCHE, 2000).

A Constituição de 1988 foi um marco legal significativo na história da Política de Assistência Social, constituiu-se então o Sistema Brasileiro de Seguridade Social, inaugurando novas perspectivas: a unidade nacional da política de Assistência Social, seu reconhecimento como dever de Estado no campo da seguridade social e não mais como política isolada que complementa a Previdência Social, seu papel público de garantia de direito e de cidadania e não como ajuda ou favor ocasional e emergencial, e principalmente a partir da nova PNAS, sendo organizada sob o princípio da descentralização e da participação,

rompendo com a centralidade federal e a ausente democratização da sua gestão sob o âmbito governamental (NOB/SUAS, 2005).

A Assistência Social passou então a compor juntamente com a saúde e a previdência social, o tripé da Seguridade Social, a política de assistência social torna-se mais complexa, articulando tanto a manutenção da ordem pública, como a sustentação da demanda, com os direitos sociais, sem que venha a prejudicar a oferta de mão-de-obra (FALEIROS, 1998, apud SPOSATI, 1995).

Em 1993 foi promulgada a lei Nº 8.742 – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS, que regulamenta a Política da Assistência Social nos termos da Constituição brasileira de 1988. A LOAS contém as diretrizes básicas, normas e regras para a Assistência Social no Brasil, considerando o novo cenário social e político do país após a promulgação da Constituição de 1988. A LOAS prevê, por exemplo, uma Assistência Social muito mais preventiva, participativa e de consolidação da cidadania do público atendido.

Considerando as condições políticas e institucionais que surgiram desde a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, os avanços conquistados através das lutas da sociedade brasileira pelos direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiências etc., ainda não se pode dizer que esta política está consolidada, existem ainda muitos desafios a serem enfrentados.

As diversas Conferências realizadas após a LOAS apontaram para a necessidade da implantação imediata de um sistema que pudesse atender as dificuldades e as mudanças estruturais que estavam ocorrendo em toda a sociedade, e como não poderia ser diferente ocorrem também no âmbito da Assistência Social.

A VI Conferencia Nacional de Assistência Social em 2003 tornou-se um marco decisivo na implantação do Sistema Único de Assistência – O SUAS, requisito essencial da LOAS para dar efetividade à Assistência Social como Política Pública.

Conforme apresenta a PNAS/2004 o conhecimento existente sobre as demandas por proteção social era genérico e eminentemente quantitativo, não sendo possível explicar como estas demandas surgem e qual a melhor forma de enfrentá-las.

O SUAS – Sistema Único da Assistência Social – portanto, tem o objetivo de identificar os problemas sociais na ponta do processo, focando as necessidades de cada município, ampliando a eficiência dos recursos financeiros e da cobertura social. O Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ganha espaço para definir políticas e fiscalizar sua execução. Segundo a nova PNAS trata-se de um modelo

democrático, descentralizado, que tem a missão de ampliar a rede de assistência social brasileira (PNAS/SUAS,2004). Funciona também como um instrumento de gestão da política.

A Nova Política Nacional reconhece a relevância da LOAS para que os direitos dos usuários da assistência social sejam garantidos.

Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (PNAS/SUAS, 2004 p. 32).

A Nova Política Nacional de Assistência Social define também princípios e diretrizes que estão diretamente vinculados aos conceitos que dão à base de sua gestão no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Alguns destes conceitos são discutidos por Arretche (2000), como a questão da descentralização político-administrativa e, participação do cidadão usuário e controle social. Arretche (2000), sobre isto, discute o seguinte:

Correntes de opinião de distintos matizes associam positivamente descentralização à democracia. Ou, melhor dizendo, consideram que contemporaneamente a descentralização é uma condição para a realização do ideal democrático (ARRETCHE, 2000 p. 03).

Arretche (2000), ainda sugere que:

Para alguns, comprometidos com o ideário da radicalização democrática, a descentralização representa uma estratégia pela qual se criariam instituições (ou se conferiria poder efetivo a elas) que viabilizassem a participação dos cidadãos nas decisões públicas (ARRETCHE, 2000 p. 03).

Porém, ainda sobre este mesmo tema Arretche (2000), reconhece que a descentralização pode ou não ser um elemento de radicalização e aprofundamento da democracia nas circunstâncias atuais. Para ela, as instituições de âmbito local devem representar incentivo à participação política para possibilitar formas efetivas de controle social sobre as agendas e sobre as ações do governo. “É necessário que se construam instituições cuja natureza e cujas formas específicas de funcionamento sejam compatíveis com os princípios democráticos que norteiam os resultados que se esperam produzir” (ARRETCHE, 2000, p. 04)

Draibe & Arretche (1995) apud Arretche (2000) diz, portanto, que é impreciso afirmar que tenhamos no Brasil um processo de “descentralização das estruturas

administrativas e das funções do Estado”. Na verdade, para além dos esforços de descentralização de alguns programas públicos e dos resultados descentralizados que as iniciativas dos níveis subnacionais têm ensejado, não existe uma estratégia ou programa nacional de descentralização que, comandado pela União, proponha um rearranjo das estruturas políticas institucionais do Estado.

Existe, sim, sob o impulso da consolidação democrática e da crise de capacidades estatais do governo federal, uma conflituosa barganha em torno da descentralização fiscal, processo este que tem como um de seus desdobramentos a descentralização da despesa pública e o fortalecimento institucional dos níveis subnacionais. Esse elemento da reforma do Estado - que não é de modo algum irrelevante - parece obscurecer que grande parte das esferas de atuação do governo permanece sob responsabilidade do governo federal (ARRETCHE, 2000).

A Nova Política Nacional de Assistência Social busca, por meio de suas diretrizes e principais objetivos a consolidação dos processos de descentralização da gestão e dos recursos na assistência social. Institui um novo modelo de organização dos serviços socioassistenciais e da gestão da política de assistência social, buscando unificar conceitos e procedimentos em todo território nacional através do Sistema Único de Assistência Social – O SUAS, por sua vez, estabelece padrões para a execução dos serviços, para a qualidade no atendimento, e define indicadores de avaliação e resultado, padronização da nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

A organização do SUAS é baseada na divisão por territórios e tem como objetivo identificar os problemas sociais, focando as necessidades de cada município, ampliando a eficiência dos recursos financeiros e da cobertura social. Tem também a pretensão de ser um modelo democrático, descentralizado e participativo, assim como propôs na ocasião de sua implantação a ampliação da rede de assistência social brasileira.

Os serviços, programas, projetos e benefícios tem como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos em um território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Expressa a concepção e os pressupostos que orientam as mudanças do modelo de organização da assistência social em todo o território nacional.

O SUAS trás alguns “avanços” no que diz respeito a definição e/ou delimita os campos de intervenção da assistência social, com unificação de conceitos básicos, o enfoque é na proteção social, com a configuração de um sistema que reorganiza os serviços

socioassistenciais por níveis de complexidade (Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta complexidade) e projeta a universalização e a equidade.

A execução dos serviços deve ser feita a partir dessas duas grandes estruturas articuladas entre si: a Proteção Social Básica - PSB, que dá conta da atenção básica e a Proteção Social especial - PSE, considerando a necessidade de ações de média e alta complexidades criando critérios populacionais com diferentes níveis de descentralização e alocação de recursos (PNAS/SUAS, 2004).

Resumindo, O SUAS é um sistema que articula os serviços, define a porta de entrada do sistema, estabelecendo uma referência para as famílias e indivíduos tomando como base de atuação o território, a centralidade na família, a partir da efetivação de um novo pacto federativo, com o fortalecimento da gestão descentralizada e participativa.

Os critérios utilizados pela nova PNAS/2004 para a distribuição dos recursos, e para definir os pisos de cada serviço, foram selecionados com base no banco de dados do censo demográfico de 2000 e da síntese de indicadores sociais de 2003, elaborado a partir das informações da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios o PNAD de 2002, do IBGE, assim como dados provenientes do Atlas de Desenvolvimento também de 2002.

A centralidade sócio familiar e a descentralização territorial geram a necessidade de reconhecer os aspectos demográficos e a dinâmica populacional como indicador importante, destacando-se as altas taxas de urbanização em contraste com áreas pouco habitadas dividindo-se os municípios brasileiros em categorias, ou grupos, como denomina a própria PNAS/2004:

- Municípios Pequenos 1: com população até 20.000 habitantes;
- Municípios Pequenos 2: com população entre 20.001 a 50.000 habitantes;
- Municípios Médios: com população entre 50.001 a 100.000 habitantes;
- Municípios grandes: com população entre 100.001 a 900.000 habitantes;
- Metrópoles: com população superior à 900.000 habitantes;

Outros critérios utilizados na Norma Operacional Básica - NOB/SUAS/2004, definem seus eixos estruturantes, bem como seus princípios organizativos, e as funções da nova PNAS: Proteção Social; Defesa social e institucional; Vigilância Socioassistencial, organizada em uma rede socioassistencial de serviços, programas, projetos e benefícios.

Um dos objetivos da NOB/SUAS é transformar a Política de Assistência Social em uma política realmente federativa por meio da cooperação efetiva entre União, Estados e Municípios. Para sua operacionalização a NOB/SUAS propõe a Gestão Compartilhada de serviços.

Conforme a NOB/SUAS:

Algumas ações e serviços da Assistência Social não podem ser estruturadas apenas na escala dos municípios, ou porque não possuem em seu território condições de oferecer serviços de alta e média complexidade, ou porque existem municípios que apresentam serviços de referência como pólos regionais e garantem o atendimento da sua população de municípios vizinhos (NOB/SUAS/2004 p. 97).

Esta cooperação deve ocorrer quando a demanda de um dos municípios não justifica a implantação do serviço, ou devido ao seu porte ou nível de gestão, não tenha condições de gestão individual de um determinado serviço em seu território.

O nível de gestão, conforme a NOB/SUAS é determinado pela comprovação da capacidade de cada município em gerirem sua política de assistência social com certos requisitos definidos pela NOB/SUAS. Os níveis são: Gestão Inicial, Gestão Básica e Gestão Plena.

A Gestão Inicial tem como pré-requisito a criação e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, criação e funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, elaboração e apresentação do Plano Municipal de Assistência Social aprovado pelo CMAS, alocação e execução de recursos próprios que propiciem o cumprimento do compromisso do co-financiamento.

Para a Gestão Básica além dos pré-requisitos da gestão inicial o município deve também ter funcionando os Conselho Tutelar - CT e Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA, a instituição do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS conforme seu porte populacional; equipe para recepção, identificação, encaminhamento e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC; e estruturar a secretaria executiva do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

Para a gestão Plena, além de todos os pré-requisitos acima o município deve demonstrar capacidade instalada na proteção social especial de alta complexidade, realização de diagnóstico de áreas de vulnerabilidade social, cumprir pactos de resultados junto a Comissão Intergestora Bipartite - CIB e Conselho Estadual de Assistência - CEAS; instalar e coordenar sistema municipal de monitoramento e avaliação das ações da Assistência Social

por nível de proteção básica e especial, nomear gestor do FMAS lotado na Secretária Municipal de Assistência Social - SEMAS, Elaborar e executar política de recursos humanos com implantação de carreira para os servidores públicos que atuem na área da assistência social.

Existem ainda os critérios de partilha e transferência de recursos que devem ser estabelecidos guardando compatibilidade com o que é preconizado na PNAS/2004, e a NOB/SUAS/2004. O primeiro critério, conforme foi apresentado é definido pela PNAS/2004 trata do porte municipal definido de acordo com sua população, associado a isso os demais critérios como taxa de vulnerabilidade social e indicadores sócio territoriais e de cobertura.

A combinação destes critérios compõe a taxa de vulnerabilidade social de um determinado território e defini a classificação dos municípios para a expansão da proteção social básica ou especial conforme seu porte e capacidade de gestão do co-financiamento.

O Co-financiamento do SUAS também define condições como base para a distribuição de recursos conforme o porte de cada município e determina seu nível de proteção.

Outros aspectos importantes deste novo sistema de gestão são: a primazia do Estado na coordenação da Assistência Social e a definição de novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil, com a criação e o funcionamento dos Conselhos Setoriais condições para o repasse de recursos.

Com a nova sistemática de financiamento, por piso de proteção social, com a adoção de mecanismos informatizados, visando o repasse de recursos regulares e automáticos fundo-a-fundo no caso dos serviços de ação continuada e ainda a Implantação do Sistema de Informação da política, como elemento propiciador do acompanhamento, controle, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, o SUAS visa reforçar o comando único das ações nos três níveis de governo, com interface entre as políticas públicas e sociais;

Destaca-se ainda, a elaboração e implementação de Política de Capacitação Continuada, descentralizada, e de Política de Recursos Humanos para a Assistência Social, novidade no âmbito desta política.

Os Serviços Socioassistenciais implicam na produção de ações continuadas e por tempo indeterminado voltados à proteção social da população usuária da rede de assistência social.

As proteções sociais afiançáveis na PNAS são:

- Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica com caráter eminentemente preventivo e processador de inclusão social. Seus destinatários são segmentos da população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrentes da pobreza, da privação (ausência de renda, precária ou nulo acesso aos serviços públicos...), da fragilização dos vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras).

Este nível de proteção tem como principal objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (PNAS/2004).

Conforme estabelece a PNAS/2004 a Proteção Social Básica deve contar com a oferta dos serviços do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, desenvolvidos nos espaços dos CRAS; Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento à pobreza, de preferência em articulação com a comunidade e também da participação da sociedade civil organizada, Centros de Convivência para Idosos, com atividades sócio-educativas intergeracionais; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças, preferencialmente através da implementação de brinquedotecas ou outros espaços de brincar; serviços sócio-educativos para crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil; e Centros de Informação e de educação para o trabalho, voltado para jovens e adultos.

Os programas, projetos e serviços vinculados à proteção social básica, conforme propõe a PNAS/2004 devem ser executados de forma direta nos CRAS ou em outras unidades básicas de assistência social (governamental e não governamental).

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS também conhecido como “Casa das Famílias” é a unidade física estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social que deve executar serviços de proteção social básica. É a unidade de referência e contra-referência do usuário na rede de serviços sócio-assistenciais e unidade de serviço e referência para as demais políticas públicas. Desta forma são considerados serviços de proteção básica de assistência social:

(...) aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não

foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (PNAS/SUAS, 2004 p. 25).

Portanto, atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (PNAS/SUAS, 2004).

O CRAS deve estar localizado em áreas com altas taxas de vulnerabilidade identificadas através dos indicadores definidos pela NOB/SUAS como, por exemplo, o índice de cobertura do território por serviços de Proteção Básica, deve ser observado também o local de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade.

O Guia de Orientação do CRAS, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome – MDS sugere que no caso de territórios vulneráveis com população dispersa como em zonas rurais, populações tradicionais, ribeirinhos etc. a unidade do CRAS deverá localizar-se em local de maior acessibilidade, e realizar a cobertura das áreas através da equipe da unidade.

O número de CRAS por município e a capacidade de atendimento para fins da partilha dos recursos da União, são determinados pela NOB/SUAS e estipula um número mínimo de CRAS de acordo com o porte do município:

- Pequeno Porte 1: 1 CRAS para até 2500 famílias referenciadas; e capacidade para atendimento de 500 famílias/ano.
- Pequeno Porte 2: mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; e capacidade de atendimento até 750 famílias/ano.
- Médio Porte: mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; e capacidade para atendimento de até 1000 famílias/ano.
- Grande Porte: mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; e capacidade para atendimento de até 1000 famílias/ano.
- MetrÓpole: mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; e capacidade para atendimento de até 1000 famílias/ano.

O Guia do CRAS orienta que o espaço físico da unidade deve ser compatível com os serviços nela ofertados, o espaço deve ter no mínimo três ambientes com funções bem definidas: uma recepção, uma sala ou mais para entrevistas e um salão para reunião com grupos de famílias, além das áreas convencionais de serviço.

O Guia sugere ainda que o ambiente deva ser acolhedor para facilitar a expressão de necessidades e opiniões, deve ter um espaço para atendimento individual que garanta privacidade e preserve a integridade e a dignidade das famílias, seus membros e indivíduos.

Quanto à equipe mínima para a execução dos serviços e ações necessariamente nele ofertados o CRAS deverá contar com profissionais que componham preferencialmente o quadro do próprio município, e minimamente dimensionados por categoria profissional, conforme quadro apresentado no Guia/2006:

Equipe mínima para a execução dos serviços e ações dos CRAS

Categoria Profissional	Até 500 famílias atendidas/ ano	De 501 a 1000 famílias atendidas/ ano	Carga Horária (sugerida) / horas Semanais
Assistente Social	1	2	40
Psicólogo	1	2	40
Auxiliar adm.	1	2	40
Estagiários	4	6	20
Coordenador	1	1	40

Quadro 02 - Fonte: Guia do CRAS: Versão Preliminar/2006

Este documento (O Guia do CRAS/2006) sugere também que esta equipe poderá ser ampliada por meio de outros profissionais de áreas afins e também conforme as necessidades locais, o guia estabelece também ainda qual deverá ser o perfil dos profissionais para atuar neste espaço.

Conforme o Guia/2006 os profissionais devem ter amplo conhecimento sobre as legislações sociais bem como ter capacidade para executar procedimentos profissionais para escuta qualificada individual ou em grupo ofertando orientações a indivíduos e famílias, fundamentados em pressupostos teórico-metodológicos, éticos-políticos e legais; articular serviços e recursos para atendimento, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos; saber trabalhar em equipe; saber produzir relatórios e documentos necessários ao serviço e demais instrumentos técnico-operativos; realizar o monitoramento e a avaliação do serviço e desenvolver atividades socioeducativas de apoio, acolhida, reflexão e participação que visem o fortalecimento familiar e a convivência comunitária.

Esta equipe técnica deve ser capacitada periodicamente e de forma continuada. O Guia/2006 recomenda a “realização de reuniões semanais com a equipe e os estagiários para discussão e planejamento do trabalho com famílias, seus membros e indivíduos, e os serviços que isso envolve; avaliação bimensal do trabalho desenvolvido com base em indicadores de resultado a serem oportunamente definidos” (Guia do CRAS/2006 p.22).

A Norma operacional Básica para gestão dos Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, a NOB/SUAS/RH de 2006 fala de Equipes de Referências que são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

A definição e critérios das equipes de referência responsáveis pelos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é responsável por efetivamente dimensionar tanto a carreira dos profissionais que devem integrar os quadros para atendimento na rede socioassistencial, quanto à proporção de equipes em relação ao número de potenciais usuários.

A NOB determina que a equipe técnica de referência dos CRAS para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios fica da seguinte forma composta:

Equipe Técnica de Referência dos CRAS para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica conforme o porte do município.

CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS		
Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, MetrÓpole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Quadro 03 - Fonte: NOB/SUAS/RH: 2006

Conforme a NOB/RH, as equipes de referência para os CRAS devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios sociais.

- A Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial pressupõe o respeito à cidadania, o reconhecimento do grupo familiar como referência afetiva e moral e a reestruturação das redes de reciprocidade social; tem caráter protetivo, e exige atenção mais especializada/individualizada.

Os destinatários deste nível de proteção são famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono; maus tratos físicos e/ou psíquicos; abuso sexual; uso de substâncias psicoativas; cumprimento de medidas sócio-educativas; situação de rua; situação de trabalho infantil; entre outras; e população de rua em que devem ser priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade.

Este nível é dividido em duas complexidades, a Média e a Alta Complexidade. A Média funciona no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS , visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário; dirigido às situações de violação de direitos (violência sexual, doméstica, negligência etc.). Oferece também serviço de orientação e apoio sócio-familiar, além de abordagem de rua e cuidado no domicílio, este nível de complexidade também dá conta dos serviços de habilitação e reabilitação na comunidade para as pessoas com deficiência.

O CREAS também pode ser especializado na aplicação das Medidas socioeducativas em meio-aberto (PSC – Prestação de Serviços à Comunidade e LA – Liberdade Assistida).

A Alta complexidade, por sua vez deve dar conta do Atendimento Integral Institucional através de recursos como: Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semi-liberdade, internação provisória e sentenciada); e Trabalho protegido.

Assim como ocorre com o CRAS, os espaços utilizados para a execução dos serviços ofertados pela proteção social especial através do CREAS e das instituições de atendimento integral também devem contar com equipes de referência compostas por diversos profissionais da área social, tanto de nível médio como de nível superior conforme determina a NOB/SUAS/RH de 2006.

Entretanto, observamos que pelo menos dois profissionais são citados em todas as equipes de todos os níveis de proteção, são eles: Psicólogos e Assistentes Sociais. Porém, em momento algum foi observada, nos documentos aqui analisados, referência para o trabalho interdisciplinar.

Parece-nos, portanto, que ficou subentendido nestes documentos a questão da interdisciplinaridade, quando estes apresentam o perfil necessário que os técnicos devem ter para atuar nestes espaços, principalmente no que se refere à capacidade para o “trabalho em equipe”.

Apresento aqui a questão da interdisciplinaridade uma vez que se trata de um conceito de dimensões teórico-práticas aberto a muitas indagações e que de uma forma ou de outra vem permeando as ações desta nova política no momento em que insere neste campo um profissional que historicamente não tem tradição na execução da política de assistência social: o psicólogo, para atuar em conjunto com outro profissional: o Assistente Social que contribui para a construção da Política de Assistência Social ao longo de sua história.

Entretanto, antes de abordarmos a interface entre estas duas profissões torna-se necessário abordarmos a questão da interdisciplinaridade em termos teóricos delimitando o conceito de interdisciplinaridade que será utilizado ao longo deste estudo.

02. OS MITOS E VERDADES SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE

Para compreender a Interdisciplinaridade tornou-se necessário contextualizar como ocorreu o surgimento do termo e seus antecedentes históricos, neste capítulo apresentamos inicialmente a construção histórica deste conceito, para posteriormente explorá-lo com base em diversas leituras tomadas como referências que serão apresentadas em seguida.

Conforme Japiassu (1974) a idéia de um saber unitário sempre existiu na história do pensamento. O mito para o homem pré-histórico, a idéia de cosmos, no mundo grego, e a aceitação de Deus criador, na Idade Média, sustentaram a unidade do saber e conservaram a integridade epistemológica naqueles períodos, à qual correspondia uma pedagogia também unitária.

Minayo (1994) descreve que na antiguidade, o Museu de Alexandria, considerado o centro da cultura helênica para ensino e pesquisa utilizou por mais de 50 anos o projeto de agrupamento das ciências e das letras, das artes e das técnicas, reunindo estudiosos e tecnologias de todas as áreas. A autora enfatiza ainda que os romanos também adotaram este programa que foi transmitido aos mestres da idade média.

Na tradição grega, este programa de ensino era chamado *enkúklios paidéia*, o qual foi retomado pelos romanos e transmitido à Idade Média com a idéia de uma *orbis doctrinae* (pedagogia da totalidade).

Esses modelos traziam um saber de totalidade como ideal de educação e tinham por objetivo a formação da personalidade integral e não meramente um saber enciclopédico, com acúmulo e justaposição de conhecimentos. As disciplinas articulavam-se entre si, formando uma unidade (JAPIASSU, 1976).

Foi a partir do século XII que surgiram as artes liberais. Isto é, disciplinas que garantiam a “liberdade de espírito” o *trivium* (gramática retórica e dialética) e o *quadrivium* (aritmética, astronomia e música) que compunham o conjunto unificado de letras e ciências. Esta metodologia da totalidade foi adotada também na Renascença, sobretudo pelos jesuítas. Os iluministas também tinham a preocupação com a unidade das letras e ciências, a construção da enciclopédia de d’Alembert e Diderot na França ilustra bem a visão racional de uma unidade na diversidade dos homens daquela época (MINAYO, 1994).

Sobre esta questão Santomé (1998) diz que a preocupação com a integração dos saberes também estavam presente no movimento Iluminista do século XVIII, quando a enciclopédia foi tomada como modelo na defesa da unidade do conhecimento e como

expressão de uma nova atitude intelectual, caracterizada pela rejeição à autoridade dogmática sustentada pela Igreja e pela tradição.

O advento da modernidade provocou um processo de desintegração crescente da unidade do saber. A era moderna foi um período marcado por grande efervescência cultural, quando se destacou Descartes. Descartes inaugurou definitivamente o pensamento moderno, ao propor o uso disciplinado da razão como caminho para o conhecimento verdadeiro e definitivo da realidade e formulou os princípios dessa nova forma de produção de saberes, caracterizado por uma série de operações de decomposição da coisa a conhecer e pela redução às suas partes mais simples. Esse modelo é conhecido como modelo cartesiano e tornou-se um paradigma para a ciência moderna (VILELA E MENDES, 2004).

No século XIX, este paradigma se estabelece definitivamente. Minayo (1994) relata que o século XIX, foi ainda mais marcado pela expansão do trabalho científico, acompanhado pela multiplicação de abordagens e a chegada do tempo dos especialistas e a fragmentação do saber.

Foi nesta ocasião que o positivismo tornou-se hegemônico como paradigma e as disciplinas passaram a se afirmar no “*esplendido isolamento de suas questões e de suas próprias metodologias*” (MINAYO, 1994, p. 46).

Para Minayo, o século XIX marcou um recuo interdisciplinar:

A consciência científica tornou-se asfixiada pela massa crescente de suas conquistas. A acumulação quantitativa do conhecimento pagou o preço, segundo Gusdof, do desmantelamento da inteligência (MINAYO, 1994, p. 46).

Na ocasião a Universidade Imperial da França criada em 1808 por Napoleão Bonaparte, foi à principal expressão desta nova era da fragmentação da ciência, separando a faculdade de letra das faculdades de ciências e tornando necessária a escolha entre cultura literária e cultura científica. Gusdof (apud MINAYO, 1994) faz uma crítica radical a esta nova forma institucional de organização do saber:

Reduzidas as próprias fontes por uma injustificável divisão do trabalho, a literária e a científica são cegas pela metade: uma parte considerável de campo epistemológico é para elas como se não existisse, sofrendo ambas de uma amputação fundamental (GUSDOP apud MINAYO, 1994, p. 46).

O paradigma cartesiano mostrou-se bastante adequado para construir e tratar objetos simples e proporcionou uma simbiose entre ciência e técnica, atendendo às necessidades da industrialização. Dessa maneira, abriu-se o caminho para a fragmentação do conhecimento,

uma vez que as indústrias necessitavam urgentemente de especialistas para enfrentar os problemas e objetivos específicos de seus processos de produção e comercialização. Dessa maneira, o século XIX marca a consolidação das especializações (SANTOMÉ, 1998).

E, assim, a ciência ocidental se desenvolveu com base na noção de especialização, a qual foi se valorizando cada vez mais e, no campo das práticas sociais, novas profissões foram criadas e um novo sistema de ensino e formação foi se estruturando, com base na estratégia da disciplinaridade, caracterizada pela fragmentação do objeto e pela crescente especialização do sujeito científico (VILELA E MENDES, 2004).

Em 1971 com a reforma universitária as ciências naturais passaram a buscar caminhos próprios criando institutos e departamentos independentes objetivando a formação de cientistas cada vez mais especializados, aos moldes das escolas de pós-graduação americana, reforçando ainda mais o modelo “disciplinar” de fragmentação do saber, diluindo definitivamente algumas tímidas tentativas de reverter esta metodologia.

Ocasão em que Gusdof, juntamente com seu discípulo brasileiro JAPIASSU (1976) e o francês CASTORIADS (1987), apud MINAYO (1994), fazem críticas veementes à fragmentação do conhecimento. Minayo(1994) cita os autores:

(...) lembra Castoriadis, que os problemas do conhecimento não podem ser resolvidos independentemente das profundas transformações da organização social e da orientação histórica. Pois o materialismo mecanicista analisa Japiassu, e que instaura o divórcio entre o conhecimento da natureza e do mundo social (MINAYO, 1994, p. 49).

Observamos que os antecedentes históricos do surgimento da interdisciplinaridade está diretamente ligada à fragmentação do saber que era “uno”, e passou a ser “múltiplo” e fragmentando-se em disciplinas, portanto, a interdisciplinaridade só poderá ser concebida a partir deste fenômeno, como vimos nas escolas gregas, medievais e ainda durante a renascença e o iluminismo utilizavam o conhecimento unificado, concluí-se então que neste período não se poderia falar em interdisciplinaridade, pois não haviam disciplinas, mas sim o conhecimento unificado.

Verificamos também que esta divisão começou juntamente com as necessidades da sociedade pré industrial que necessitava cada dia mais de mão de obra especializada assim como era também o modo de produção naquele período.

Como podemos ver a interdisciplinaridade apesar de ser considerada um fenômeno moderno, tem suas raízes históricas na idade antiga, nos primórdios da ciência, e perdura até o

surgimento da sociedade capitalista, quando há a “necessidade” da fragmentação do saber em função da divisão social do trabalho instituída nesta sociedade.

Vilela e Mendes (2004) acreditam que o paradigma racionalista da modernidade, atualmente, já apresenta sinais de esgotamento e essa constatação foi possível graças ao avanço da ciência proporcionado pelo próprio modelo. É nesse contexto que se coloca a interdisciplinaridade que, ao invés de se apresentar como alternativa para substituição de um jeito de produzir e transmitir conhecimento se propõe a ampliar a nossa visão de mundo, de nós mesmos e da realidade, no propósito de superar a visão disciplinar.

Não podemos perder de vista que a interdisciplinaridade tratada até aqui esta diretamente ligada a questões epistemológicas, com debates logrados no âmbito da sociedade científica. Atualmente nos deparamos com a continuidade deste debate, com autores que continuam conceituando a interdisciplinaridade como se ela fosse possível apenas no âmbito do desenvolvimento da ciência, como a exemplo dos artigos de Minayo (1994) e Alves, Brasileiro e Brito (2004) que discutem alguns destes conceitos entre outras passagens deste texto.

Passa-se então a discutir a interdisciplinaridade, mas conceituar este fenômeno não é tarefa fácil, dada a vasta gama de autores que tratam do assunto cada um com uma forma de ver diferente, alguns acham que “ela” é a “salvação”, a “cura do saber”, uma forma de retornar as raízes do conhecimento unificado sempre numa perspectiva filosófica e/ou epistemológica; outros “a” consideram como uma possibilidade de integração das disciplinas para um saber mais abrangente, mas ao mesmo tempo “a” vêm como um instrumento da sociedade capitalista no sentido de satisfazer suas necessidade de profissionais especializados mas também flexíveis; outros autores consideram ainda que a interdisciplinaridade seja como um traço de personalidade pessoal em que depende apenas do indivíduo para que “esta” possa ser exercida.

Vejamos então a seguir essas diversas tentativas de conceituar a interdisciplinaridade.

Em artigo de Minayo (1994) a interdisciplinaridade tratada neste texto fica em torno da articulação entre os domínios das ciências e o debate nas relações epistemológicas e filosóficas, como por exemplo, Gusdof (apud MINAYO 1994), que explica que “*a interdisciplinaridade é a primeira exigência da comunicação, pressupondo a inteligibilidade racional humana*” e ressalta ainda “*se cada ciência possui uma lógica própria, a compreensão desse pluralismo é essencial para uma inteligibilidade diferente*” (MINAYO,1994, p. 50).

As autoras Alves, Brasileiro e Brito (2004 p. 140), iniciam o artigo “*Interdisciplinaridade: um conceito em construção*” com a seguinte frase: “muito já se disse à cerca da interdisciplinaridade. Entretanto, ainda não foi possível formalizar um conceito capaz de unir epistemólogos, filósofos e educadores em torno de um consenso” Esta passagem expõe a confusão teórica que existe em torno deste conceito que para estas autoras, ainda está em construção.

Japiassu (1976) diz que o fenômeno da interdisciplinarização representa mais um “*sintoma da situação patológica em que se encontra, hoje, o saber*” do que um real progresso do conhecimento. O exagero das especializações conduz a uma situação patológica em que uma “*inteligência esfacelada*” produz um “*saber em migalhas*”. Nesse contexto, o esforço de integração da interdisciplinaridade se apresenta como “*o remédio mais adequado à cancerização ou à patologia geral do saber*”. “*A interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa*” (JAPIASSU, 1976 p. 120).

Vasconcelos (1997) levou em consideração os graus sucessivos de cooperação e de coordenação crescente entre as diversas disciplinas profissionais para propor uma conceituação própria. Para isso apresenta conceitos básicos para se entender os diferentes níveis de sistemas de cooperação e coordenação como as definidas por Japiassu (1976) em sua obra clássica “*Interdisciplinaridade e a patologia do saber*”:

- **A Multidisciplinarietà:** gama de disciplinas propostas simultaneamente que não estabelecem qualquer relação entre si.
- **A Pluradisciplinarietà:** gama de disciplinas propostas simultaneamente que estabelecem alguma relação entre si, mas não possuem uma coordenação.
- **A Interdisciplinaridade auxiliar:** utilização ou contribuição de uma ou mais disciplinas para o domínio de outra já existente.
- **A Interdisciplinaridade,** propriamente dita, grupo de disciplinas conexas, introduzindo a noção de finalidade, tendendo para a criação de campo de saber “autônomo”.
- **A Transdisciplinarietà:** coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do campo, criação de campo com autonomia teórica, disciplinar ou operativas próprias.

Com base nestes conceitos Vasconcelos (1997) apresenta seu próprio conceito, sobre interdisciplinaridade:

É entendida como estrutural, havendo reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados. Exige a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando-se em comum os princípios e os conceitos fundamentais, esforçando-se para uma decodificação recíproca da significação, das diferenças e convergências desses conceitos (VASCONCELOS, 1997, p. 47).

Para Japiassu (1989), interdisciplinaridade é um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si, “podendo ir da simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa.” (JAPIASSU, 1989 p. 23).

Segundo Japiassu (1976) apud ALVES, BRASILEIRO E BRITO (2004):

[...] à interdisciplinaridade faz-se mister a intercomunicação entre as disciplinas, de modo que resulte uma modificação entre elas, através do diálogo compreensível, uma vez que a simples troca de informação entre organizações disciplinares não constitui um método interdisciplinar (JAPIASSU, 1976 apud ALVES, BRASILEIRO E BRITO, 2004 p. 141).

Conforme Alves, Brasileiro e Brito (2004), a interdisciplinaridade aponta dois métodos distintos e complementares. Ele propõe o método da tarefa direcionando a procura por objeto comum aos vários conhecimentos, culminando com a prática, e o método da reflexão interdisciplinar que reflete sobre o saberes já constituídos com o objetivo de estabelecer juízo e discernimento.

Demo (1998) define a interdisciplinaridade “como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (p. 88). O autor não anula a disciplinaridade, admite as mudanças que ocorrem no campo da metodologia da ciência, admite que a especialização permitiu um amadurecimento da ciência no que diz respeito ao aprofundamento do real em detrimento do olhar superficial.

Entretanto, Demo (1998) também acredita que as duas possibilidades “mutilam a realidade” e propõe a superação dos extremos avaliando que a necessidade de especialidade

na ciência deve ter como objetivo aprofundar o conhecimento, assim como os especialistas devam ser capazes de dialogar com diferentes áreas.

Para Alves, Brasileiro e Brito (2004) as idéias de Jupiassú e Demo demonstram a “valorização dos conceitos e métodos no engendramento da interdisciplinaridade; entretanto, denotam claramente a visão a-histórica do objeto interdisciplinar, a sobreposição do sujeito sobre o objeto, bem como a criação de uma superdisciplina como método para a sua execução” (p. 143).

Fazenda (apud RIOS, 1995) afirma que os princípios da interdisciplinaridade são a espera, a cautela, a humildade, como se houvesse um poder instituído, que nem sempre estará a serviço do bem comum. Esta concepção abriga em seu interior a característica do “desejo” de ir ao encontro de um saber mais amplo e profundo, não compartimentalizado, o que requer, portanto, “humildade” para se reconhecer o que não se sabe. Para Rios (1995), o não saber impulsiona o ser na busca do saber, “dar a ele coragem para enfrentar e buscar a realidade, superar os preconceitos, descobrir os erros e trabalhar com a diferença e a diversidade” (p. 134).

Para Santomé (1998) a Interdisciplinaridade também é uma questão de atitude. “*É uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida diante do problema do conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para unitária do ser humano*” (p. 527). Está também associada ao desenvolvimento de certos traços da personalidade, tais como: flexibilidade, confiança, paciência, intuição, capacidade de adaptação, sensibilidade em relação às demais pessoas, aceitação e riscos, aprender a agir na diversidade, aceitar novos papéis (FAZENDA, 1996).

Fazenda (1996) afirma ainda que interdisciplinaridade é o desenvolvimento da sensibilidade, fazendo-se necessário um treino na “*arte de entender e esperar, um desenvolvimento no sentido da criação e da imaginação*” (p.120).

Na visão de Siepierski (apud ALVES, BRASILEIRO E BRITO, 2004), não existe consenso quanto ao significado de interdisciplinaridade. Ele a entende como uma possibilidade de transposição das limitações da compartimentalização. E afirma que:

[...] é na convivência com especialistas de outras áreas que o cientista submete suas teorias, impregnadas de particularismos de sua área específica, ao crivo da crítica de seus, por assim dizer, primos. Portanto, a característica principal da interdisciplinaridade é o conflito e não a harmonia (SIEPIERSKI apud ALVES, BRASILEIRO E BRITO, 2004, p. 27).

Burity (1998), sem se dizer contrário à interdisciplinaridade, chama a atenção para a perspectiva ideológica que transforma este tema em um fenômeno de moda. E diz que, por trás dele, existe um processo ideológico maquiado pela exigência do discurso oficial da academia ou, ainda, pela lei do mercado globalizado a qual pede profissionais cada vez mais eficientes.

Teixeira (1998) defende a interdisciplinaridade e argumenta que reconhece os progressos do conhecimento científico produzidos até agora, mas aponta os limites explicativos das perspectivas especialistas. E afirma que é preciso estabelecer um diálogo entre as especialidades mais distanciadas.

Através desta síntese, vemos que os discursos sobre a interdisciplinaridade, não conseguem superar a visão idealista proporcionada pela filosofia do sujeito, pois se baseiam na superação da compartimentalização dos conhecimentos e na perspectiva meramente dialógica entre as disciplinas. É importante reconhecer, como um avanço, a possibilidade de poder criticar a interdisciplinaridade enquanto fenômeno de moda, bem como a interferência das ideologias reinantes no âmbito do fenômeno globalização, influenciando o pensamento atual sobre o tema (ALVES, BRASILEIRO E BRITO, 2004).

O contraponto da perspectiva apresentada até agora é o aporte interdisciplinar originário do paradigma marxista dialético, que surge como proposta crítica ao movimento existente. Jantsch e Bianchetti (1997) argumentam que a interdisciplinaridade não pode ser concebida fora do modo de produção histórico em vigor. Isto é, ela é produto de um processo que foi engendrado no meio da construção do conhecimento ao qual subjazem a filosofia e a ciência. Inclua-se, aí, a fragmentação do conhecimento. A abordagem interdisciplinar deve ser entendida então como produto histórico. Tal compreensão não exclui a necessidade de avançar na direção de outro paradigma que permita uma aproximação maior da visão histórica. Não implica também que interdisciplinaridade e especialidade não possam conviver de forma harmoniosa, dado que o “genérico e o específico não são excludentes” (JANTSCH e BIANCHETTI, pp. 11-12, 1997).

Ainda Segundo Jantsch e Bianchetti (1997), as concepções atreladas à filosofia do sujeito são a-históricas, e, nestas condições, não é possível encontrar substrato para a interdisciplinaridade. Para os autores a construção histórica de um objeto implica a constituição do objeto e a tensão entre o sujeito pensante e as condições objetivas (materialidade) para o pensamento.

Alves, Brasileiro e Brito (2004) observam que os autores acima referidos situam a interdisciplinaridade no campo da epistemologia e criticam a sua vinculação à filosofia do

sujeito, pelo fato de não ser esta filosofia a base para a interdisciplinaridade, à medida que recusam a acepção subjetivista, na qual o homem é superestimado no processo de construção do conhecimento.

Eles recusam, também, a acepção iluminista, cuja concepção da interdisciplinaridade remete à idéia de método, sugerindo que, através dele, seja possível resgatar a ciência dos desvios da especialização. Assim, defendem uma concepção dialética ou histórica da produção do conhecimento/pensamento pela ênfase dada à relação entre objeto e sujeito, como prerrogativa para a interdisciplinaridade, posto que nem objeto e nem sujeito são autônomos.

Etges (apud ALVES, BRASILEIRO E BRITO, 2004) faz uma crítica à reflexão atual sobre a interdisciplinaridade, devido a sua orientação a-histórica. Para ele, a interdisciplinaridade deve orientar-se na direção da visão dialética ou histórica. Os elementos constitutivos do seu conceito partem das seguintes considerações: o fenômeno interdisciplinar não é metafísico; funda-se no trabalho dos cientistas; a ciência é vista como meio de produção de novos mundos adequados aos sujeitos; a ciência é uma totalidade fechada cuja existência somente é possível quando exteriorizada pela linguagem; serve para mediar a comunicação entre eles e o mundo do senso comum.

Para este autor a interdisciplinaridade deve ser concebida como princípio mediador entre as disciplinas, não podendo ser entendida como uma função reducionista das disciplinas a um denominador comum, levando-as à destruição. Na visão histórica, ao contrário, reforçam-se os princípios da criatividade, e da diferença.

Veiga Neto (1996) entende a interdisciplinaridade como um processo pertencente à disciplinaridade e não como posição antagônica que deve ser superada. Em seu trabalho arqueológico e genealógico acerca da disciplinaridade, ele mostra que tanto Jupiassú quanto Fazenda teorizam a disciplinaridade em um contexto da patologia, e a interdisciplinaridade como uma direção comportamental psicologizante conforme também sugerem Alves, Brasileiro e Brito (2004) em seu artigo.

Não se pode deixar de reconhecer a evolução do conhecimento sobre interdisciplinaridade, entretanto para Veiga Neto (1996) esta evolução não rompe com os modelos pioneiros de Jupiassú e de Fazenda, os quais, embora apresentem algumas discordâncias, contribuem para o aperfeiçoamento dos discursos anteriores. Em outras palavras, os discursos sobre interdisciplinaridade progrediram, mas não se dispersaram das duas abordagens – epistemológica e pedagógica – introduzidas por Jupiassú e Fazenda.

Para Veiga Neto (1996), tanto a disciplinaridade como a interdisciplinaridade são partícipes de um mesmo processo histórico educacional. Ele não vê nesta última o meio único de se produzir conhecimentos capaz de desvendar a realidade objetiva de forma inequívoca. Isto é, o referido autor entende a interdisciplinaridade como um trabalho conjunto de várias disciplinas em direção do mesmo objeto de pesquisa, com o propósito de aproximá-lo, cada vez mais, da realidade objetiva, à medida que constrói sua perspectiva dialética.

Podemos observar que até o presente momento a literatura abordada acerca da interdisciplinaridade como um fenômeno que permeia a ciência, mais especificamente a pesquisa, sugerindo diversas posições de pesquisadores na utilização do termo, entretanto não se falou ainda em atuação interdisciplinar em meio à prática profissional. Esta questão será abordada a seguir.

Se para falarmos em termos de pesquisa sobre a questão da interdisciplinaridade existe uma enorme dificuldade em se chegar a um consenso, ou mesmo a um conceito, para falar deste fenômeno em termos de atuação profissional as dificuldades não são diferentes.

Segundo Severino (2007), a conceituação da interdisciplinaridade é uma tarefa inacabada, por se tratar de uma situação da qual não tivemos ainda, de fato, uma experiência vivida e explicitada, sendo sua prática concreta desejada, e buscada, mas não efetivada com um esforço significativo rumo a sua constituição. Exige que cada especialista ultrapasse os seus próprios limites, abrindo-se a contribuição de outras disciplinas.

A interdisciplinaridade configura-se, portanto, como uma relação de reciprocidade de mutualidade que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente aos problemas de conhecimento, isto é substituir a concepção fragmentária pela unitária do ser humano. Esta atitude, por sua vez não poderá ser preconceituosa, mas aberta onde todo conhecimento torna-se importante, pode ser fundamentada na intersubjetividade e interação entre os saberes, mas não pode estar desligada do contexto onde ela ocorre.

Conforme Severino (1998) o saber ao mesmo tempo em que se propõe como desvendamento dos nexos lógicos do real, se tornando então instrumento do fazer, propõe-se também como desvendamento dos nexos políticos do social tornando-se instrumentos do poder. Por isso mesmo o saber não pode se exercer perdendo de vista esta sua complexidade, pois só pode exercer de fato interdisciplinarmente. Ser interdisciplinar para o saber é uma exigência intrínseca, não uma circunstância aleatória.

Portanto, não se pode perder de vista as forças que estão por trás do surgimento deste fenômeno, principalmente as questões de mercado e as necessidades dos meios de produção, assim como não se pode deixar de reconhecer que se trata de um fenômeno que

permite ao profissional ampliar seus horizontes no sentido de ser capaz de obter visões diversificadas sobre seu objeto de intervenção.

Assim pode-se constatar que a prática interdisciplinar do saber é a face subjetiva da coletividade política dos sujeitos. Em todas as esferas de sua prática, os homens atuam como sujeito coletivo por essa razão. O saber, conforme Severino (1998) deve ser a expressão da prática simbolizadora dos homens, “só será autenticamente humano e autenticamente saber quando se der interdisciplinarmente, ainda que mediado pela ação singular e dispersa dos indivíduos” (SEVERINO, 1998 p. 53).

Já Rodrigues (1998), vê a interdisciplinaridade como uma *postura profissional* que permite se por a transitar no “espaço da diferença” com sentido de busca, de desvelamento da pluralidade que uma determinada realidade pode ser capaz de gerar. Para esta autora nenhuma profissão é absoluta, assim como não é nenhum conhecimento, por esta razão ela vê a interdisciplinaridade como uma alternativa para transpor as fronteiras instituídas pelas profissões, permitir o contato com o outro, deixar de falar só com os mesmos, “*e quem sabe, diluir as vaidades pessoais que o exercício acadêmico insiste em fomentar*” (RODRIGUES, 1998, p. 156).

Rodrigues (1998) acredita que a perspectiva interdisciplinar, ao contrario do que a maioria teme, não fere a especificidades das profissões e tão pouco seus campos de especialidade, ao contrário, a interdisciplinaridade requer o exercício da originalidade e da diversidade dos conhecimentos acerca de determinado objeto ou de determinada prática permitindo a pluralidade de contribuição para compreensões mais conscientes acerca deste objeto ou desta prática. A autora acredita que entender a interdisciplinaridade como “*postura profissional*” e “*princípio constituinte da diferença e da criação*” não é tarefa fácil.

Sentimos dificuldades em conviver com as diferenças, com o múltiplo e, certamente, uma tal postura interdisciplinar esbarrará na necessidade de revermos a condição ética da própria profissão, buscando um amadurecimento profissional que se reverta em um novo saber ético e social (RODRIGUES, 1998, p. 157).

Esta dificuldade em conviver com as diferenças pode estar diretamente relacionada a uma formação tradicional que segmenta o conhecimento e fragmenta a prática especializado-a cada vez mais. Diante da possibilidade de uma atuação interdisciplinar os profissionais, na maioria das vezes tentam identificar ali qual é o seu “*nicho*” qual pedaço daquele conhecimento lhe pertence, se sentindo muitas vezes inseguro e temeroso por estar

“invadindo” uma área que não é sua, e desta forma ferindo sua identidade, o contrário também pode ocorrer exatamente pelo medo de ter seu espaço invadido e dominado por outro fazer.

Parece-nos que esta nova conjuntura da realidade reafirma a necessidade de superação de práticas já ultrapassadas, o mercado tem necessidades de profissionais extremamente qualificados, que detém amplo conhecimento em sua área de atuação, mas que “passeiam” com tranquilidade por outras áreas, além é claro de habilidades específicas como a capacidade de trabalhar em equipes multiprofissionais, de serem flexíveis, etc..

Mais do que compreender o significado e papel de cada profissão na sociedade do capital diante do processo de reprodução das relações sociais, as necessidades do mercado de trabalho demanda uma formação profissional que propicie subsídios teóricos, éticos, políticos e técnicos que auxiliem no desenvolvimento de habilidades que possibilitarão uma ação crítica, criativa e comprometida com a realidade. Para Oliveira:

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social (OLIVEIRA, 2003 P. 43).

Nesse contexto, acredita-se que a formação profissional, na atualidade, deve ser pensada, a fim de que possibilite a capacitação de profissionais condizentes com as novas dinâmicas de trabalho especializado e ao mesmo tempo flexível, eficiente e moderno capacitando o profissional para uma atuação de nível macro.

Parte-se do pressuposto de que a formação profissional, numa realidade específica, não pode ser considerada isoladamente da realidade social, expressa pelo aspecto estrutural e conjuntural, pelo sistema educativo em geral, e, especificamente, pelo ensino superior, como contexto da formação profissional, a qual, necessariamente, reflete o movimento histórico da própria sociedade (SILVA, 1984, p 5).

Diante das divisões no campo social, cultural, financeiro, político, científico, etc., em particular da fragmentação na maneira de perceber e compreender o ser humano e suas relações impostas pelo sistema de capital, a interdisciplinaridade emerge como prática de articulação destas partes, como uma necessidade nova de compreender o todo em detrimento das partes.

Dentro desta concepção a interdisciplinaridade pode apresentar-se como uma resposta de intercâmbio e integração, uma maneira de transpor fronteiras e diferenças existentes entre as profissões, a fim de alcançar uma comunicação mais efetiva. Comprendemos o ser humano como produto e produtor da história, isto é, partindo de um

olhar materialista-histórico e dialético, busca-se estudar o processo no qual a realidade objetiva vivida pelo indivíduo se torna subjetiva. Como apontam Lane & Sawaia (1995) o ser humano só o é na relação com os outros.

Numa concepção mais simplista, Oliveira (2003) aponta a interlocução entre os variados pólos do saber como uma característica inevitável do mundo organizado do conhecimento. Para este autor a interdisciplinaridade transcende a união de forças para a obtenção de um objetivo comum, ela possibilita o diálogo, a troca de conceitos e idéias, a criatividade.

Já Fazenda (2002) nos aponta que a interdisciplinaridade é uma atitude coletiva diante da questão do conhecimento, um projeto em que causa e intenção coincidem, um fazer que surja de um ato de vontade e que, portanto, exige uma imersão no trabalho cotidiano. Dessa forma, a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre especialistas e pela integração das disciplinas num mesmo projeto. Ou seja, a interdisciplinaridade tem como princípio constituinte a diferença. Sabe-se que é próprio do ser humano a dificuldade em conviver com as diferenças, com o diferente. Percebemos, assim, que efetivar a interdisciplinaridade requer uma nova postura profissional, como apresenta Rodrigues (1998), “um novo saber ético e social”. Faz-se necessário rever as próprias práticas e caminhar rumo a um amadurecimento profissional.

Acredita-se, portanto, no que diz respeito às expressões da contemporaneidade, que a base do trabalho interdisciplinar seja a interdependência entre os profissionais envolvidos, reconhecendo a área particular de competência de cada um, aliado à mútua compreensão e respeito, buscando a superação do conhecimento já existente da realidade social.

Diversos estudos já foram realizados acerca da atuação interdisciplinar em diversas áreas principalmente nas áreas da saúde onde a interdisciplinaridade tem sido considerada por muitos autores (Vilela e Mendes, 2004), uma alternativa para se alcançar o desenvolvimento de um pensamento que responda pela complexidade que caracteriza o mundo atual, com seus desafios. Entre eles, encontram-se os problemas de saúde.

Conforme Vilela e Mendes (2004) um novo modelo de atenção à saúde tem sido proposto e para isso são necessárias mudanças no sistema de formação dos profissionais de saúde. Os projetos curriculares integrados fazem parte dessa estratégia de mudança. Para eles a Saúde é considerada uma área eminentemente interdisciplinar e a integração de disciplinas no âmbito dos cursos que preparam recursos humanos para atuar nesse campo, certamente

poderão levar à formação de profissionais mais comprometidos com a realidade de saúde e com a sua transformação.

Porem, ainda são poucas as experiências de implementação de propostas curriculares integradas. As instituições formadoras de recursos humanos para a área da saúde, que adotaram a interdisciplinaridade em seus currículos, esbarram em várias dificuldades, as quais vão se resolvendo à medida que o exercício do diálogo e do trabalho em equipe vai ocorrendo (VILELA E MENDES, 2004).

No âmbito da atuação prática a interdisciplinaridade na saúde ainda se dá a partir do relacionamento entre equipes multiprofissionais, principalmente médicos, enfermeiros, psicólogos, assistente sociais etc.

No que diz respeito à atuação profissional de assistentes sociais na área da saúde existe uma vasta produção bibliográfica com artigos, textos e livros relatando as vivências do trabalho interdisciplinar, o artigo mais citado de Vasconcelos (1997) “*Serviço social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental*” publicado na revista **Serviço Social e Sociedade** é um bom exemplo, apesar do autor não ser assistente social (é psicólogo) trás um conceito de interdisciplinaridade que visa extrapolar a epistemologia e a filosofia permitindo que este conceito seja explorado na atuação prática dos assistentes sociais. Neste artigo o autor refere-se ainda a produção do Serviço Social como tímida e restrita e enfatiza o quanto é novo para estes profissionais o hábito de publicar os registros de suas ações em equipes interdisciplinares.

Neste artigo o autor ainda faz algumas “recomendações para a implementação de praticas interdisciplinar” e relaciona sugestões que vão desde a discussão das legislações profissionais, passando pela delimitação do perfil do profissional, as características de gestão da instituição, criação de dispositivos grupais e institucionais até a previsão de mecanismos de escuta e participação ativa dos usuários (VASCONCELOS, 1997, p. 151).

Outro material importante e que serve de referencia para muitos profissionais é o livro de Janete L. Sá (org.) “*Serviço Social e interdisciplinaridade*” que trás diversos textos que abordam a atuação interdisciplinar de assistentes sociais nas mais diversas áreas como nos movimentos ecológicos, nas políticas voltadas para as mulheres entre outros, além de artigos que discutem sobre a temática na atuação profissional do serviço social.

Também na educação tem-se debatido muito o tema da interdisciplinaridade, principalmente pela autora Ivani Fazenda que tem vasta bibliografia sobre o tema, com mais de 30 anos de pesquisa nesta área.

A Prática interdisciplinar na esfera do ensino também é de extrema relevância, principalmente dado o efeito multiplicador da ação pedagógica. Quanto à atuação interdisciplinar do assistente social na educação sabe-se que o Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. Assim, a intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciências, com a linguagem que é a relação social (MARTINELLI, 1998), que estando frente às mudanças sociais, pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização, de interação de equipe, de busca de estratégias de proposição e intervenção, resgatando-se a visão de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber, do conhecimento.

Por esta razão o Assistente Social tem muito a oferecer também na atuação em equipes interdisciplinares, no âmbito das quais, os distintos saberes, vinculados às distintas formações profissionais, possibilitam uma visão mais ampliada, e compreensões mais consistentes em torno dos mesmos processos sociais. Assim, o profissional do Serviço Social pode articular propostas de ações efetivas, a partir do resgate da visão de integralidade humana e do real significado histórico-social do conhecimento. Para Amaro (1997), a interdisciplinaridade, no contexto escolar, representa estágios de superação do pensar fragmentado e disciplinar, resultando-se na idéia de complementaridade recíproca entre as áreas e seus respectivos saberes.

Quanto à atuação interdisciplinar de psicólogos e assistentes sociais na Política de Assistência social e mais especificamente nos Centro de Referência da Assistência Social pouca coisa se tem produzido, tanto por se tratar de uma atuação recente quanto pela falta de ênfase nestas questões por parte dos cursos de formação no Serviço Social e na Psicologia, mais ainda quando falamos de formação profissional nas universidades da Amazônia.

Apesar da nova PNAS/SUAS trazer alguns direcionamentos na tentativa de definir o papel do psicólogo, como a determinação de um perfil técnico mínimo pré-requisito para atuação no CRAS, esta ainda não explica de forma precisa e clara os limites desta atuação, nem tão pouco sugere referências. Por isso, é possível observar ainda muitos questionamentos acerca deste novo fazer do psicólogo. Verifica-se também que as às universidades locais, nos cursos de psicologia, não produziram ainda referências sobre esta atuação.

Sobre esta questão especificamente, trataremos no capítulo seguinte que pretende fazer uma abordagem acerca da concretização das práticas interdisciplinares no SUAS, e

aprofunda a questão do relacionamento interdisciplinar entre assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social.

03. A CONCRETIZAÇÃO DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NO SUAS

Este capítulo tem como objetivo, fazer um apanhado acerca da atuação interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais na Política de Assistências Social, mais especificamente no CRAS, a partir do levantamento de documentos que subsidiam a prática destes profissionais no que diz respeito à atuação interdisciplinar e ao trabalho no SUAS.

Desde 2007 os Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social têm publicado documentos que visam auxiliar assistentes sociais e psicólogos nos diversos fazeres da Nova PNAS, abaixo discutiremos alguns deles, sempre relacionando com os documentos publicados pelo MDS acerca do SUAS e da Nova PNAS, entre outros textos.

Em agosto de 2007, foi publicado pelo CFP - Conselho Federal de Psicologia e CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - o documento: REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS/SUAS (2007), tendo como objetivo trazer para a reflexão, com os profissionais da psicologia, aspectos da dimensão ético-política da Assistência Social. Este sugere algumas referências para atuação do psicólogo no CRAS, pretendendo apenas apontar possibilidades e convocar a categoria à reflexão e contribuição.

Outro documento, OS PARÂMETROS PARA A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (2007), este publicado pelo CFESS – Conselho Federal de Serviço Social em parceria com o CFP, destaca que psicólogos e assistentes sociais têm um papel fundamental na consolidação da política e define pré-requisitos para o exercício do trabalho como o conhecimento dos marcos legais e das legislações sociais. No caso do serviço social, esta é uma matéria obrigatória prevista nas diretrizes curriculares. No âmbito da psicologia, contudo, faz-se necessário a sua inclusão no processo de formação (CFESS e CFP, 2007).

Sobre este assunto Freitas (1996) observa que a formação profissional dos psicólogos ainda esta intrinsecamente ligada aos modos tradicionais, voltadas à atuação clínica e individualizada. A autora informa que “nos cursos de psicologia, professores e alunos desconhecem na sua maioria, as condições concretas em que vive a maior parcela de nossa população”. E acrescenta, “para se contribuir com uma vida psicológica mais saudável é necessário que o trabalho a ser desenvolvido ultrapasse a esfera do individual e do particular” (FREITAS, 1996 p. 76).

De acordo com os documentos citados acima “o trabalho de assistentes sociais e psicólogos requer interface com as demais políticas”, e as abordagens das duas profissões podem somar-se com intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder as demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade justa. Além disso, “ao integrarem a equipe de trabalhadores no âmbito da política de Assistência Social, esses profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento à pobreza.” Desta forma, “*o trabalho interdisciplinar em equipe deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais, que tem papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizar o indivíduo pela sua condição sócio-econômica.*” (CFESS e CFP, 2007 p. 38).

As relações de trabalho no mundo contemporâneo, principalmente quando falamos de modernidade nos países “em desenvolvimento” sofrem diretamente as determinações da economia política, isto é, do sistema socioeconômico presente nestes países. No Brasil não é diferente, em vista dos conflitos agravados ainda mais, pelas grandes diferenças de renda e má distribuição de riqueza.

As relações de trabalho entre os profissionais que atuam nas Políticas Públicas, em especial da Política de Assistência Social, não estão desvinculadas dos processos coletivos, das lutas pela garantia de um Estado democrático comprometido com os direitos das classes trabalhadoras, tanto no que diz respeito a sua intervenção profissional quanto nas atividades desenvolvidas por estes profissionais.

Na consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), as relações de trabalho entre profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social, devem ser primordialmente interdisciplinares, não só entre os profissionais, mas também entre os diversos setores e demais políticas públicas.

Outro documento importante é a NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. Esta organiza a gestão de recursos humanos na Política Nacional de Assistência Social, estipulando princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, e principalmente porque este documento determina a atuação de profissionais diversas áreas de conhecimento nos espaços de execução e planejamento da política, esta determinação legal garante que profissionais das áreas de serviço social, psicologia e outras possam interagir diretamente através de sua participação nas equipes de referência de programas, projetos e serviços da Política de Assistência Social.

Segundo o documento OS PARÂMETROS PARA A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (2007) as possibilidades de atuação de profissionais psicólogos e assistentes sociais, no que diz respeito à gestão do trabalho na Política de Assistência Social deve contemplar pelo menos três dimensões indissociáveis entre si, mas que podem didaticamente serem observadas separadamente.

A primeira delas, diz respeito às *atividades profissionais exercidas pelos trabalhadores*, estas atividades dependem do estabelecimento, de relações de trabalho estáveis, pois somente com garantia institucional, existirão condições e meios necessários para a realização das atividades e assim ser possível o exercício profissional.

Entretanto, observamos que nem sempre são garantidas tais condições e o que se vê na prática é o predomínio da instabilidade com contratações temporárias e episódicas. De acordo com o que é posto por Sennet (1999), em sua leitura acerca das relações de trabalho nos tempos atuais, “as mudanças ocorridas por um novo regime” em que predomina o trabalho de curto prazo, o Estado também é determinado pelas mudanças do “novo regime”, onde as relações também se tornam passageiras e com laços frágeis. Para o autor, estes laços frágeis estão expressos, principalmente “nos trabalhos das equipes que passam de tarefa em tarefa e muda de pessoal no caminho”.

Esta instabilidade produz o que Sennet (1999) chama de “sensação de deriva”, que está constantemente presente na equipes que atuam na Política de Assistência Social, apesar do que é determinado na CF/88 no artigo 37 inciso II e, principalmente, na NOB-RH/SUAS 2007 em que “*o preenchimento de cargos públicos que devem ser criados por lei, para suprir as necessidade dos serviços deve ocorrer por meio de nomeação dos aprovados em concursos públicos.*”

Entretanto, em nossa experiência pesquisando a aproximadamente 02 anos junto a Secretarias Municipais de Assistência Social no interior do Estado do Pará, não é o que se observa na realidade presente nestes municípios. Neles as contratações são muitas vezes com cunho político e não técnico o que contribuí ainda mais para a sensação de deriva, pois quando se mudam as lideranças, sejam prefeitos, partidos políticos, ou outros fatores desta ordem, mudam-se as equipes.

Sabendo dessas possibilidades os laços e o envolvimento destas equipes com os serviços oferecidos podem se tornar superficiais comprometendo tanto a qualidade quanto a continuidade das ações desenvolvidas. O que se vê nestes espaços é cada um fazendo seu

trabalho por si, se isolando, não tendo compromisso com o serviço, pois a eminência da saída do “emprego” é constante.

Ainda conforme Sennet (1999) no que diz respeito à Sensação de Deriva, nesta condição o homem perde o controle sobre o seu futuro, pois este se torna incerto. A insegurança do futuro incerto reflete no presente e os laços ficam mais tênues devido às constantes mudanças de trabalho, de vida, de relações. Não há longo prazo, tudo é para agora, isto corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo.

A segunda dimensão referida nos PARÂMETROS PARA A ATUAÇÃO SOCIAIS E PSICÓLOGOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CFESS/CFP, 2007) diz respeito às *garantias materiais, institucionais, físicas e financeiras para o exercício profissional*. Quanto a este aspecto a NOB-RH/SUAS 2007 define alguns eixos que devem ser considerados são eles: *diretrizes nacionais para planos de carreira, cargos e salários e também garantir a desprecarização dos vínculos e das condições de trabalho e o fim da terceirização*.

Sobre isso, o documento REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS/SUAS (CFP/CREPOP, 2007) diz que nos anos 90, os papéis e funções determinados entre Federação, Estados e Municípios foram reformulados, e como consequência dessa reformulação, Estados e municípios tiveram que buscar alternativas de contratação de trabalhadores e estas alternativas refletem-se até hoje nos problemas associados à precarização dos vínculos de trabalho.

Estas novas formas de tratar o serviço público nos reportam a outro tema discutido por Sennet (1999) a “flexibilidade”. Para o referido autor é “o ingrediente de mais forte sabor neste novo processo produtivo é de disposição de deixar que as mutantes demandas do mundo externo determinem a estrutura interna das instituições” (p.60). Todos esses elementos, “contribuem para a aceitação da mudança decisiva e demolidora”. (p.60).

A flexibilidade possibilita um maior controle do local de trabalho, como por exemplo pessoas que tem oportunidade de trabalhar em casa, mas isso não gera, por parte dos supervisores a ausência de controle sobre este trabalho, pelo contrário, são criadas estratégias que aumentam este controle até mesmo através da própria equipe que passa a cobrar dos colegas resultados deste trabalho (SENNET, 1999).

Sennet (1999), propõe ainda que a flexibilidade gera no trabalhador certa “ausência de apego” que está ligada à outra característica da flexibilidade a tolerância com a fragmentação e a descontinuidade das coisas (SENNET, 1999).

Observa-se que a flexibilização do trabalho quando presente nas relações de trabalho nas ações e serviços das políticas públicas gera descontinuidade destas ações e a desarticulação das equipes, comprometendo assim a qualidade e a permanência dos serviços essenciais.

Também podemos considerar sobre esta questão dos baixos salários e da precarização das condições de trabalho (ausência de instrumentos necessários para o exercício profissional: veículos, computadores, espaço adequado para atendimento, etc.) uma vez que o investimento nesta área é reduzido e não há de fato o cumprimento da normatização existente.

A terceira dimensão diz respeito aos “*meios e instrumentos necessários ao exercício profissional*”, esta dimensão, se refere a “*autonomia no trabalho*”.

A estruturação do espaço institucional deve assegurar aos profissionais o direito de realizar suas escolhas técnicas no circuito da decisão democrática, garantir a sua liberdade para pesquisar, planejar, executar e avaliar o processo de trabalho, permitir a realização de suas competências técnicas e políticas nas dimensões de trabalho coletivo e individual e pensar pelo respeito dos direitos, princípios e valores ético-profissionais estabelecidos nos regulamentos profissionais (BEHRING 2003, APUD CFESS, CFP, 2007).

A interdisciplinaridade, como atuação em conjunto de diversos saberes pode ser confundida com a capacidade de trabalhar em equipe, e em nome dessa elimina-se o indivíduo em favor do “nós”, eleva-se o conformismo, aumenta a vigilância entre os indivíduos. O trabalho em equipe, portanto, enfatiza a responsabilidade mútua mais que a confirmação pessoal e o exercício livre da profissão conforme sugere os documentos aqui analisados.

Quanto a esta questão observamos que as relações de trabalho moldados de acordo com o “novo regime” é apresentada também por Sennet (1999). Para o autor a “ética do trabalho é a arena em que mais se contesta hoje a profundidade da experiência”. Isto é no trabalho em equipe exige-se adaptabilidade às circunstâncias. É uma prática de grupo que não se aprofunda, é superficial e degradante, experimentada apenas no campo da vivência e não da experiência, servindo a uma economia política flexível e injusta.

Segundo o documento: REFERENCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS/SUAS (CFP/CREPOP, 2007).

Os trabalhadores sociais organizados em equipes devem sistematicamente, desenvolver atividades de reflexão sobre as práticas em grupos e fortalecer os laços sociais. A troca de experiências e a interlocução entre pares possibilitam promover o entendimento, buscar alternativas e soluções, acompanhar o trabalho desenvolvido pelos colegas e discutir obstáculos enfrentados, uma vez que não se encontram respostas fechadas sobre a condução da prática (CREPOP, CFP, 2007)

Há uma contradição entre as orientações dos documentos oficiais apresentados aqui e o texto de Sennet (1999), o segundo revela como se estabelecem as relações de trabalho em um sistema atual capitalista utilizando termos como Deriva e Flexibilidade para explicá-la. Embora estes termos não serem mencionados pelos documentos citados, todos sugerem uma ruptura das relações superficiais, apresentando um caminho inverso do apresentado pelo referido autor.

Parece-nos haver muitos impedimentos para que se possam estabelecer no âmbito da Política de Assistência Social, relações como as sugeridas nos referidos documentos, uma vez que os parâmetros sugeridos por eles não são seguidos e as formas como vem sendo estabelecidas às relações de trabalho sugerem que as características apresentadas por Sennet (1999), acabem prevalecendo.

O que era de se esperar, uma vez que estamos falando de relações de trabalho em tempos atuais, isso se reflete também nos processos de institucionalização das Políticas Públicas que estão inseridas nas questões sociais da atualidade e na economia política, recebendo diretamente suas determinações.

A Política de Assistência Social no Brasil não foge a estas determinações, e pode-se observar isso ao longo de sua trajetória e as transformações ocorridas em sua história, tendo como marco legal importante a Promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988, a LOAS – 1993, e atualmente o SUAS - 2004.

O predomínio de trabalhadores submetidos a regimes de instabilidade com contratações temporárias e episódicas, de acordo com o que é posto por Sennet (1999), as mudanças ocorridas por um novo regime, produzem o trabalho de curto prazo em que as relações tendem a se tornar passageiras e com laços frágeis. Para o autor, estes laços frágeis estão caracterizados, principalmente nos trabalhos das equipes que passam de tarefa em tarefa e muda de pessoal no caminho.

Todas estas questões podem influir diretamente nas possibilidades de uma concretização da atuação interdisciplinar no SUAS, uma vez que atuar de forma interdisciplinar requer diversos determinantes.

Em 2009 foi publicado pelo CFESS a Cartilha PARÂMETROS PARA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Este documento, entre outras orientações, refere-se ao trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social em duas dimensões na interface com as políticas da saúde, previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, segurança e habitação e na abordagem das profissões com intuito de assegurar uma intervenção “*capaz de responder a*

demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual” (CFESS, 2009 p. 24).

Conforme este documento ao integrar a equipe dos(as) trabalhadores(as) no âmbito da Política de Assistência Social entre eles Psicólogos e Assistentes Sociais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sócio-político de uma nova sociedade que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida (CFESS, 2009).

Dessa forma, este documento, assim como naquele publicado em 2007 pela parceria CFESS e CFP define que o trabalho interdisciplinar em equipe deve ser orientado “pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição socioeconômica” (CFESS, 2009, p. 26).

Conforme a Cartilha CFESS, 2009:

A atuação interdisciplinar requer construir uma prática político profissional que possa dialogar sobre pontos de vistas diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissional. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (CFESS, 2009, p. 26).

Serviço Social e Psicologia são as principais profissões hoje inseridos no SUAS, possuem acúmulos teórico-políticos diferentes, entretanto o diálogo entre essas categorias profissionais se aliada a uma reflexão crítica, à participação política, à compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao convívio e à formação do indivíduo, da coletividade e das circunstâncias que envolvem as diversas situações que se apresentam ao trabalho profissional. É possível construir, a partir dessa ação interdisciplinar, um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades na construção de uma proposta ético-política e profissional que não fragmente o sujeito usuário da Política de Assistência Social. O trabalho em equipe não pode negligenciar a responsabilidades individuais e competências, e deve buscar identificar papéis, atribuições, de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe multidisciplinar, encarrega-se de determinadas tarefas (CFESS, 2009).

O Livro, também publicado em 2009, pelo CREPOP/CFP, aborda a atuação interdisciplinar em equipes multiprofissionais na Política de Assistência Social, mais especificamente nos CREAS.

O documento relata inclusive que antes mesmo da aprovação do SUAS e da Nova PNAS, durante a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, particularmente no seu eixo estratégico do atendimento, a ex-Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS/ MPAS), realizou, em outubro de 2000, consulta técnica a partir da qual nasceu a proposta de atendimento especializado, multiprofissional e interdisciplinar, em uma perspectiva de construção de redes, envolvendo, a partir das crianças e dos adolescentes e das famílias em situação de violência sexual. Como resposta, em dezembro de 2002, foi criado o Programa Sentinela⁵, para, no âmbito da Assistência Social, coordenar o processo de atendimento das crianças, dos adolescentes e das famílias envolvidas em situações de violência sexual. (CREPOP/CFP, 2009). Talvez este tenha sido a primeira indicação para o trabalho interdisciplinar na Política Pública de Assistência Social no Brasil.

Conforme este documento o atendimento psicossocial interdisciplinar é um instrumento fundamental para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, sugere um conjunto de atividades e ações psicossocioeducativas, de apoio e especializadas, desenvolvidas individualmente e em pequenos grupos (prioritariamente), de caráter disciplinar e interdisciplinar, de cunho terapêutico, mas não psicoterapêutico, Sugere-se ainda que o atendimento individual seja utilizado apenas em casos onde não caiba o trabalho em grupo (CREPOP/CFP, 2009).

Observa-se que a partir de 2009, isto é, aproximadamente 05 anos após a publicação da Nova PNAS, surgiram outros documentos que abordam a questão da atuação interdisciplinar com mais critérios e de forma mais aprofundada, principalmente para a atuação interdisciplinar entre Assistentes Sociais e Psicólogos no SUAS.

Apesar desta mudança, podemos considerar que a concretização de uma atuação interdisciplinar que se aproxime daqueles conceitos discutidos no capítulo anterior, seja no aporte do referencial teórico ligado a filosofia do sujeito, seja naqueles que se aproximam do materialismo histórico dialético, ainda está aparentemente comprometida, uma vez que não se

⁵ Hoje o programa Sentinela foi incorporado aos serviços ofertados nos CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, obedecendo às Normas Operacionais Básicas da Política Pública de Assistência Social, e passou a se chamar Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Atualmente, denomina-se **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias**, e destina-se ao atendimento de situações de violência física, psicológica, sexual e de negligência grave contra crianças e adolescentes (CREPOP/CFP, 2009).

conquistou todas as condições materiais mínimas necessárias para que as equipes possam atuar de forma menos precarizada.

Como podemos ver, até este momento, a concretização das práticas interdisciplinares depende de diversos fatores, que vai desde as orientações técnicas para a atuação profissional, passando pelas condições físicas e materiais dos locais de trabalho até a efetivação das Normas Operacionais para a gestão dos Recursos Humanos do SUAS.

Tendo como horizonte o trabalho dos técnicos desenvolvido em situações precárias, como uma possibilidade concreta para a efetivação de atuação prática interdisciplinar nos CRAS, os laços e a relação profissional entre os membros dessas equipes multiprofissionais com os serviços oferecidos podem tornar-se superficiais e frágeis, comprometendo tanto a qualidade quanto a continuidade das ações desenvolvidas reduzindo, desta forma as possibilidades de uma atuação eminentemente interdisciplinar.

Nos anos 90, os papéis e funções determinados entre a união, os estados e os municípios foram reformulados (descentralizados, municipalização - ARRETCHE, 2000). Como consequência dessa reformulação, os Estados e Municípios tiveram que buscar alternativas de contratação de trabalhadores, o que gerou problemas associados à precarização dos vínculos de trabalho.

Como na realidade do Município pesquisado que passou por este processo de descentralização e municipalização das políticas públicas, sem o devido preparo, conforme foi observado preliminarmente, estas condições de precarização do trabalho das equipes é bastante evidente principalmente por causa do não cumprimento da NOB-RH/SUAS 2007, principalmente a contratação sem a realização de concurso público. A sensação de deriva é constante, especialmente em situações conjunturais decorridas pela mudança das lideranças locais como prefeitos, partidos políticos, ou outros fatores desta ordem. Com essas mudanças conjunturais mudam-se as equipes de trabalho, interrompendo assim construções importantes na solidificação de trabalhos técnicos necessários nos CRAS.

Como vimos no capítulo anterior sobre as determinações sócio-históricas do surgimento do fenômeno da interdisciplinaridade, estas determinações não podem estar desvinculadas, das particularidades intrínsecas as relações interdisciplinares entre psicólogos e assistentes sociais na nova PNAS e mais especificamente nos CRAS.

Portanto, com o desenvolvimento da ciência moderna, e o surgimento de profissões cada vez mais especializadas e fragmentadas, mudam-se também as relações de trabalho que foram acompanhadas das modificações próprias da sociedade moderna e pós-moderna capitalista, a interdisciplinaridade é um produto destas relações.

Tanto psicólogos quanto assistentes sociais fazem parte da “classe-que-vive-do-trabalho” Antunes (2004), e, enquanto trabalhadores, participam do processo de (re)produção do capital em sua totalidade, ou seja, podem desencadear tanto movimentos de manutenção quanto de resistência às forças instituídas pelo sistema de classes (EIDELWEIN, 2007).

Para Eidelwein (2007), O desafio das colaborações interdisciplinares no âmbito da Política de Assistência Social consiste na construção de uma linguagem que seja comum aos especialistas oriundos de diferentes disciplinas, que possibilite um entendimento mútuo sobre as concepções iniciais e a articulação de uma caminhada que permita a cada um aceitar o desenraizamento provocado por problemáticas diferentes da sua.

Para isso implica-se o desenvolvimento de um movimento dialógico entre psicólogos e assistentes sociais que indica a produção de conhecimento que se dá na práxis, nas determinações do dia-a-dia entre os profissionais sem estar disponível, de antemão, para um dos participantes.

Eidelwein (2007) considera que:

(...) ao trabalhar de forma interdisciplinar, cabe uma reflexão epistemológica sobre a concepção de ser humano e de mundo que fundamenta a produção do conhecimento coletivo. Concepção que, em muitas situações, fica subentendida a partir das teorias, métodos e metodologias utilizados. Cabe, então, refletir, a partir da concepção epistemológica que sustentará o trabalho interdisciplinar, quais teorias, métodos e metodologias favorecem, contribuem, melhor possibilitam a construção de saberes e ações que permitam alcançar o compromisso social das profissões em questão: a produção de melhores condições de vida através da garantia de direitos sociais, civis e políticos a partir dos quais se possa chegar à distribuição e não à concentração da riqueza social. Para tanto, o Código de Ética da Psicologia e o Projeto Ético-Político do Serviço Social servem como referências históricas e políticas sobre o saber-fazer de cada uma das profissões diante do processo de articular (pag. 14).

Assistentes sociais e psicólogos passam a ser os agentes responsáveis pela (re)produção da Assistência Social enquanto uma instituição social que, como política pública, vem buscando superar a perspectiva assistencialista, clientelística, de caridade e de ações desarticuladas com as demais políticas sociais (saúde, educação, trabalho e previdência social). Devendo romper também com as relações de trabalho precarizadas, flexíveis, fragmentadas e descontinuadas, a partir de lutas permanentes articuladas com sua classe.

O desafio, portanto, da atuação interdisciplinar diante da instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), por meio do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que, nos Centros de Referência da Assistência Social e nos Serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, se apresenta não só como mais um campo de atuação profissional pontual, mas também como um espaço público para

garantia de direitos, tanto dos usuários desta política quanto para a garantia de condições dignas de trabalho dos profissionais e continuidade dos serviços com qualidade conforme as diretrizes estabelecidas oficialmente.

Portanto, as relações de trabalho interdisciplinares de Psicólogos e Assistentes Sociais na Política de Assistência Social não se restringem apenas a uma práxis focalizada, direcionada ao atendimento exclusivamente, ao contrário, pretende ir para, além disso, e requer destes profissionais postura crítica diante das condições postas pela economia política, pelas relações de trabalho estabelecidas, na relação direta com os usuários da política, e na sua atitude diante de sua classe.

A interdisciplinaridade, e a frágil importância atribuída ao seu exercício, trazem à tona a necessidade de atuar também na formação de uma outra cultura profissional, intelectual e educacional que seja diversificada e que permita gradativamente abolir as distâncias culturais para a reaproximação dos homens de si mesmos, uns dos outros e da natureza. Possibilitando assim mudanças nas formas de divisão de conhecimento, e da divisão do trabalho gerando novas formas de organização social e institucional (RODRIGUES, 2000).

A relação de trabalho interdisciplinar é, portanto, uma nova forma de se posicionar diante do mundo, respeitando o saber do outro e associando-se a ele e a suas lutas, por melhorias nas condições e nas relações de trabalho e na implementação e execução de políticas públicas, voltadas à garantia de direitos e a autonomias de seus usuários.

É importante ressaltar que em todos os documentos pesquisados até o momento acerca da atuação interdisciplinar na Política de Assistência Social, chamam a atenção para a questão ética, ressaltam que a atuação interdisciplinar é possível desde que resguardados às determinações constantes nos códigos de ética de cada profissão.

Com base nesta observação, apresenta-se a seguir uma breve análise dos Códigos de Ética Profissional de Psicólogos e Assistentes Sociais sobre a questão da interdisciplinaridade.

A palavra “interdisciplinar” aparece duas vezes no Código de Ética do assistente social, no Art. 7º que trata dos direitos do assistente social alínea: “d) *integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais*”.

Neste artigo, observa-se que as relações interdisciplinares é proposta pelo código de ética destes profissionais em um plano maior que a atuação prática em áreas fins, mas também em áreas meio, isto é comissões de ética, planejamento de políticas públicas etc.

Ainda no Código de Ética dos Assistentes Sociais observa-se que este possui um capítulo inteiro que trata das relações dos Assistentes Sociais com outros profissionais. No Art. 10º – sobre os deveres do assistente social neste capítulo, a palavra interdisciplinar aparece pela segunda vez, na alínea “d) *incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar*”.

Este item, portanto trata da atuação, em áreas fins, propriamente ditos, não só permitindo a prática interdisciplinar, mas também incentivando para que ela ocorra.

Já no Código de Ética dos Psicólogos – CEP, a palavra interdisciplinar não é citada em momento algum, no Art. 1º – que trata dos deveres fundamentais dos psicólogos a alínea “j) *ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante*” este código trata da possibilidade de trabalhar com outros profissionais, porém quando solicitado.

O Código de Ética dos Psicólogos trata ainda no Art. 6º – sobre o relacionamento com profissionais não psicólogos, alíneas “a” e “b”: “*Encaminhará a profissionais ou entidades habilitados e qualificados demandas que extrapolem seu campo de atuação*” e; “*Compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo*”.

Observamos aqui que este Código de Ética não prevê a possibilidade do trabalho em conjunto, apenas o encaminhamento e o compartilhamento parcial das informações. Esta atitude pode limitar as possibilidades de intervenções mais adequadas e conjuntas com outros profissionais.

A formação do psicólogo voltada, na maioria das vezes para a atuação clínica associada às delimitações éticas de seu Código Profissional, leva muitas vezes o psicólogo a confundir a abordagem psicossocial com psicoterapia. Conforme CREPOP/CFP (2009) a abordagem psicossocial, sem dúvida, pode e deve ter efeitos terapêuticos, mas ela se distingue da psicoterapia pela forma de intervenção e pelos objetivos. A psicoterapia tem o seu lugar na atenção à saúde, mais especificamente, nos serviços de saúde mental. Nem todas as pessoas que passam pelos serviços da assistência social têm demanda para a psicoterapia, e o psicólogo deve avaliar adequadamente cada situação, indicando a psicoterapia quando necessário, e fazendo os encaminhamentos, conforme a demanda, para a rede socioassistencial.

Parece, portanto que o Código de Ética do Psicólogo, de certa forma, restringe a atuação interdisciplinar, talvez porque este tenha o objetivo principal de nortear a prática de psicólogos clínicos, portanto não é abrangente ao ponto de alcançar essa “nova” forma de atuação solicitada pela PNAS/SUAS (2004).

Este código possibilita que o profissional possa intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, nas seguintes situações, conforme determina o Art. 7º- alíneas:

- a) A pedido do profissional responsável pelo serviço;
- b) Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, quando dar a imediata ciência ao profissional;
- c) Quando informado expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço;
- d) Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

Neste Artigo o CEP fala de trabalho multiprofissional, neste caso, parece-nos que se trata apenas de atuação prática junto com outros profissionais, num mesmo espaço, mas com interação superficial e limitada, como podemos confirmar no Art. 12 – “Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho”.

Os códigos de Ética Profissional de assistentes sociais e psicólogos estabelecem direitos e deveres que, no âmbito do trabalho em equipe, resguardam-lhes o sigilo profissional, de modo que estes não podem e não devem encaminhar, a outrem, informações, atribuições e tarefas que não estejam em seu campo de atuação. Por outro lado, só devem compartilhar informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o seu caráter confidencial, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo. Na elaboração conjunta dos documentos que embasam as atividades em equipe interdisciplinar, psicólogos e assistentes sociais devem registrar apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho (CFESS, 2009).

Presenciamos em setembro de 2009 a publicação da Resolução nº 557 do CFESS, que tem gerado muitas discussões acerca das limitações profissionais, principalmente no que diz respeito ao trabalho interdisciplinar, a Resolução apesar de no Artigo 3º incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar, no artigo subsequente delimita esta atuação com intuito de garantir a especificidade de sua área de atuação, determinando que o profissional de serviço social destaque a sua área de conhecimento separadamente.

O documento limita ainda ao assistente social emitir opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, e ainda no parágrafo terceiro deste artigo, a resolução permite o atendimento, a avaliação e a discussão da situação em equipe multiprofissional, mas evidencia que a atuação é privativa.

A resolução pode ser considerada um avanço, assim como um retrocesso para a atuação interdisciplinar, isso vai depender da compreensão de cada profissional acerca do tema, a questão é que este documento pode causar divergências e confusão na sua compreensão, e quando se trata de um tema tão pouco entendido pela maioria essa confusão pode gerar consequências irreversíveis e prejuízos a possibilidade de atuação interdisciplinar, e principalmente aos possíveis beneficiários desta nova forma de atuar.

Estes aspectos permeiam as possibilidades da atuação interdisciplinar, pois não permite a troca de informação entre os profissionais, limita os debates, e principalmente desqualifica os serviços ofertados no âmbito das políticas públicas, pois torna o exercício profissional pontual, limitado a um fazer que não gera transformações sociais, mas sim contribuem para a manutenção das condições impostas socialmente pelo sistema socioeconômico vigente.

04. REFLETINDO SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE NO SUAS: O CASO DOS CRAS DE ABAETETUBA/PA

Este capítulo tem como principal objetivo fazer uma análise dos dados coletados durante as visitas ao município de Abaetetuba/Pa, mais especificamente à Secretária Municipal de Assistência Social e aos 05 (Cinco) Centros de Referência de Assistência Social deste município, assim como fazer uma análise dos resultados dos questionários aplicados junto aos técnicos de Serviço Social e Psicologia que atuam nestes CRAS.

As visitas foram realizadas no período entre os dias 01 e 12 de Dezembro de 2009, com a aplicação de formulários e registros fotográficos, em lócus, com objetivo de fazer a caracterização de cada CRAS, posteriormente seria realizada entrevistas com, pelo menos 10 técnicos de Serviço Social e Psicologia, entretanto, devido às dificuldades de deslocamento da pesquisadora bem como o reduzido tempo para a conclusão da pesquisa, não foi possível realizar as entrevistas como previsto.

Neste caso optou-se pela utilização de questionários, que apesar de ter limitações como o percentual baixo de devoluções (média de 25%), a impossibilidade de esclarecer questões, desconhecimento das condições em que o questionário foi respondido e ainda pode possibilitar uma interpretação diferenciada de uma mesma questão, perdendo em objetividade, tem também algumas vantagens, pois possibilita o acesso a um maior número de sujeitos sem a necessidade do deslocamento do pesquisador, dá liberdade ao entrevistado no sentido de seu anonimato, e menores riscos de haver distorções pela não influência do pesquisador no momento de responder as questões.

Os questionários utilizados com os técnicos que participaram desta pesquisa tiveram como objetivo testar as hipóteses e esclarecer o problema da pesquisa.

A partir da aplicação dos formulários, e tabulação dos dados foi possível fazer a análise dos referidos dados tomando sempre como ponto de partida o objeto de investigação desta pesquisa: A prática interdisciplinar no SUAS a partir da investigação da atuação de profissionais de serviço social e psicologia nos CRAS de Abaetetuba.

A implantação do SUAS, no município de Abaetetuba, teve início logo após a publicação da nova PNAS, já no ano seguinte, em 2005 iniciou-se a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social, naquela ocasião foram contratados técnicos para atuarem na organização e implantação desta. A Secretaria Municipal de Assistência Social possui também duas equipes técnicas, além das equipes dos CRAS, uma para coordenar a Proteção

Social Básica e outra responsável pela coordenação da Proteção Social Especial, estas equipes são compostas por Sociólogos(as), Psicólogos(as) e Assistentes Sociais.

Durante abordagem junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, verificou-se que o município encontra-se habilitado no Nível de Gestão Básica da Política Pública de Assistência Social.

Este nível conforme a NOB/SUAS (2004) a Gestão Básica além dos pré-requisitos da gestão inicial o município deve também ter funcionando os Conselho Tutelar - CT e Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA, a instituição do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS conforme seu porte populacional; equipe para recepção, identificação, encaminhamento e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC; e estruturar a secretaria executiva do CMAS. Observou-se que todos estes pré-requisitos estão sendo atendidos inclusive com o funcionamento dos Conselhos e o funcionamento do FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social.

O Município atende ainda o pré-requisito de números de CRAS conforme seu porte populacional. A população estimada do Município (IBGE 2007) é de 135.457 habitantes. Portanto, Abaetetuba é considerado conforme a NOB/SUAS(2004) um município de grande porte pois tem um índice populacional que fica entre 100.001 a 900.000 habitantes, dentro desta categoria de classificação o número mínimo é de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; e capacidade para atendimento de até 1000 famílias/ano.

O município possui 05 (cinco) CRAS em pleno funcionamento, alguns com até mais de 5.000 famílias referenciadas e com capacidade para atendimento, de às vezes mais de 1.000 famílias por ano.

Além disso, o município tem previsão para implantação de mais dois CRAS, ainda no ano 2010, um localizado no Bairro Angélica (com prédio próprio que já estava em construção na ocasião da pesquisa) e o CRAS Pólo 07, que irá funcionar em um barco (que já foi adquirido e esta sendo adaptado) este irá atender a região ribeirinha do Rio Quianduba. Na ocasião também foi informado que estão sendo estruturados os serviços da Proteção Social Especial que já conta com o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social em funcionamento, e o Centro Regional de Referência Especializado para atendimento a Mulher “o Centro Maria do Pará” e ainda abrigos como o espaço de Acolhimento Emergencial para Crianças e Adolescentes entre outros. Com estes serviços sendo desenvolvidos o Município pretende pleitear a habilitação no Nível de Gestão Plena, ainda durante o ano de 2010, conforme informou a Secretária de Assistência.

Quanto ao Financiamento dos CRAS todos eles recebem recursos do FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social: Piso Básico Fixo MDS (PAIF – Programa de Atenção Integral a Família) e Piso de Transição MDS, além da contra partida de 10% do município, garantida por lei, o Estado participa apenas fazendo o monitoramento e ofertando capacitações para as equipes.

Quanto à situação dos imóveis que abrigam os CRAS no Município de Abaetetuba, apenas os CRAS São Sebastião e Vila de Beja, possuem prédio próprio, pertencentes ao patrimônio da PMA – Prefeitura Municipal de Abaetetuba, o CRAS Quilombola possui uma sala de Planejamento cedida na sede administrativa da Secretária Municipal de Assistência Social e desenvolve suas atividades nos recursos comunitários das comunidades ribeirinhas/quilombolas onde atua, os outros dois: CRAS São Lourenço e CRAS Algodual funcionam em imóveis alugados pela PMA. Deste apenas o CRAS Quilombola compartilha seus espaços para o funcionamento do programa PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil da Política de Assistência Social, nas comunidades.

O CRAS Algodual desenvolve atividade de Plantão Social e também compartilha o espaço com o CID – Centro de Inclusão Digital (que atende as famílias referenciadas por este CRAS).

Todas as unidades são equipadas com computadores e impressoras, e quase todas possuem também kits multimídia. Quanto ao acesso a internet nem todos funcionam adequadamente, para a realização das visitas domiciliares os técnicos usam uma motocicleta.

Apenas um (CRAS Algodual) possui placa de identificação de acordo com a norma do MDS.

Quanto às dependências físicas, estas foram fotografadas e registradas no item “CARACETEIZAÇÃO DOS CRAS” no início deste trabalho, portanto tornar-se-á redundante repetir aqui, mas podemos observar que quase todos eles possuem espaços adequados para o funcionamento das atividades que se propõe, com exceção do CRAS São Sebastião, que ainda possui instalações precárias, necessitando recorrer frequentemente aos recursos da comunidade, que também é bastante limitada quanto à existência destes recursos.

Os serviços desenvolvidos nos 05 CRAS são basicamente os mesmos. Todos desenvolvem atividades do PAIF, Projovem Adolescente, Serviço de Convivência para Idosos e Serviços de Capacitação e Inclusão Produtiva e um projeto próprio do município chamado “Vida” voltado para atividades com mulheres grávidas. Os CRAS São Sebastião e Algodual também promovem serviços de convivência para crianças e adolescentes.

Para os atendimentos e intervenções realizadas pela equipe de referência são utilizados instrumentais próprios elaborados por cada unidade.

Outra questão importante trata-se do fato de que em todos os CRAS, no momento de sua instalação, foi realizado um diagnóstico em seu território de abrangência, como um mapeamento dos recursos da comunidade e da rede socioassistencial existentes no local. Também são elaborados a cada quatro meses, pelas equipes de referência, um relatório quantiquantitativo.

Em relação ao fluxo de trabalho, foi informado pelas equipes de todas as unidades que são realizadas reuniões periódicas com todos os funcionários geralmente para tratar de questões administrativas, as reuniões das equipes são realizadas esporadicamente, nestas reuniões eventualmente fazem estudos de caso, mas geralmente o objetivo é planejar as atividades e/ou eventos a serem promovidos na comunidade.

Sobre isto O Guia CRAS/2006 orienta que a equipe técnica deve ser capacitada periodicamente e de forma continuada. Este recomenda ainda “realização de reuniões semanais com a equipe e os estagiários para discussão e planejamento do trabalho com famílias, seus membros e indivíduos, e os serviços que isso envolve; avaliação bimensal do trabalho desenvolvido com base em indicadores de resultado a serem oportunamente definidos” (Guia do CRAS/2006 p.22).

Como podemos ver até o presente momento, as características dos CRAS de Abaetetuba nem sempre estão dentro do que é estabelecido na NOB/SUAS, desde o não cumprimento da norma para utilização de fachadas padronizadas até o fato de que existam unidades que não pertencem ao patrimônio da PMA, são locados, fugindo totalmente ao que é estabelecido nas normas.

Estas distorções podem influenciar, de certa forma, na execução dos serviços, pois denota um caráter provisório, inclusive do local de trabalho, já que este não é definitivo visto que o contrato de aluguel tem data para terminar. Sobre esta questão pode-se retomar o debate proposto por Sennet (1999) sobre a “Sensação de Deriva”, pois as equipes não tem controle sobre o futuro daquele espaço, tornando-o inseguros quanto a estabilidade e isto pode refletir nas relações tornando os laços mais tênues devido às possibilidades de mudanças constantes.

Outro aspecto importante ligado a esta questão é a flexibilização do trabalho, também proposto por Sennet (1999) onde os baixos salários e da precarização das condições de trabalho (ausência de instrumentos necessários para o exercício profissional: veículos, computadores, espaço adequado para atendimento, etc. como vimos no caso de algumas unidades) de fato, nestes aspectos não há cumprimento da normatização, isso pode gerar

descontinuidade das ações e a desarticulação das equipes, comprometendo assim a qualidade e a permanência dos serviços essenciais dos CRAS de Abaetetuba.

Quanto à composição das equipes de referência dos CRAS conforme o perfil sugerido pela NOB/SUAS/RH (2006), o município atende parcialmente. Conforme a NOB/SUAS/RH (2006), nos municípios de grande porte a cada 5.000 famílias referenciadas o CRAS deve contar com 04 técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um outro profissional que compõe o SUAS.

No município pesquisado observamos que na ocasião da pesquisa em nenhum dos 05 CRAS esta regra era atendida, o CRAS Quilombola e o São Sebastião tinham na composição de suas equipes 02 (duas) Assistentes Sociais e 01 (uma) Psicóloga, entretanto não contam com o quarto profissional proposto pela NOB/SUAS/RH (2006). Já o CRAS Algodual conta com os quatro técnicos, sendo 02 (dois) Assistentes Sociais, 01 (um) Pedagogo e 01 (um) Sociólogo, observa-se aqui a ausência do psicólogo. No momento da visita, foi informado que havia 01 (uma) psicóloga que pediu exoneração e ainda não tinha sido substituída.

A equipe de referência do CRAS de Vila de Beja conta apenas com dois técnicos, um assistente social e um psicólogo. E por fim o CRAS São Lourenço possui três técnicos em sua equipe sendo 02 Psicólogos e 01 Assistente Social.

Os CRAS também contam com profissionais de nível médio que atuam na área administrativa e educadores sociais

No Quadro 04 a seguir é possível visualizar melhor como estão dispostas às equipes técnicas de cada CRAS:

Número de Técnicos por CRAS

CRAS	Assistentes Sociais	Psicólogos	Outros profissionais	Total
Quilombola	02	01	-	03
São Lourenço	01	02	-	03
Algodual	02	-	02	04
São Sebastião	02	01	-	03
Vila de Beja	01	01	-	02
Total				15

Quadro 04 - Fonte: SEMAS/ABAETETUBA/PA, 2009.

Como podemos ver até aqui este critério da NOB/SUAS/RH (2006), não é atendido em sua totalidade, observa-se que existe um déficit de pelo menos 05 (quatro) técnicos no total, sobre isto a Secretária Municipal de Assistência Social argumentou ter dificuldades para

contratar, principalmente para atuar em Vila de Beja, por causa do difícil acesso aquela localidade.

A definição e critérios das equipes de referência responsáveis pelos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é responsável por efetivamente dimensionar tanto a carreira dos profissionais que devem integrar os quadros para atendimento na rede socioassistencial, quanto à proporção de equipes em relação ao número de potenciais usuários, o não cumprimento destes critérios pode influenciar negativamente no desempenho destas equipes.

No Gráfico 01, a seguir pode-se visualizar a proporção de técnicos que compõem as Equipes de Referências dos CRAS de Abaetetuba conforme suas profissões.

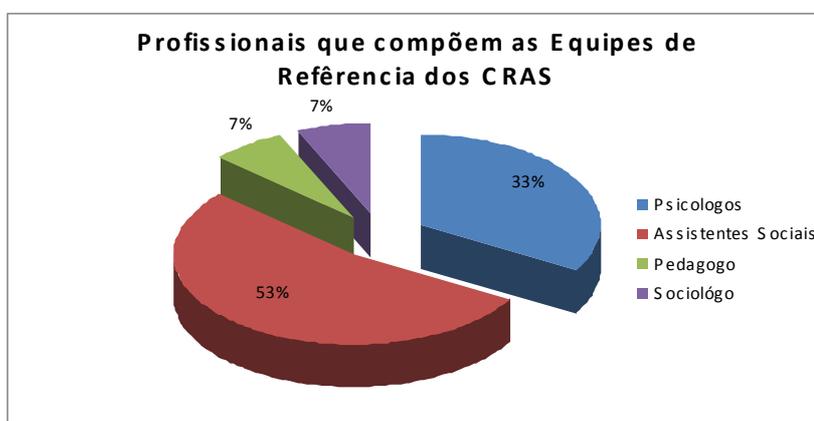


Gráfico 01

A proporção ideal deveria ser 50% dos profissionais serem do Serviço Social, 25% deveria ser a proporção de Psicólogos e os 25% restantes de outros profissionais que compõem o SUAS. Entretanto, observa-se no gráfico acima que o município não atende a este critério.

Esta falta de número adequado de técnicos para o atendimento nos CRAS de Abaetetuba pode gerar a sobrecarga destas equipes, tornando o trabalho ainda mais fragmentado e precarizado, onde as possibilidades de atuação interdisciplinar podem ficar ainda mais distantes.

Devido a este acúmulo de tarefas, as equipes se subdividem, onde cada técnico fica responsável por um ou dois tipos de serviço, tornando o trabalho ainda mais fragmentado, e o atendimento integral, conforme é orientado pelos documentos que regulamentam a política pode ficar comprometido, desta forma a possibilidade de um trabalho na perspectiva da interdisciplinaridade torna-se uma utopia.

Quanto à coordenação dos CRAS de Abaetetuba a NOB/SUAS/RH (2006), também define alguns critérios: “devendo o mesmo, independente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais”.

Quanto a estes critérios observa-se o quadro 05, abaixo:

Critérios da NOB/SUAS/RH (2006) para coordenadores dos CRAS

CRAS	Formação Superior do Coordenador(a)	Tipo de Vínculo com a PMA	Experiência em Trabalhos Comunitários, Etc..
Quilombola	Sociologia	Efetivo/concursado	Sim
São Lourenço	Terapia Ocupacional	Temporário	Não
Algodoal	Serviço Social	Efetiva/concursado	Sim
São Sebastião	Serviço Social	Efetiva/concursado	Sim
Vila de Beja	Pedagogia	Temporário	Sim

Quadro 05 - Fonte: SEMAS/ABAETETUBA/PA, 2009.

Portanto, verifica-se que também estes critérios são atendidos parcialmente, principalmente em relação ao tipo de vínculo e a experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. Onde observamos na tabela que dois coordenadores são contratados temporariamente e dentre eles, um não tem as experiências exigidas pela NOB/SUAS/RH (2006).

O papel do coordenador é muito importante nestes espaços, pois além de atribuições administrativa ele também tem como tarefa atuar na articulação com sua equipe e com a comunidade, portanto é necessário que este tenha amplo conhecimento sobre a Política de Assistência Social e/ou trabalho comunitário, realizar o monitoramento e a avaliação dos serviços desenvolvidos, visando sempre o fortalecimento dos vínculos familiares e a convivência comunitária.

Outro fator importante que pode influenciar no exercício da interdisciplinaridade e a rotatividade das equipes que atuam nos CRAS, observamos, que de todos os técnicos que compõe as equipes de referência nenhum participou do processo de implantação destes, todos foram contratados somente após a posse do atual governo municipal, ou seja, na ocasião da visita tinham no máximo um ano de experiência nos CRAS, mesmo os que entraram através de concurso público.

O último concurso público foi realizado em 2005 e, na ocasião da visita o município estava planejando a realização de um novo concurso para 2011, conforme informou a

Secretária de Assistência. O município não possui plano de cargos e salários e a política de capacitação para os recursos humanos da Assistência Social estava sendo implantada.

Dos 15 profissionais que compõem as equipes de referências que atuam nos CRAS observados durante esta pesquisa, 06 (seis) são efetivos/concursados e 09 (nove) são contratados temporariamente como prestadores de serviços (tipo de contratação sem vínculo empregatício em que o profissional não tem direito a férias, décimo terceiro, licença maternidade, entre outros benefícios garantidos por lei, e no caso de Abaetetuba, estes profissionais são pagos com os recursos do próprio Fundo Nacional de Assistência Social FNAS que deveria ser destinado, exclusivamente para o custeio dos serviços oferecidos pelo CRAS. Em Abaetetuba esse “desvio” tem o aval do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, órgão que deveria atuar na fiscalização destes recursos e garantir sua utilização da forma adequada.

Foi informado ainda que as equipes que atuam na forma de contrato temporário, que de fato, não existe um contrato por escrito, os profissionais ficam “encostados”, isto é, trabalham sem a garantia da assinatura de um documento que respalde sua atividade. A carga horária também é diferenciada, foi verificado que os concursados parecem ter mais possibilidades de negociarem carga horária e/ou horários alternados de trabalho.

Observa-se, portanto que mais da metade da equipe foi contratada fora dos “Princípios e Diretrizes Nacionais para a Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS” principalmente os princípios de números 05 e 06 que tratam do preenchimento e manutenção de quadro profissional qualificado por via de concurso público e na quantidade necessária a execução da gestão. Estes profissionais se encontram trabalhando de forma totalmente precarizada (NOB/SUAS/RH, 2006).

Como visto no capítulo anterior o documento PARÂMETROS PARA A ATUAÇÃO SOCIAIS E PSICÓLOGOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CFESS/CFP, 2007). diz respeito às *garantias materiais, institucionais, físicas e financeiras para o exercício profissional*. A NOB-RH/SUAS 2007 também define *diretrizes nacionais para planos de carreira, cargos e salários e também garantir a desprecarização dos vínculos e das condições de trabalho e o fim da terceirização*.

Portanto concluímos que o município não cumpre estas diretrizes, o que nos reporta novamente a Sennet (1999) e a Sensação de Deriva que está constantemente presente na equipes que atuam nos CRAS de Abaetetuba, pois apesar do que é determinado na CF/88 no artigo 37 inciso II e, principalmente, na NOB-RH/SUAS, 2007 em que “*o preenchimento de*

cargos públicos que devem ser criados por lei, para suprir as necessidade dos serviços deve ocorrer por meio de nomeação dos aprovados em concursos públicos.”

Junto aos CRAS de Abaetetuba, observamos que as contratações podem ser de cunho político e não técnico o que pode contribuir ainda mais para o pouco envolvimento destas equipes com os serviços oferecidos que se tornam superficiais comprometendo tanto a qualidade quanto a continuidade das ações desenvolvidas. A sensação de deriva também pode dificultar a atuação prática interdisciplinar entres os técnicos que compõem as equipes, pois cada um passa a fazer seu trabalho por si, se isolando, não tendo compromisso com o serviço, pois a eminência da saída do “emprego” é constante.

Observa-se o quadro 06, a seguir que demonstra em números absolutos de técnicos conforme o seu vínculo empregatício com o município.

Relação entre **Concursados** e **Temporários** que compõem as equipes de referência dos CRAS pesquisados.

Profissionais que compõem as equipes de referência dos CRAS	Tipos de Vínculos com a PMA		Total
	Concursados	Temporários	
Psicólogos	01	04	05
Assistentes Sociais	03	05	08
Pedagogo	01		01
Sociólogo	01		01
Total	06	09	15

Quadro 06 - Fonte: SEMAS/ABAETETUBA/PA, 2009.

No gráfico 02, a seguir, podemos observar melhor as diferenças proporcionais entre os profissionais que compõem as equipes de referência, concursados e temporários, dos CRAS do Município de Abaetetuba:

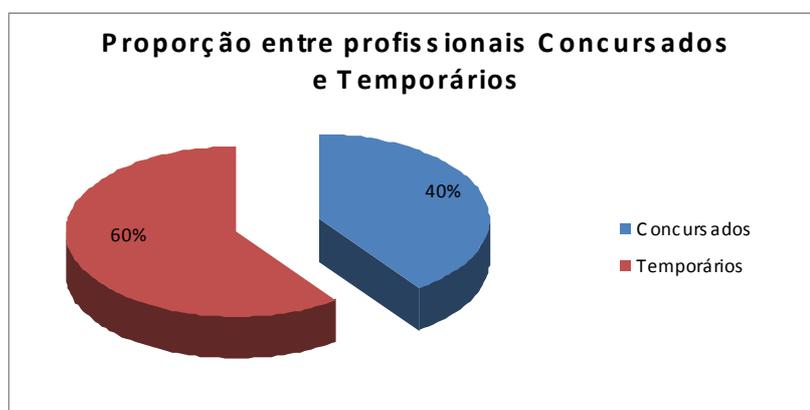


Gráfico 02

Observa-se o percentual de profissionais temporários é superior ao de profissionais concursados. Se observarmos as profissões **Psicólogos e Assistentes Sociais** estas diferenças ficam ainda mais claras, como se pode ver no gráfico 03 à seguir:

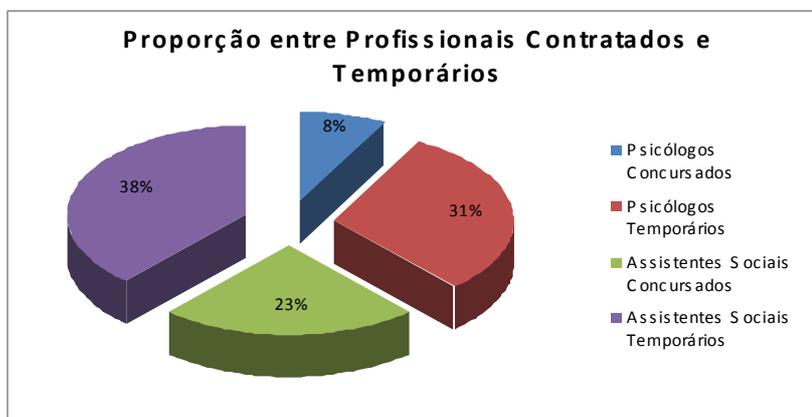


Gráfico 03

Observando cada uma dessas áreas de atuação individualmente as diferenças e relação ao tipo de vínculo são ainda mais evidentes.

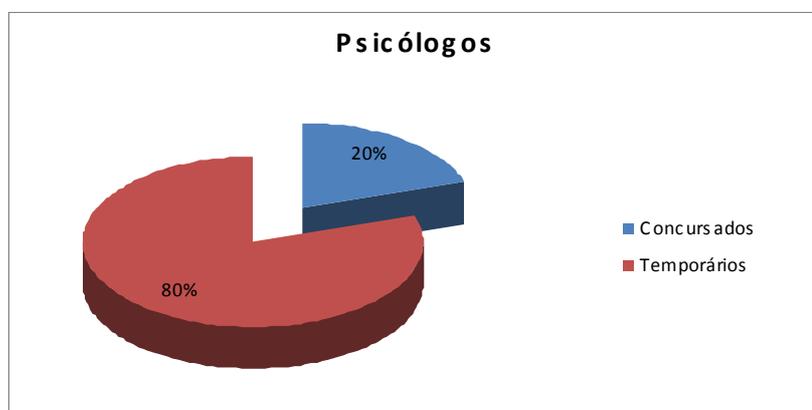


Gráfico 04

No Gráfico 04 observa-se que 20% dos psicólogos que atuam nos CRAS do município de Abaetetuba são concursados, os demais 80%, ou seja, a grande maioria dos profissionais estão trabalhando sob vínculo de contrato temporário.

Quanto aos assistentes sociais esta proporção parece menor, mas ainda assim apenas 38% dos profissionais são concursados, enquanto 62% trabalham em regime de Contrato Temporário, observa-se o gráfico 05.

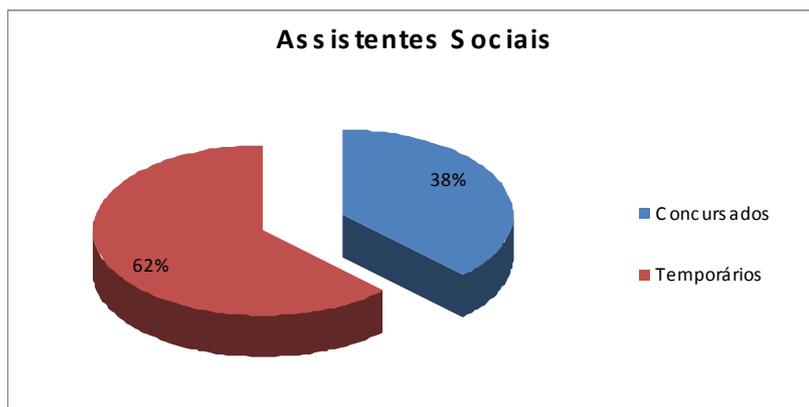


Gráfico 05

Estas situações podem influenciar de forma negativa na possibilidade de se concretizar uma prática interdisciplinar entre os profissionais de psicologia e serviço social que atuam nos CRAS de Abaetetuba, pois a diferenciação no tratamento dados aos profissionais em função de seu vínculo pode refletir diretamente no relacionamento interpessoal destas equipes. Sennet (1999) propõe ainda que a flexibilidade gera no trabalhador certa “ausência de apego” isto é a tolerância com a fragmentação e a descontinuidade das coisas (SENNET, 1999). O que pode ocasionar também em diferentes formas de exercer a profissão podendo o técnico se tornar um mero repetidor de ações, sem consciência de sua atuação, na perspectiva apenas da “ajuda”; ou ao contrário, atuar como alguém que pode fortalecer a comunidade na busca da garantia de seus direitos, focados na transformação de uma realidade voltada ao protagonismo dos usuários perante a sociedade.

No que diz respeito a divisão de tarefas e delimitação de papéis entre estes profissionais foi observado, na ocasião da primeira visita realizada em cada CRAS do município, que cada equipe faz acordos entre si para estas delimitações, muitas vezes orientadas pelas suas respectivas coordenações, conforme informações coletadas.

Entretanto foi observado também, durante as referidas visitas em algumas unidades, que mesmo estando presentes e de certa forma convidadas a participar da pesquisa, geralmente, deixavam a coordenação fornecer as informações sem sua participação.

Isso ocorreu nos CRAS Quilombola e CRAS Vila de Beja, no CRAS São Lourenço a equipe não estava presente, e no CRAS Algodual quem não estava era a coordenação. Apenas no CRAS São Sebastião tanto coordenação quanto uma das Assistentes Sociais que estavam presentes concederam as informações e naquela ocasião, de forma espontânea, foi informado que não há uma delimitação dos papéis entre a Psicóloga e a Assistente Social, a maioria das atividades são realizadas em conjunto. A Assistente Social observou que a colega Psicóloga

(que não estava presente na ocasião da visita) “*ajuda muito, realizando atividades que nem é dela*” (sic), informaram ainda que a equipe realiza estudos de caso e outras reuniões para planejar as atividades, assim como para dar encaminhamentos administrativos.

Estes aspectos de relacionamento deverão ser melhor observados a partir da análise dos questionários aplicados diretamente junto aos técnicos de serviço social e psicologia que atuam nos CRAS de Abaetetuba/PA

Na impossibilidade de realizar as entrevistas, para identificar as possíveis relações interdisciplinares nos CRAS de Abaetetuba, com os profissionais conforme foi disposto no projeto de pesquisa, foram elaborados 02 questionários, sendo um destinado aos profissionais de Serviço Social (anexo V) e outro destinado aos Psicólogos (anexo VI). Os questionários foram elaborados com base no roteiro de entrevista e contém 05 questões. Todos os questionários foram precedidos de Termo de Consentimento livre e esclarecido (anexo IV).

Os questionários foram aplicados no dia 06 de agosto de 2010, ocasião em que todos os técnicos dos CRAS de Abaetetuba estavam reunidos em um encontro dos CRAS e CREAS promovido pela SEDES – Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Combate a Fome do Pará, realizado nesta capital, com a possibilidade de serem devolvidos posteriormente. O último questionário foi devolvido em 18 de agosto de 2010.

Foram distribuídos 13 questionários, sendo 08 para Assistentes Sociais e 05 para psicólogos, porém 04 assistentes sociais devolveram e entre os psicólogos 03 devolveram, ou seja mais de 50% dos questionários foram devolvidos.

Para compreender melhor como foram analisados os dados e também com o objetivo de preservar a identidade dos técnicos, foi atribuído um código para cada profissional que respondeu e devolveu os questionários, para os profissionais de Serviço Social os códigos são:

AS01: Assistente Social que atua no CRAS São Sebastião há um ano e sete meses, esta é sua primeira experiência em CRAS, é contratada;

AS02: Assistente Social que atua no CRAS São Lourenço, há um ano e dois meses, esta é sua primeira experiência em CRAS, é concursada;

AS03: Assistente Social que atua no CRAS Vila de Beja, há quatro anos e esta também é sua primeira experiência em CRAS, é contratada;

AS04: Assistente Social que atua no CRAS Quilombola, há um ano e seis meses e é sua primeira experiência em CRAS, é contratada.

E para os profissionais de Psicologia:

PSI01: Psicólogo que atua no CRAS São Sebastião há um ano e seis meses, esta é sua primeira experiência em CRAS, é contratada;

PSI02: Psicólogo que Atua no CRAS Vila de Beja, há um ano e cinco e esta também é sua primeira experiência em CRAS, é contratada;

PSI03: Psicólogo que atua no CRAS Angélica, há 07 meses. É a sua primeira experiência com CRAS, é concursado.

Foram elaboradas 05 questões, as duas primeiras questões têm como objetivo verificar quais as atividades que os profissionais desenvolvem e quais eles acham que poderiam e/ou deveriam desenvolver, e desta forma observar se existe alguma ferramenta criativa, ou o desejo de criar algo, direcionado ao trabalho interdisciplinar. A primeira questão pede que ele descreva a sua atuação profissional no CRAS, e a segunda pede que ele expresse sua opinião acerca de como ele acha que deveria ser sua atuação no CRAS.

Entre os profissionais de serviço social, em relação a primeira questão as respostas descrevem as atividades conforme determina o GUIA do CRAS (2006), bem como os documentos do CFESS, 2009, porém duas limitaram-se apenas a responder descrevendo suas tarefas de forma objetiva, sobre as questões subjetivas apenas uma mencionou em sua resposta:

1ª Questão (Serviço Social):

Visitas domiciliares, atendimento individual, palestras, elaboração de relatório, orientação sobre os serviços e ações do CRAS, colaboração quando existem eventos, ajuda nas comidas, realizo a organização de espaço quando existe evento comemorativo, **atendimento psicossocial** (AS01, 2010).

Enquanto assistente social atuo no **atendimento à família na perspectiva de garantia de direitos sociais**. Dessa forma utilizo dos instrumentais como o atendimento social, visita domiciliar, reuniões, orientações sociais entre outros (AS02, 2010).

A minha atuação no CRAS é composta da realização de inúmeras tarefas, ações como os atendimentos individuais, **encaminhamentos, referenciamentos**, os grupos de convivências de jovens e idosos, além das gestantes. Realizo reuniões, palestras baseada em um planejamento quadrimestral, **na perspectiva de possibilitar que o resultado destas ações possa trazer para as famílias a sua autonomia, seu protagonismo**. (...) Além da realização destas ações estou buscando a melhoria na forma como realizar e alimentar o banco de dados relacionado as ações com as famílias usuárias e com as ações consideradas macros, como por exemplo as datas comemorativas AS03, 2010).

Realizo trabalhos de atendimentos individualizados às famílias, orientação, estudo socioeconômico, encaminhamentos para a rede de serviços, orientação de BPC, de TFD; referenciamento para o CAD único, para o INSS, Secretarias, principalmente de Saúde e Educação, atendimento à jovens, crianças, comunitário(as). Trabalho com grupos de famílias, de jovens, articulação com a rede de serviço, enfim; fazemos também parcerias, etc.(AS04, 2010).

Como podemos ver nas respostas acima a Assistente Social AS02, vai além da descrição das tarefas quando ela fala do “*atendimento na perspectiva da garantia de direitos sociais*” e a Assistente Social AS03 também cita “*na perspectiva de possibilitar que o resultado destas ações possa trazer para as famílias a sua autonomia, seu protagonismo.*”

Quando falam da realização de parcerias, portanto parecem estar se referenciando a parcerias externas e não dentro da unidade, também citam a articulação com a rede socioassistencial o referenciamento e o encaminhamento para outros serviços da rede, conforme estabelece as diretrizes da PNAS/SUAS (2004), nada mais além disso.

Ainda em relação à primeira questão as respostas dos psicólogos foram:

1ª Questão (Psicologia)

A atuação do psicólogo no CRAS consiste em trabalhar com as famílias que estão em vulnerabilidade e que precisam de um acolhimento, orientação dos serviços prestados no CRAS e um acompanhamento desta família objetivando uma **busca de superação desta vulnerabilidade como também sua inserção na vida profissional e social**. Também acompanhando o grupo de gestantes com o projeto Vida que tem como, objetivo garantir as gestantes **atendimentos nos aspectos bio-psicossocial assegurando um pré-natal com qualidade de vida para a mãe e o conceito** (PS01, 2010)

Atendimento às famílias que residem no território através da visita domiciliar, busca ativa, acompanhamento do grupo de grávidas, brinquedoteca, ministração de oficinas reflexivas nos grupos sócio-educativos e encontro de famílias, **referenciamento para a rede sócio assistencial, encaminhamento a rede de serviços, formação de parcerias e articulação com outros órgãos municipais e empresas objetivando a autonomia das famílias**, acompanhamento dos usuários que recebem o BPC, além da acolhida das famílias com cadastro no cad. PAIF. Elaboração de projetos (PS02, 2010).

Hoje mais diretamente estou técnico de referência do grupo de convivência de Idosos, para, além disso, participo do planejamento das ações e serviços oferecidos pelo CRAS e **realizo atendimento psicossocial** (PS03, 2010).

Os psicólogos, assim como vimos com os assistentes sociais, descrevem apenas as atividades desenvolvidas conforme determina as normas da PNAS (2004) a psicóloga PS01 cita a “*busca de superação desta vulnerabilidade como também sua inserção na vida profissional e social*”. Mas não se refere se faz isso sozinha ou em parceria com o serviço social. A PS01 fala de referenciamento, encaminhamento e de “*formação de parcerias e articulação com outros órgãos municipais e empresas objetivando a autonomia das famílias*” mais uma vez observamos a busca de parcerias e relacionamentos externos ao CRAS.

Apenas o PS03 fala de realização de “*atendimento psicossocial*” mais apenas como mais um comprimento de tarefa, não cita a possibilidade de aproveitar esta tarefa para ampliar

o debate num estudo de caso, ou em alguma intervenção conjunta entre as duas profissões. Nenhum profissional seja de serviço social ou psicologia citou desenvolver qualquer atividade em conjunto, com exceção do “*atendimento psicossocial*”.

Quanto a segunda questão que pede que os(as) profissionais descrevam como acham que deveria ser sua atuação no CRAS as respostas dos Assistentes Sociais foram as seguintes:

2ª Questão (Serviço Social)

Poderia ser integrada (Sistema informatizado com os outros CRAS), e acredito que atende (AS01, 2010).

Acredito que o ideal é o trabalho interdisciplinar, por excelência ético, eficiente e pautado na igualdade social e no fortalecimento da autonomia dos usuários (AS02, 2010).

Analisando a minha atuação dentro do CRAS, observo que existe a necessidade de realizar alguns ajustes para que possa ser a prática que gostaria de realizar, que fosse. Dentre estes ajustes coloco a necessidade de melhorar a estruturação e elaboração (registro) do plano de acompanhamento familiar, desde o momento do acolhimento até seu desligamento, ou seja, analisar se alcançarmos os resultados almejado com as famílias que necessitam de um acompanhamento mais específico. (...) Além desta questão da inserção produtiva que necessita ser melhorado para ofertar melhor serviço às famílias (AS03, 2010).

Acredito que minha atuação profissional está condizente com as minhas expectativas, pois temos bastante autonomia para realizarmos nosso trabalho e quando queremos implementar algum serviço temos total liberdade para fazermos sendo necessário apenas estarmos em acordo com nossa coordenação (AS04, 2010).

Apesar de termos observado anteriormente as condições precarizantes dos profissionais que atuam nos CRAS, as respostas tendem a satisfação profissional, isso abre possibilidade de pelo menos duas reflexões: os profissionais não se reconhecem com sujeitos de direitos, dentro de uma “classe que vive do seu trabalho”, trabalho este amparado por legislações internas e externas ao SUAS, bem como ao código de ética da profissão; ou que estes profissionais conhecem seus direitos mas pelas condições de instabilidade e deriva, preferem não mencionar sua real insatisfação e falta de motivação para criar outras possibilidades de atuação, mais criativas e eficazes, mas conseqüentemente, mais trabalhosas e que exijam maior dedicação e empenho.

Entre os psicólogos as respostas para esta questão foram:

2ª Questão (Psicologia)

PS01: não respondeu...

Além das atribuições descritas a cima, **percebo a necessidade de fazer um trabalho clínico no CRAS**, sobre tudo porque os usuários residem em ilhas distantes de Abaetetuba, o que torna mais difícil o acesso ao atendimento oferecido pelo psicólogo do hospital (PS02, 2010).

Ainda estou me apropriando desta nova experiência no CRAS mas por enquanto **sinto-me satisfeito e acima de tudo valorizado e respeitado dentro daquilo que o CRAS tem me solicitado** como mencionei na 1ª questão. (PS03, 2010).

Chama atenção ainda à resposta da PS02 que mencionou “*percebo a necessidade de fazer um trabalho clínico no CRAS*” divergindo completamente das orientações definidas nos documentos pesquisados neste trabalho principalmente a publicação do CFP/CREPOP (2009) **SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL E SUAS FAMÍLIAS: REFERÊNCIAS PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO** que sugere um conjunto de atividades e ações psicossocioeducativas, de apoio e especializadas, desenvolvidas individualmente e em pequenos grupos (prioritariamente), de caráter disciplinar e interdisciplinar, de cunho terapêutico, mas não psicoterapêutico. Sugere-se ainda que o atendimento individual seja utilizado apenas em casos onde não caiba o trabalho em grupo. (CREPOP/CFP, 2009).

Esta segunda questão tem como objetivo perceber se haveria algo que os profissionais gostariam de fazer, e que por algum motivo não o poderiam principalmente sobre o desejo de desenvolver atividades interdisciplinares, entretanto, no caso desta resposta da PS02 observamos uma compreensão equivocada do seu papel bem como da função do CRAS.

Isso pode estar ocorrendo por que muitas práticas tradicionais estão profundamente enraizadas, ou podem estar ainda relacionadas com uma prática condizente com uma postura pouco articulada com a realidade.

Nesse contexto, acredita-se que a formação profissional, na atualidade, deve ser pensada, a fim de que possibilite a capacitação de profissionais condizentes com as novas dinâmicas de trabalho especializado e ao mesmo tempo flexível, eficiente e moderno capacitando o profissional para uma atuação de nível macro.

Diante das divisões no campo social, cultural, financeiro, político, científico, etc., em particular da fragmentação na maneira de perceber e compreender o ser humano e suas relações impostas pelo sistema de capital, a interdisciplinaridade emerge como prática de

articulação destas partes, como uma necessidade nova de compreender o todo em detrimento das partes.

Estas duas questões têm também como objetivo revelar como os profissionais compreendem seu papel no CRAS. Observamos que em nenhum momento, nem assistentes sociais nem psicólogos mencionaram entre seus fazeres a relação entre essas duas profissões. Surgem apenas algumas expressões que mais parecem o cumprimento de mais uma atividade em que psicólogo e assistente social devam realizar um atendimento em conjunto, sem ser questionado o objetivo ou os critérios para que esta atividade ocorra, ou seja necessária, não se trata portanto, de uma dinâmica constante desenvolvida nas unidades.

A satisfação profissional e o sentir-se realizado também aparecem entre os psicólogos, assim como a abstenção de responder a pergunta, pode permitir diversas interpretações semelhantes aquelas reflexões feitas em relação às respostas dos profissionais de serviços social também referente a esta questão, mencionadas anteriormente.

Observamos ainda que nas respostas da primeira questão sobre as atividades desenvolvidas tanto por assistentes sociais, quanto por psicólogos são semelhantes, em alguns momentos idênticas, mas ainda assim, aparentemente não são estabelecidas relações entre si.

Nem tão pouco na segunda questão as respostas mencionaram a possibilidade ou o desejo de um trabalho integrado entre as duas profissões, apenas AS02 cita “*Acredito que o ideal é o trabalho interdisciplinar*”, mas não fala como algo que gostaria de desenvolver este trabalho, não menciona a participação dos outros.

A interdisciplinaridade pode apresentar-se como uma resposta de intercâmbio e integração, uma maneira de transpor fronteiras e diferenças existentes entre as profissões, a fim de alcançar uma comunicação mais efetiva.

Compreendemos o ser humano como produto e produtor da história, isto é, partindo de um olhar dialético, busca estudar o processo no qual a realidade objetiva vivida pelo indivíduo se torna subjetiva. Como apontam Lane & Sawaia (1995) o ser humano só o é na relação com os outros

As questões 03 e 04 (nos dois questionários) têm como objetivo verificar se os(as) profissionais de serviço social compreendem o papel dos psicólogos nos CRAS, assim como verificar se os psicólogos compreendem o papel do serviço social no CRAS.

Esta questão tem como objetivo verificar a existência de um quesito importante para o exercício da interdisciplinaridade: a apropriação do saber do outro, se essa habilidade não é possível desenvolver o exercício da interdisciplinaridade, diversos autores como Lane & Sawaia (1995), Fazenda (2002), Rodrigues (1998), Silva (1984), Oliveira (2003), Severino

(1998), entre outros, apesar se algumas divergências compartilham da idéia de que para ocorrer uma ação interdisciplinar é necessária a fusão dos diferentes saberes envolvidos naquela ação.

As respostas dadas para a questão 03 - “Descreva a atuação profissional do psicólogo do CRAS onde você atua:” pelos Assistentes Sociais foram as seguintes:

3ª Questão (Serviço Social)

De maneira excelente, pois a profissional **realiza o trabalho além do seu fazer profissional.** (AS01, 2010).

O psicólogo atua na perspectiva da psicologia social, na garantia de direitos. Dessa **forma realiza atendimentos quando há necessidade de atendimento individual,** visitas domiciliar, reuniões entre outros (AS02, 2010).

O profissional da psicologia que trabalha comigo atua no atendimento familiar junto a mim e de forma individual, participa das atividades dos grupos de idosos. **Busco compartilhar as situações que chegam ao CRAS para ela quando não está presente e vice-versa** (AS03, 2010).

Realiza atendimento individualizado às famílias, orientações, encaminhamentos para a rede de serviço, referenciamento para as Secretarias, principalmente de Saúde, atendimento à jovens, crianças, comunitários(as), trabalho com grupos de gestantes, palestras, roda de conversa e trabalhos ou **seja atendimentos juntamente com o serviço social,** parcerias, etc. (AS04, 2010)

Entre os Psicólogos as respostas dadas para a questão 03 – “Descreva a atuação profissional do Assistente Social do CRAS onde você atua:” foram as seguintes:

3ª Questão (Psicologia)

PS01: não respondeu...

As assistentes sociais têm uma participação muito atuante no CRAS. Desenvolvem as atividades: acolhida, encaminhamentos, referenciamentos, orientações sobre o BPC, reuniões com as famílias, acompanhamento dos grupos, acompanhamento dos usuários que possuem BPC, articulação com a rede de serviço e socioassistencias, visita domiciliar, busca ativa e elaboração de projetos (PS02, 2010).

As duas assistentes sociais efetivam o cadastro das famílias, realizam encaminhamentos necessários, estão à frente do grupo de convivência de mulheres grávidas e **fazem atendimento psicossocial** (PS03, 2010).

Observamos alguns trechos das respostas dos profissionais de serviço social em relação a sua compreensão do trabalho dos psicólogos “*realiza o trabalho além do seu fazer profissional.*”; “*realiza atendimentos quando há necessidade de atendimento individual*” podem demonstrar uma certa limitação quanto ao conhecimento das possibilidades de atuação do psicólogo no CRAS, a primeira resposta identifica uma limitação quando menciona que a profissional faz algo além do seu fazer mas não menciona qual esta delimitação e a segunda resposta restringe o fazer do psicólogo no CRAS ao atendimento individual, a resposta a seguir “*Busco compartilhar as situações que chegam ao CRAS para ela quando não está presente e vice-versa.*” permite interpretar que só há interações entre as profissionais quando o outro profissional não está presente no local de trabalho, apresentando uma certa contradição com a fala “*atendimentos juntamente com o serviço social*”.

Estas passagens podem revelar certa dificuldade na compreensão do papel profissional desempenhado pelos profissionais entretanto, mais do que compreender o significado e papel de cada profissão na sociedade do capital diante do processo de reprodução das relações sociais, as necessidades do mercado de trabalho demanda uma formação profissional que propicie subsídios teóricos, éticos, políticos e técnicos que auxiliem no desenvolvimento de habilidades que possibilitarão uma ação crítica, criativa e comprometida com a realidade.

Para compreender as mudanças para as demandas das profissões é necessário compreender também as mudanças ocorridas na sociedade, reafirmando a necessidade de superação de práticas já ultrapassadas.

É necessário, portanto estar disposto a compartilhar o seu saber, assim como interessado a compreender qual pode ser a participação e/ou a intervenção que cabe ao outro, para que a atuação de ambos seja pautada na ética e no respeito mútuo.

Ao longo das últimas décadas tanto o serviço social quanto a psicologia passaram por processos de transformações, de mudança de concepção e de paradigmas, o Estado também passou a tratar a questão social não só coercitivamente, mas procurando um consenso na sociedade e privilegiando a produção e reprodução da vida social, como determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das “classes que vivem do trabalho” (ANTUNES 2004; IAMAMOTO, 2006).

Quanto à 4ª questão apenas uma profissional de Serviço Social respondeu, a questão era: “Descreva como você acha que deveria ser a atuação do psicólogo no CRAS”:

4ª Questão (Serviço Social)

AS01: não respondeu.

AS02: não respondeu.

AS03: não respondeu.

Acredito que a atuação profissional do psicólogo no CRAS está de acordo com as expectativas do grupo de trabalho e que a mesma procura fazer o que está ao seu alcance (AS04, 2010).

Infelizmente a única resposta dada, no universo de quatro questionários devolvidos, não esclarece o que estes profissionais pensam sobre as possibilidades de atuação dos psicólogos nos CRAS, o fato da maioria não ter respondido a questão pode levar a várias interpretações, dentre elas a possibilidade desses profissionais não se sentirem seguros para opinar sobre a atuação do outro, por se sentirem constrangidos ou por desconhecimento. Ambas as situações, podem denotar que esses profissionais podem não estar preparados, ou até mesmo pré-dispostos a atuação prática interdisciplinar.

A 4ª questão para os psicólogos era: “Descreva como você acha que deveria ser a atuação do assistente social no CRAS:” as respostas foram:

4ª Questão (Psicologia)

PS01: não respondeu...

No meu ponto de vista vejo que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais contempla as expectativas, não tenho nada a acrescentar (PS02, 2010).

Tenho uma longa caminhada profissional aprendendo com profissionais do serviço social, sempre houve troca e atualmente é assim, portanto penso que essa construção é dinâmica, cotidiana, permanente e reflexiva (PS03, 2010).

Entre os psicólogos as respostas para esta pergunta também foram pouco esclarecedoras, e com total ausência de crítica, revelando as mesmas dificuldades encontradas pelos profissionais de serviço social.

Diante da limitação destas respostas podemos sugerir também a possibilidade de que estes profissionais atuam com pouca liberdade para criar ou inovar em suas práticas, talvez devido a todos os obstáculos e dificuldades observadas neste estudo, que são enfrentados

diariamente por assistentes sociais e psicólogos na atuação prática no dia-a-dia dos CRAS de Abaetetuba, podem estar funcionando como um desafio para a prática da interdisciplinaridade neste espaço de execução da Política Pública de Assistência Social.

Para verificar como os profissionais percebem o trabalho interdisciplinar dos CRAS em Abaetetuba, foi elaborada a 5ª questão que tem como objetivo observar como os profissionais percebem o trabalho interdisciplinar nos espaços dos CRAS em Abaetetuba, os profissionais de Serviço Social responderam o seguinte:

5ª Questão (Serviço Social)

De maneira ética e profissional, de acordo com o caso e a demanda e realizando esse atendimento (AS01, 2010).

A atuação em conjunto de Assistentes Sociais e Psicólogos é de fundamental importância no CRAS e isso deve ocorrer de forma a qualificar o atendimento e acompanhamento familiar. **Atualmente isso já vem acontecendo, contudo a interdisciplinaridade precisa ser fortalecida através de estudos de casos e formações profissionais.** (AS02, 2010).

Considero importante que ocorra o **atendimento em conjunto**, como relatei já atendemos juntas e não estamos encontrando dificuldade, é importante analisar que o conhecimento das duas áreas contribui para traçar o plano de desenvolvimento familiar e para a atuação junto às famílias e aos grupos. (...) Dentro do ambiente do CRAS é fundamental **o atendimento psicossocial quando os casos requerem o referido atendimento**, desta forma não procuro atender sozinha chamo o colega de trabalho para atendermos juntos (AS03, 2010).

Sim. **Procurar realizar um trabalho de maneira articulada, sempre respeitando o trabalho de cada um e muitas ações e atividades são realizadas em conjunto com o(a) psicólogo(a)**; por exemplo o trabalho com grupos de jovens, de famílias, gestantes, a visita domiciliar, o perfil das famílias atendidas, as parcerias, geralmente procuramos sempre respeitar o limite de cada um(a) e atuação profissional pois temos diversas particularidades e diversos olhares é assim que atuamos no CRAS onde atualmente exercemos nossa atividade profissional. (AS04, 2010)

Entre os psicólogos as respostas foram:

5ª Questão (Psicologia)

PS01: não respondeu...

Com toda certeza vejo que é possível um trabalho integrado entre as assistentes sociais e a psicóloga. Minha experiência de um ano e meio no CRAS tem traduzido essa possibilidade, pois **consequimos realizar as atividades em conjunto, sendo**

necessário o respeito às peculiaridades pertinentes a cada área profissional. (...) Além do respeito é fundamental que nós sejamos parceiros e sensíveis às necessidades dos colegas (PS02, 2010).

Absolutamente possível, **os saberes, olhares e apropriações técnicas de cada profissão deve estar à disposição da clientela atendida.** No CRAS onde atuo essa prática vem sendo construída, penso que ainda vai sofrer mais estreitamento, pois as assistentes sociais também estão debutando na experiência do CRAS, onde percebo **humildade com o conhecimento e com a falta dele, disposição e abertura para interagir** (PS03, 2010).

Nas respostas descritas, principalmente nos destaques em negrito, é possível verificar diversa forma de compreensão sobre a questão da atuação interdisciplinar, que vai desde o atendimento psicossocial, pontual e de acordo com a “necessidade da demanda”, passando por outras atividades desenvolvidas nos CRAS, até a relação com o conhecimento, com o saber.

Outra observação interessante é que em algumas respostas observamos que os profissionais admitem que esta prática esteja sendo construída e precisa ser fortalecida, exercitada.

Observamos também, a partir destas respostas que o conceito de interdisciplinaridade não está bem claro, talvez devido, na prática ser algo novo, que ainda precisa ser amadurecido, sobre isso Severino (2007) diz que a conceituação da interdisciplinaridade é uma tarefa inacabada, pois se trata de uma situação da qual não tivemos ainda, de fato, uma experiência vivida e explicitada, sendo sua prática concreta desejada, e buscada, mas não efetivada com um esforço significativo rumo a sua constituição.

Exige, portanto que cada especialista ultrapasse os seus próprios limites, abrindo-se a contribuição de outras disciplinas.

Uma relação de reciprocidade de mutualidade que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente aos problemas de conhecimento. A partir deste entendimento a interdisciplinaridade configura-se, portanto, como a possibilidade de substituir a concepção fragmentária pela unitária do ser humano.

Entretanto, não pode ser uma atitude preconceituosa, deve se aberta, onde todo conhecimento torna-se importante, pode ser fundamentada na intersubjetividade e interação entre os saberes, mas não pode estar desligada do contexto onde ela ocorre. E principalmente não se pode perder de vista as forças que estão por trás do surgimento deste fenômeno, principalmente as questões de mercado e as necessidades dos meios de produção, que também influenciam na execução das políticas públicas e não podia ser diferente na Política de Assistência Social e em consequência na sua execução, como observamos nesta pesquisa: o caso dos CRAS de Abaetetuba/PA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado nos permitiu refletir sobre a questão da interdisciplinaridade, esse fenômeno contemporâneo, que conforme os autores aqui abordados, trata-se de um conceito ainda em construção, principalmente quando falamos em atuação interdisciplinar na prática profissional.

O desafio para a atuação na prática interdisciplinar no âmbito da Política de Assistência Social, mais especificamente nos CRAS de Abaetetuba, consiste em construir uma nova linguagem que possa ser comum aos especialistas oriundos de diferentes disciplinas, que possibilite um entendimento mútuo sobre as concepções iniciais e a articulação de uma caminhada que permita a cada um aceitar o desenraizamento provocado por problemáticas diferentes da sua, em nossa compreensão essa linguagem pode ser proposta pela própria política pública, já que é em torno dela que estes profissionais coexistem.

Para isso implica-se o desenvolvimento de um movimento dialógico entre psicólogos e assistentes sociais com a política de assistência, direcionada para a produção de conhecimento a partir das experiências acumuladas na prática destes profissionais ao longo da história desta política e mais precisamente a partir da nova PNAS/SUAS.

Portanto o trabalhar de forma interdisciplinar, exige do profissional uma reflexão epistemológica sobre a concepção de ser humano e de mundo que fundamenta a produção do conhecimento coletivo. Isto é, Assistentes Sociais e Psicólogos passam a ser os agentes responsáveis pela (re)produção da Assistência Social enquanto uma instituição social que, como política pública, vem buscando superar a perspectiva assistencialista, clientelística, de caridade e de ações desarticuladas com as demais políticas sociais (saúde, educação, trabalho e previdência social). Devendo romper também com as relações de trabalho precarizadas, flexíveis, fragmentadas e descontinuadas, a partir de lutas permanentes articuladas com sua classe. (EIDELWEIN, 2007)

Para esta autora, os profissionais da Assistência Social tem uma tarefa importantíssima, além do seu trabalho dever estar voltado para a perspectiva da superação do assistencialismo, clientelismo e caridade, devem também militar por garantias de seus direitos enquanto trabalhadores buscando romper com condições de trabalho precarizante, fragmentados.

No caso do trabalho desenvolvido por Assistentes Sociais e Psicólogos nos CRAS de Abaetetuba, percebemos diversas situações que impossibilitam esta luta, principalmente a questão do vínculo temporário de trabalho, que além de não garantir estabilidade, reflete

diretamente na atuação junto aos usuários dos CRAS, com ações descontinuadas e pouco articuladas com a realidade perpetuando aquelas ações pontuais tanto combatidas por estes profissionais.

Não romper com estas condições de trabalho consiste em mais um desafio que influenciam negativamente para a implementação de uma prática criativa e inovadora direcionada para a ação interdisciplinar.

Outros obstáculos que também foram percebidos durante este estudo podem estar dificultando a ação interdisciplinar, dentre eles podemos citar: condições físicas precárias dos locais de trabalho; ausência de um projeto de capacitação, formação continuada e ausência de realização de concurso público e de plano de carreira, cargos e salários para estes profissionais; número de profissionais trabalhando nos espaços sendo inferior ao determinado pela NOB-RH/SUAS, acarretando a sobrecarga daqueles que assumem a execução dos trabalhos nos CRAS.

Apesar de uma aparente satisfação percebida durante a análise dos questionários percebe-se também a ausência de relatos de ações inovadoras e criativas. A prática fica estritamente atrelada as orientações macros, formuladas nos documentos da nova PNAS, esta questão pode estar ligada a outro obstáculo o da formação destes profissionais que ainda é tradicional e fragmentada.

Além das determinações particulares da PNAS e especificidade enfrentadas nos CRAS de Abaetetuba, existem determinações universais que atingem estes profissionais em qualquer área de atuação como a questão ética, principalmente aquelas propostas pelos Conselhos Profissionais também podem ser considerados como obstáculos para a atuação interdisciplinar, pois muitas vezes limitam esta atuação através da publicação de código de ética e resolução que reforça uma atuação profissional individualizada, gerando dúvidas sobre a atuação junto a outros profissionais, sempre utilizando do discurso de “preservar a profissão” acaba limitando o fazer dos profissionais restringindo a possibilidade de se estabelecer parcerias e troca de experiências sob pena de punição.

Compreender, portanto quais são os desafios da prática interdisciplinar enfrentados por profissionais de serviço social e psicologia nos Centros de Referência de Assistência Social do município de Abaetetuba-PA, conforme estabelece a nova Política Nacional de Assistência Social, não é tarefa fácil, principalmente se enumerarmos a quantidade de obstáculos por eles enfrentados.

Superar as condições precárias de relações de trabalho, tanto no que diz respeito ao vínculo com a PMA, quanto às condições físicas e materiais dos espaços, passando pela

necessidade de implementação de gestão voltada a qualificação e valorização dos recursos humanos que atuam na Política de Assistência Social, parece-nos um caminho necessário a ser percorrido pelas equipes dos CRAS de Abaetetuba para o alcance da interdisciplinaridade.

Introduzir portanto, a atuação interdisciplinar na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), por meio do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mais especificamente nos Centros de Referência da Assistência Social, é tornar este espaço público também voltado para garantia de direitos, tanto dos usuários desta política quanto para a garantia de condições dignas de trabalho dos profissionais e continuidade dos serviços com qualidade conforme as diretrizes estabelecidas oficialmente.

Não só em âmbito local, mas nas determinações da política como um todo, e envolvendo, para isto as organizações de classes, os conselhos profissionais, entre outras instâncias de militância e de luta por melhores condições de trabalho.

Superar os problemas relacionados à formação profissional que geralmente é fragmentada, tradicional e disciplinar e ainda no caso dos psicólogos muitas vezes direcionada para a prática clínica e individualizada, também é necessário. Conforme coloca Freitas (1996) “nos cursos de psicologia, professores e alunos desconhecem, na sua maioria, as condições concretas em que vivem a maior parcela de nossa população”. E acrescenta, “para se contribuir com uma vida psicológica mais saudável é necessário que o trabalho a ser desenvolvido ultrapasse a esfera do individual e do particular” (FREITAS, 1996 p. 76).

Esta pesquisa não teve a intenção de esgotar seu objeto de investigação, mas sim, torná-lo menos obscuro e permitir que novas questões sejam levantadas a partir das reflexões aqui propostas permitindo uma nova série de questionamentos.

Desenvolver esta pesquisa no Programa de Pós-graduação em Serviço Social foi de grande importância para compreender que a questão da interdisciplinaridade vai além da atuação prática profissional entre psicólogos e assistentes sociais e não se trata apenas de um conceito, ela também permite uma ação crítica e reflexiva, sobre a formação profissional, sobre a relação com os usuários, com os colegas de trabalho e com a própria política pública.

Teorias, métodos e metodologias favorecem, contribuem, melhor possibilitam a construção de saberes e ações que permitam alcançar o compromisso social das profissões em questão, lutar por melhores condições de vida através da garantia de direitos sociais, civis e políticos a partir dos quais se possa chegar à distribuição e não à concentração da riqueza social.

Realizar esta pesquisa, portanto permitiu refletir que muitas vezes nos condicionamos a vislumbrar a ação profissional desatrelada da ação política nela inerente,

vendo desta forma podemos chegar a uma atuação profissional interdisciplinar, onde é possível compreender que esta é uma “necessidade de mercado”, mas também é uma possibilidade de garantir direitos não só aos usuários dos serviços, mas também aos trabalhadores, tendo consciência de que psicólogos e assistentes sociais fazem parte da classe de trabalhadores que vivem do seu trabalho.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa não finaliza aqui, pois esta apenas teve a intenção de abrir caminhos que precisam ser aprofundados e desvendados no âmbito do trabalho interdisciplinar nos CRAS, observar se este se trata de uma possibilidade real ou apenas uma utopia? Se o trabalho interdisciplinar é realmente o melhor a ser desenvolvido nos CRAS ou se existem outras formas mais adequadas? Essas são apenas algumas das muitas inquietações que podemos levantar, amadurecer e investigar no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAETETUBA (2010). **Avanços, dificuldades e desafios da Política de Assistência no Município de Abaetetuba**. Revista de divulgação das atividades da Secretária Municipal de Assistência Social de Abaetetuba/PA. Abaetetuba/PA, março de 2010.
- ALVES, R. F.; BRASILEIRO, M. do C. E.; BRITO, S. M. de O. (2004). **Interdisciplinaridade: um conceito em construção**. In: Revista Episteme, Porto Alegre, n. 19 p. 139-148, jul./dez. 2004.
- AMARO, Sarita Teresinha Alves. (1997). **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. (2004). **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ARRETCHE, Marta. (2000), **Mitos da Descentralização: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas?** Texto utilizado em aula pela Professora Olinda Rodrigues na disciplina: Trabalho Políticas Públicas e Desenvolvimento do PPGSS – UFPA, Belém-PA, 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social** (1993) - 6ª ed. Brasília: MDS, 2007.
- BURITY. J. A. **Interdisciplinaridade, discurso e diálogo científico**. In: Simpósio Interdisciplinar em Questão – Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba. Anais. 1998.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. Brasília, 1993.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social e CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos(as) na Política de Assistência** / Conselho federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFSS), Brasília , CFP/CFESS, 2007.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. (CFESS), Brasília, 2009.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 557/2009 de 15 de Setembro de 2009**: Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Brasília/DF, 2009.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia - CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência Técnica para atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS/ Conselho Federal de Psicologia (CFP)**, Brasília CFP, 2007.

CFP – Conselho Federal de Psicologia - CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: Referências para a atuação do Psicólogo**, CREPOP/ CFP, Brasília, 2009.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. (2005), **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, 2005.

DEMO. P. **Conhecimento Moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. Petrópolis: Vozes. 1998

EIDELWEIN. Karen, **Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento**. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 8, ano VI, dez. 2007

FAZENDA, I.C.A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** 4ª ed. São Paulo: Loyola; 1996

FAZENDA, I. C. A. (org.) (2002). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortes.

FREITAS, Maria de Fátima, Q. **Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária – Prática das psicologias em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil**. In CAMPOS, R. H. de. (org.), **Psicologia Social Comunitária da Solidariedade à Autonomia**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996

FREY, Klaus.(2000) **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Texto utilizado em aula pela Professora Olinda Rodrigues na disciplina: Trabalho Políticas Públicas e Desenvolvimento do PPGSS – UFPA, Belém-PA, 2007.

GALPER, Jeffrey. **Política Social e Trabalho Social**. (Tradução Maria Ozanira da Silva e Silva). – São Paulo: Cortez, 1986.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. - 14ª ed. São Paulo: Cortez (Lima/Peru: Celats), 2001.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br Acessado em: 30/06/2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, **Documentação Territorial do Brasil**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado em: 15/07/2010.

JAPIASSÚ, H. **interdisciplinaridade e patologia do saber**. Imago, 1976

_____. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

JANTSCH, A.P. & BIANCHETTI, L. (Orgs.) **Interdisciplinaridade – Para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (orgs.) (1995). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, EDUC

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. LAURELL, Asa Cristina (Org). 7. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas**. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 57. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS DE SÁ, J. L. (org.) **Serviço Social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino pesquisa e extensão**. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, F.. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS / Secretaria Nacional de Assistência Social**, Brasília, 2004.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2006.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Guia de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social**, Versão Preliminar Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). DESLANDES, S.F.. GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 25ª ed. Revista e atualizada. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. (1994). **Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?** Saúde e Sociedade 3(2): 42-64, 1994.

MULLER, Pierre. SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Traduzido por: Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. – Pelotas, RS: Educat, 2002

OLIVEIRA, C. A. H. S. (2003). **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. Franca: UNESP/FHDSS.

PEREIRA, P. A. Potiara. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PNUD.BRASIL, (2010), **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em 25/03/2010.

RIOS, Terezinha Azeredo (1995). **Ética e interdisciplinaridade**. In: FAZENDA, Ivani (Org). A Pesquisa em Educação e as transformações do conceito. 6ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 1995 (Coleção Práxis).

RODRIGUES, Maria Lúcia (2000). **Caminhos da Transdisciplinariedade: fugindo a injunções lineares**. Disponível em WWW.pucs.br/nemess/links/quem.htm. Acesso em 27/05/2008.

RODRIGUES ON, M, L., **O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar**, In: Martinelli. Maria Lucia; On. Maria Lucia Rodrigues; Muchail. Salma Tannus, “O uno e o Múltiplo nas Relações entre as áreas do saber. São Paulo, Cortez, 1998.

SANTOMÉ, Torres J. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed; 1998.

SENNET, Richard, (1999). **A Corrosão do Caráter**. Tradução de Marcos Santarrita – 3ª Tiragem – Rio Janeiro; Record, 1999

SEVERINO. Antonio Joaquim, **Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos na interdisciplinaridade**. In: Martins de Sá. Janete L. “Serviço social e interdisciplinaridade dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. São Paulo, Cortez, 2007.

_____. Antonio Joaquim, **O poder da verdade e a verdade do saber**, In: Martinelli. Maria Lucia; On. Maria Lucia Rodrigues; Muchail. Salma Tannus, “O uno e o Múltiplo nas Relações entre as áreas do saber. São Paulo, Cortez, 1998.

SILVA, M. O. S. (1984). **Formação profissional do assistente social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão**. São Paulo: Cortez.

SOUZA, Maria Luisa de. **Serviço Social e Instituição: a questão da participação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaíza de O. (Coord.). **Assistência Social no Brasil 1983 – 1990**. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 1995.

_____, Aldaíza de O. et.al. **A Assistência na trajetória das Políticas Social Brasileiras: uma questão de análise**. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três Metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, O. A. **Interdisciplinaridade, discurso e diálogo científico**. In: **Simpósio Interdisciplinar em Questão** – Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba. Anais. 1998.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Serviço Social e Interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental.** Serviço Social & Sociedade 54 (XVIII). São Paulo, Cortez, 1997.

VEIGA NETO, A. J. **A ordem das disciplinas.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 1996.

VILELA E. M.. MENDES I.J.M. **Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico.** Revista Latino-americana de Enfermagem 11(4):525-31, julho-agosto, 2003

ANEXOS

ANEXO I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL

Ofício nº. 035/2009 PPGSS

Belém 27 de Novembro de 2009

Prezada Senhora,

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará tem em seu corpo discente profissionais que investigam, em sua maioria, políticas públicas e sociais.

Enquanto requisito para a conclusão do curso de mestrado os discentes devem desenvolver uma dissertação sobre tema de seu interesse e apresentá-lo a uma banca de defesa.

A discente **Karla Dalmaso**, aluna regular deste curso, tem como interesse investigar sobre a atuação profissional de Psicólogos e Assistentes Sociais nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Considerando sua experiência profissional na área de assistência em municípios do interior do Estado do Pará e a aproximação geográfica do município de Abaetetuba com a Capital do Estado, assim como a constatação de que este município foi um dos primeiros do interior do estado do Pará a implementar a Nova Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social, a discente optou estudar a experiência dos CRAS desta localidade.

Para tanto, precisará obter um conjunto de informações a respeito dos CRAS desse município.

Desta forma, solicitamos sua autorização para que discente possa acessar dados sobre os CRAS em Abaetetuba, para identificar áreas de abrangência, população atendida e equipes de profissionais.

Na oportunidade solicitamos autorização para que possam ser realizadas entrevistas com profissionais que atuam nos CRAS deste município.

Esclarecemos que, em respeito as exigências éticas do processo de pesquisa, os profissionais porventura entrevistados deverão assinar termo de consentimento para a realização da referida entrevista.

Desta forma, assumimos o compromisso de entregar a Secretaria Municipal de Assistência Social de Abaetetuba uma cópia da dissertação produzida para colaborar no registro e na sistematização das informações produzidas pelo CRAS no município.

Certos de podermos contar com vossa colaboração, antecipamos nossos agradecimentos e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Contatos: Karla Dalmaso (orientanda) – telefone (091) 9115-99-78, e-mail – kdalmaso@hotmail.com e Prof. Dr. Carlos Maciel (orientador) – telefone (091) 8866-14-07, e-mail – camaciел@globo.com.

Prof. Dr. Carlos Alberto Batista Maciel
(Orientador)

Ilmo. Sr^a.

MD: JOANA RITA ABREU DA SILVA
Secretaria Municipal de Assistência Social de Abaetetuba

ANEXO II



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
AGORA É A VEZ DA VONTADE POPULAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARA: OS COORDENADORES DOS CRAS

AUTORIZAÇÃO

A Sra. Karla Dalmaso está autorizada a realizar seu trabalho de pesquisa junto aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e os profissionais a prestar todos os esclarecimentos necessários ao sucesso da pesquisa.

Abaetetuba-PA, 01 de dezembro de 2009.

Atenciosamente,



Joana Rita A. da Silva
Secretária Mun. de Assist. Social
Portaria nº 100/2009

JOANA RITA ABREU DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO III



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

CARACTERIZAÇÃO DOS CRAS DE ABAETETUBA-PA

Data e hora da visita: ____/____/____; Início às ____ h e ____ min, término às ____ h e ____ min.

Identificação do agente municipal responsável pelas respostas declaradas neste formulário:

Nome (legível) _____

Cargo/Função:

Coordenador deste CRAS Outro. Qual? _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO CRAS:

CRAS nº _____

Nome do CRAS: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Área de Abrangência: _____

Telefone com DDD: (____) _____

E-mail: _____

2. Localização: CRAS Urbano CRAS Rural CRAS Itinerante (Embarcação) Quilombola

3. Fonte(s) de financiamento deste CRAS.

- Municipal / DF
- Estadual
- Federal - Piso Básico Fixo MDS (Programa PAIF)
- Federal - Piso Básico de Transição MDS
- Federal - Piso Básico Variável MDS
- Federal – IGD MDS
- Federal - Outros recursos federais

4. Início do funcionamento deste CRAS: ____/____/____.

5. Situação do imóvel onde se localiza o CRAS:

- próprio da Prefeitura Municipal
- alugado pela Prefeitura Municipal
- cedido para a Prefeitura Municipal
- outro

6. O imóvel de funcionamento do CRAS é compartilhado?

- Compartilhado com Secretaria da Assistência Social ou congêneres
- Compartilhado com outra unidade administrativa (*Sede de Prefeitura, Administração Regional, Sub-Prefeitura etc*)
- Compartilhado com o Conselho Municipal de Assistência Social
- Compartilhado com Conselho Tutelar
- Compartilhado com CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- Compartilhado com outra unidade pública de serviços da Assistência Social
- Compartilhado com Unidade de Saúde
- Compartilhado com Escola
- Compartilhado com uma Associação Comunitária
- Compartilhado com ONG/Entidade
- Compartilhado com outros órgãos?
Quais? _____

7. Descreva o espaço físico deste CRAS:

- Salas de Atendimento individual/familiar – Serviço Social. Quantas? _____
- Salas de Atendimento individual/familiar – Psicologia. Quantas? _____
- Salas com capacidade inferior a 15 pessoas
- Salas com capacidade de 15 a 30 pessoas
- Salões com capacidade superior a 30 pessoas
- Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração (sem ser de atendimento).
Quantas? _____
- Outras Salas – tipo de utilização: _____, _____.
- Banheiros: Femininos _____, Masculinos _____, Para Funcionários _____, Mistos _____,
Quantos total: _____

Demais ambientes possuem?

- Recepção: Sim Não
- Cozinha: Sim Não
- Almojarifado: Sim Não
- Espaço externo no CRAS para atividades de convívio/desportivas: Sim Não

Descrever outros aspectos do espaço físico deste CRAS:

8. Este CRAS possui condições de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência?

- Sim, em conformidade com a Norma da ABNT (NBR 9050)
- Sim, mas que não estão em conformidade com a Norma da ABNT (NBR 9050)
- Não possui

9. Indique os equipamentos existentes neste CRAS.

- Telefone
- Computador - Quantidade: _____
- Impressora
- Acesso à Internet discada
- Acesso à Internet banda larga ou via satélite
- Equipamento de som
- Televisão (TV)
- DVD/Vídeo Cassete
- Outros. Quais: _____

10. Este CRAS possui placa de identificação?

- Sim, conforme o modelo padronizado pelo MDS
 Sim, com outro modelo.
 Não possui

11. Quantos dias na semana este CRAS funciona: _____ dias por semana

12. Quantas horas por dia este CRAS funciona: _____ horas por dia

13. Indique quais dos serviços abaixo são desenvolvidos neste CRAS:

- Programa de Atenção Integral a Família
 Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças de 0 a 6 anos
 Serviço de Convivência (socioeducativo) para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos
 Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 15 a 17 anos (*exceto Projovem*)
 ProJovem Adolescente (*apenas quando executado no espaço do próprio CRAS*)
 Serviço de Convivência (socioeducativo) para jovens de 18 a 29 anos
 Serviços de Convivência (socioeducativo) para Idosos
 Serviços de capacitação e inclusão produtiva
 Outros Serviços _____

14. Este CRAS possui diagnóstico do seu território de abrangência?

- Sim Não

15. Quantas famílias em situação de vulnerabilidade residem no território de abrangência deste CRAS?

Quantidade de Famílias: _____ Não sabe informar

16. Este CRAS elabora relatório mensal do quantitativo/qualitativo de atendimentos?

- Sim Não. Qual tipo? _____

17. Este CRAS mantém arquivo de prontuários?

- Sim, somente em meio físico (papel) Sim, em meio eletrônico Não

18. Os prontuários possuem algum modelo padronizado?

- Sim Não

19. Este CRAS realiza reuniões periódicas?

Com equipe técnica _____, qual objetivo _____
periodicidade: _____.

Com todos os funcionários _____, qual objetivo _____
Periodicidade _____.

Outros tipos de reuniões, quais? _____

Quais objetivos? _____

Periodicidade _____

20. Fluxograma de atendimento:

- Acolhimento. Quem faz? _____
 Triagem. Quem faz? _____
 1º Atendimento. Quem faz? _____
 Estudos de caso. Quem faz? _____
 Aconselhamento. Quem faz? _____
 Encaminhamento para rede de Atendimento? Quem faz? _____
 Inserção grupo/oficina de Convivência e atividade. Quem faz? _____
 Visita Domiciliar. Quem faz? _____
 Entrevista de Acompanhamento familiar. Quem faz? _____
 Plano de Acompanhamento familiar. Quem faz? _____
 Articulação e fortalecimento de grupos sociais locais.

21. Descrever a dinâmica do atendimento:

Há divisão de tarefas entre os membros da equipe técnica? Sim Não

Como é feita: pela própria equipe pelo(a) Gerente do CRAS.

Quais os critérios utilizados:

Afinidade com a atividade

Experiência

Área de formação profissional

Outros, Quais? _____

Descrever outros aspectos da dinâmica de atendimento: *(observar se há delimitação dos papéis desempenhados entre os membros da equipe técnica, observar também se a equipe possui esta percepção)*

22. Indique a formação, vínculo, carga horária e função de cada membro da equipe técnica deste CRAS:

NOME	FORMAÇÃO	VÍNCULO	FUNÇÃO	CARGA HORARIA	TEMPO DE SERVIÇO(*)

(*) neste CRAS

ANEXO IV



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO: A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS NOS CENTROS DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS DE ABAETETUBA: Em busca da Interdisciplinaridade.

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa acima citada. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, _____, assistente social/psicólogo(a), residente _____ e domiciliado(a) na _____

_____, portador da Cédula de identidade, RG _____, abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como convidado(a) do projeto de pesquisa supra-citado. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) O estudo se faz necessário para a produção de Dissertação para obtenção de título no Curso de Mestrado em Serviço Social da UFPA.
- II) A participação neste projeto não me acarretará qualquer ônus.
- III) Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- IV) Os resultados obtidos durante este ensaio serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
- V) Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados, ao final da pesquisa

() Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Belém, _____ de _____ de 2010.

ENTREVISTADO(A)

Responsáveis pelo Projeto:

ORIENTADOR: _____
PROF. DR. CARLOS ALBERTO BATISTA MACIEL (UFPA)

ORIENTANDA: _____
KARLA DALMASO

FONE: (091) 91159978 / 3205-2424
E-MAIL: kdalmaso@hotmail.com

ANEXO V



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

QUESTIONÁRIO – SERVIÇO SOCIAL

1. Identificação:

- a) Tipo de vínculo com a instituição: () contrato temporário/cargo comissionado
() concursado/efetivo
- b) Tempo de atuação em CRAS: _____
- c) CRAS onde atua: _____
- d) Tempo de atuação neste CRAS: _____

2. Questões:

1ª Questão

Descreva sua atuação profissional no CRAS:

2ª Questão

Descreva como você acha que deveria ser a sua atuação profissional no CRAS:

3ª Questão

Descreva a atuação profissional do psicólogo no CRAS onde você atua:

4ª Questão

Descreva como você acha que deveria ser a atuação do psicólogo no CRAS:

5ª Questão

Em sua opinião, com base no conhecimento do código de ética de sua profissão e nas orientações da Política de Assistência Social, é possível que assistentes sociais e psicólogos atuem em conjunto, como isso ocorreria? Como se dá essa relação no CRAS em que você atua?

ANEXO VI



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

QUESTIONÁRIO – PSICOLOGIA

3. Identificação:

e) Tipo de vínculo com a instituição: () contrato temporário/cargo comissionado
() concursado/efetivo

f) Tempo de atuação em CRAS: _____

g) CRAS onde atua: _____

h) Tempo de atuação neste CRAS: _____

4. Questões:

1ª Questão

Descreva sua atuação profissional no CRAS:

2ª Questão

Descreva como você acha que deveria ser a sua atuação profissional no CRAS:

3ª Questão

Descreva a atuação profissional do Assistente Social no CRAS onde você atua:

4ª Questão

Descreva como você acha que deveria ser a atuação do Assistente Social no CRAS:

5ª Questão

Em sua opinião, com base no conhecimento do código de ética de sua profissão e nas orientações da Política de Assistência Social, é possível que assistentes sociais e psicólogos atuem em conjunto, como isso ocorreria? Como se dá essa relação no CRAS em que você atua?

ANEXO VII

Município de Abaetetuba
Secretaria Municipal de Assistência Social
Centro de Referência de Assistência Social do São Sebastião



Estado do Pará

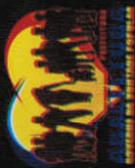


Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

VIOLENCIA
PRECONCEITO
MEDO
DISCRIMINAÇÃO
VULNERABILIDADE
MARGINALIZAÇÃO



DES ENVOLVIMENTO



ABAETETUBA -PA
OUTUBRO-2009